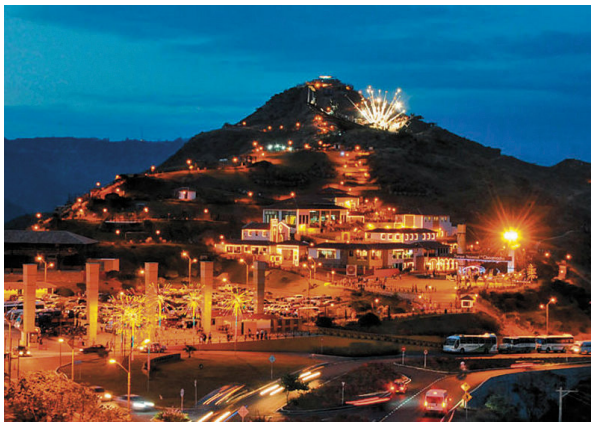
interambinerg

Internacionalização do Sector Português do Ambiente e Energia

AEP CÂMARA DE COMÉRCIO E INDUSTRIA



COLÔMBIA

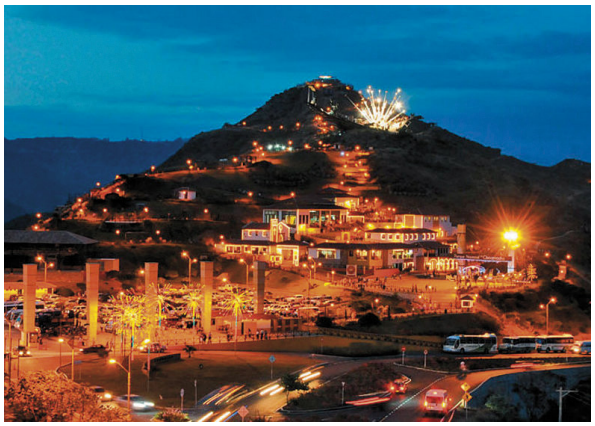
SETOR DO AMBIENTE E ENERGIA

GUIA DE ACESSO A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

interambinerg

Internacionalização do Sector Português do Ambiente e Energia

AEP CÂMARA DE COMÉRCIO E INDUSTRIA



COLÔMBIA

SETOR DO AMBIENTE E ENERGIA

GUIA DE ACESSO A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

FICHA TÉCNICA

Título

COLÔMBIA

Setor do Ambiente e Energia

Guia de Acesso a Instrumentos Financeiros

Projeto

Interambinerg - Internacionalização do Setor Português do Ambiente e Energia

Entidade Promotora

AEP - Associação Empresarial de Portugal

Equipa

Maria da Conceição Vieira

Nuno Ferraz

Sofia Roque

Depósito Legal

394250/15

Junho 2015

Índice Geral

1. INTRODUÇÃO 9

2. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS COLOMBIANAS 10

2.1. Banco de Desenvolvimento Empresarial (BANCÓLDEX) 10
2.2. Financeira de Desenvolvimento (FINDETER) 28
2.3. Financeira de Desenvolvimento Nacional (FDN) 39
2.4. Fundos de Capital 41
2.5. Banca Comercial 43

3. MULTILATERAIS FINANCEIRAS 47

3.1. Mercado das Multilaterais Financeiras 47
3.2. Participação de Portugal nas IFI - Instituições Financeiras Internacionais 48
3.3. Dimensão do Mercado das Multilaterais Financeiras Internacionais 49
3.4. Oportunidades de Negócios 49
3.5. Multilaterais Financeiras que Operam na Colômbia 50

4. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PORTUGUESAS 125

4.1. Protocolo de Colaboração AICEP/Banco Popular Portugal, S.A. 125
4.2. Protocolo de Colaboração AICEP/Banco Santander Totta, S.A. 127
4.3. Protocolo de Colaboração AICEP/ Barclays Bank (Portugal) 129
4.4. Protocolo de Colaboração AICEP/ Caixa Geral de Depósitos (CGD, S.A.) 131
4.5. Protocolo de Colaboração AICEP/ Millennium BCP 133
4.6. Protocolo de Colaboração AICEP/ BPI, S.A. 134
4.7. SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento - Instituição Financeira de Crédito, S.A. 135

5. BIBLIOGRAFIA 138

Índice de Quadros

Quadro 1.	Modalidades de crédito abordadas no âmbito do BANCÓLDEX	11
Quadro 2.	Modalidade de crédito: Fundo de Maneio e Sustentabilidade Empresarial	13
Quadro 3.	Modalidade de crédito: Modernização Empresarial	14
Quadro 4.	Modalidade de crédito: Inovação e Investigação ("Colciencias")	14
Quadro 5.	Modalidade de crédito: Fundo de Maneio e Modernização Empresarial (indexada ao IBR)	14
Quadro 6.	Modalidade de crédito: Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis	15
Quadro 7.	Modalidade de crédito: Constituição Formal de Micro e Pequenas Empresas	16
Quadro 8.	Modalidade de crédito: Modernização e Internacionalização de Empresas "Colômbia Próspera"	16
Quadro 9.	Modalidade de crédito: Linha MPME Competitivas	16
Quadro 10.	Modalidade de crédito: Linha de Impulso a Microempresas	17
Quadro 11.	Modalidade de crédito: Linha de Apoio ao Comércio Externo	17
Quadro 12.	Modalidade de crédito: Linha AECI (Programa de Microfinanças Espanhol)	18
Quadro 13.	Taxas de juro para financiamentos de nível nacional BANCÓLDEX	19
Quadro 14.	Linha de crédito Municipal - Distrital	23
Quadro 15.	Programas especiais no âmbito do BANCÓLDEX	25
Quadro 16.	Condições de financiamento da FINDETER	32
Quadro 17.	Taxas de juro de redesconto da FINDETER	33
Quadro 18.	Condições de acesso à Linha Especial Energias Renováveis e Iluminação	34
Quadro 19.	Condições de acesso à Linha Especial em Dólares	34
Quadro 20.	Taxas de juro da Linha Especial em Dólares	34
Quadro 21.	Condições de acesso ao Programa de Habitação de Interesse Social (Construtores)	35
Quadro 22.	Taxas de juro do Programa de Habitação de Interesse Social (Construtores)	35
Quadro 23.	Fundos de capital de interesse na Colômbia	41
Quadro 24.	Contactos dos fundos de capital de interesse na Colômbia	42
Quadro 25.	Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes do BID (Ano 2014)	53
Quadro 26.	Número de projetos aprovados/em preparação no setor do ambiente e da energia na Colômbia	57
Quadro 27.	Projetos apoiados pelo BID no setor do ambiente e da energia na Colômbia	58

Quadro 28. Empresas/consórcios vencedores dos últimos contratos atribuídos pelo BID no âmbito do setor do ambiente e energia 60

Quadro 29. Ciclo do projeto – oportunidades de consultoria ou de fornecimento de bens e serviços 76

Quadro 30. *Trust Funds* do Banco Mundial 76

Quadro 31. Pessoas de contacto de topo do Grupo Banco Mundial 78

Quadro 32. Número de projetos financiados pelo Banco Mundial na Colômbia, 2010-2014 81

Quadro 33. Montantes financiados pelo Banco Mundial na Colômbia, 2010-2014 81

Quadro 34. Quadro descritivo dos projetos ativos na Colômbia (Banco Mundial) na área do ambiente e energia 82

Quadro 35. Empresas/consórcios vencedores nos concursos ativos no setor do ambiente e energia colombiano, financiados pelo BM 83

Quadro 36. Quadro descritivo dos projetos em *pipeline* na Colômbia (Banco Mundial), na área do ambiente e energia 87

Quadro 37. Número de projetos financiados pela Corporação Andina de Fomento na Colômbia, 2010-2013 103

Quadro 38. Montantes financiados pela Corporação Andina de Fomento na Colômbia, 2010-2013 103

Quadro 39. Quadro descritivo dos projetos financiados pela CAF na Colômbia 103

Índice de Figuras

Figura 1. Ciclo do projeto – oportunidades de consultoria ou de fornecimento de bens e serviços 75

1. INTRODUÇÃO

A internacionalização das empresas portuguesas é um processo irreversível e fundamental para a competitividade futura do nosso tecido empresarial e do nosso país. Cada vez mais empresas percebem que a participação em mercados externos é fundamental para a sua sobrevivência e perspetivas de crescimento no mundo atual e optam por iniciar um processo desta natureza.

Nesse sentido, a AEP – Associação Empresarial de Portugal, decidiu avançar com o projeto **"Interambinerg - Internacionalização do Setor Português do Ambiente e Energia"** nos mercados da **Colômbia, México e Peru**, visando desenvolver uma estratégia coletiva para a internacionalização das empresas portuguesas com atividade económica no setor do ambiente e energia, projetando o *know-how* português, ajudando a identificar oportunidades de negócios e contribuindo para a criação do que podemos chamar marca "Portugal" nos domínios do ambiente e energia.

Para o projeto, foram identificados três mercados-alvo, a **Colômbia**, o **México** e o **Peru**, que serão o foco primordial de todos os trabalhos realizados no âmbito deste projeto.

Este projeto envolve diversas vertentes do processo de internacionalização, seja o conhecimento dos mercados-alvo e do setor do ambiente e energia nesses mesmos mercados, uma aproximação às melhores práticas internacionais e compreensão das suas razões de sucesso ou um autodiagnóstico às capacidades atuais das empresas para iniciarem um processo de internacionalização. Em suma, o projeto pretende abordar aquelas que são fundamentalmente as principais dificuldades enfrentadas por empresas portuguesas que desejem iniciar um processo de internacionalização.

Uma das principais dificuldades que a maioria das empresas identifica como de maior relevo é a dificuldade em aceder a financiamento, quer a nível interno, quer a nível externo, nos mercados-alvo. Esta é uma questão que, naturalmente, cada empresa terá que resolver por si própria, mas que a AEP, como entidade empenhada na capacitação das empresas nacionais, pode ajudar a resolver, apontando as empresas no caminho certo e munindo-as da informação necessária para que façam as melhores escolhas.

É desta perceção da necessidade de dar a conhecer às empresas portuguesas as oportunidades de financiamento disponíveis a exportadores e investidores, quer em Portugal, quer no estrangeiro, que surge a necessidade da realização do presente trabalho, intitulado **"Setor do Ambiente e Energia na Colômbia: Guia de Acesso a Instrumentos Financeiros"**. O estudo pretende elencar as oportunidades de financiamento disponíveis para empresas portuguesas que pretendam iniciar um processo de internacionalização com destino aos mercados definidos como estratégicos no projeto **Interambinerg**, ou seja, a **Colômbia,** o **México** e o **Peru**. Foram realizados estudos individuais para cada um dos países identificados, reportando-se o presente estudo ao mercado colombiano.

Na elaboração dos estudos, reunimos informação sobre a oferta disponível junto dos bancos de fomento e/ou desenvolvimento e da banca comercial nesses mesmos países, as oportunidades existentes nas instituições de crédito portuguesas e as oportunidades disponibilizadas pelas instituições financeiras multilaterais com atividade em cada um dos mercados-alvo, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Andina de Fomento ou o Banco Norte-Americano de Desenvolvimento.

A AEP – Associação Empresarial de Portugal está convicta que com esta iniciativa deu um precioso e incontornável contributo para o aumento dos casos de sucesso de internacionalização de empresas do Setor Português do Ambiente e Energia no mercado colombiano.

2. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS COLOMBIANAS

2.1. Banco de Desenvolvimento Empresarial (BANCÓLDEX)

http://www.bancoldex.com

Enquadramento

O Banco de Desenvolvimento Empresarial da Colômbia (BANCÓLDEX) é um banco de fomento, e os seus recursos de crédito não são desembolsados diretamente pelos empresários; antes, quando um empresário solicita um crédito numa entidade financeira (um banco comercial, por exemplo), essa mesma instituição solicita ao BANCÓLDEX os recursos pedidos. Assim, o BANCÓLDEX financia o banco comercial e este financia o empresário. A taxa a que o BANCÓLDEX financia a instituição financeira intermediária é a taxa de juro de redesconto. A taxa de juro efetivamente cobrada ao cliente final pode ser livremente negociada ou, em alguns casos, ser estipulada previamente.

Como Banco de Desenvolvimento Empresarial da Colômbia, o BANCÓLDEX oferece instrumentos financeiros e não-financeiros para impulsionar a competitividade, a produtividade, o crescimento e o desenvolvimento das micro, pequenas, médias e grandes empresas colombianas, sejam elas exportadoras ou inteiramente dirigidas para o mercado nacional. O BANCÓLDEX trabalha também com compradores de produtos colombianos no exterior, entidades públicas e privadas nacionais e internacionais e com entidades territoriais colombianas e organismos multilaterais.

Existem inúmeras modalidades de crédito prestadas pelo BANCÓLDEX. Neste guia, centraremos as atenções em modalidades de crédito que sejam direcionados a empresas de qualquer tipologia empresarial, bem como modalidades de crédito direcionadas a empresas do setor do ambiente e energia, omitindo modalidades de crédito direcionadas a segmentos industriais específicos fora do âmbito do ambiente e da energia.

No BANCÓLDEX, teremos em atenção 5 segmentos de financiamento distintos, a saber:

A. Modalidades de crédito a nível nacional;
B. Modalidades de crédito a nível regional;
C. Modalidades de crédito a nível municipal-distrital;
D. Programas especiais;
E. Financiamento e compradores de bens e serviços.

O quadro seguinte apresenta as 31 modalidades de crédito abordadas no âmbito do BANCÓLDEX, neste guia.

Quadro 1 – Modalidades de crédito abordadas no âmbito do BANCÓLDEX

	Programa	Modalidade
A1	Fundo de Maneio e Sustentabilidade Empresarial	Nacional
A2	Modernização Empresarial	Nacional
A3	Inovação e Investigação ("Colciencias")	Nacional
A4	Fundo de Maneio e Modernização Empresarial (indexada ao IBR)	Nacional
A5	Crédito Especial BANCÓLDEX "Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis"	Nacional
A6	Apoio à Constituição Formal de Micro e Pequenas Empresas	Nacional
A7	Modernização e Internacionalização de Empresas "Colômbia Próspera"	Nacional
A8	Linha MPME Competitivas	Nacional
A9	Linha de Impulso a Microempresas	Nacional
A10	Linha de Apoio ao Comércio Externo	Nacional
A11	Linha AECI (Programa de Microfinanças Espanhol)	Nacional
B1	Linha de Crédito para Empresas do Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina	Regional
B2	Linha de Apoio a Empresas de Arauca	Regional
B3	Linha de Apoio a Empresas do Norte de Santander	Regional
B4	Linha de Apoio a Empresas de Caquetá	Regional
B5	Programa de Fortalecimento de Fornecedores da Câmara do Comércio de Cartagena	Regional

Fonte: BANCÓLDEX

Quadro 1 – Modalidades de crédito abordadas no âmbito do BANCÓLDEX (conclusão)

	Programa	Modalidade
C1	Linha de crédito: Armenia	Municipal
C2	Linha de crédito: Popayán	Municipal
C3	Linha de crédito: Manizales	Municipal
C4	Linha de crédito: Tumaco	Municipal
C5	Linha de crédito: Dosquebradas	Municipal
C6	Linha de crédito: Itagui	Municipal
C7	Linha de crédito: Neiva	Municipal
C8	Linha de crédito: Buenaventura	Municipal
C9	Linha de crédito: Santander de Quilichao	Municipal
C10	Linha de crédito: Monterrey - Casanare	Municipal
D1	Programa de Transformação Produtiva	Programas especiais
D2	Programa Innpulsa	Programas especiais
D3	Programa Banca das Oportunidades	Programas especiais
E1	Linha de Crédito ao Comprador	Fornecimento bens e serviços
E2	Financiamento a Projetos de Engenharia, Construção e Outros Serviços	Fornecimento bens e serviços

Fonte: BANCÓLDEX

De seguida apresentam-se alguns dos principais produtos e serviços disponibilizados pelo BANCÓLDEX. No entanto, para uma abordagem mais personalizada, recomenda-se o contacto direto com a instituição, através do número (+57) 742 0281, a partir de Bogotá, ou o (+57) 01 8000 18 0710, no resto do país.

Modalidades de Crédito a Nível Nacional

A1. Fundo de Maneio e Sustentabilidade Empresarial

O BANCÓLDEX financia, em pesos colombianos ou em dólares, os custos, gastos operacionais e demais necessidades de liquidez das empresas para o seu funcionamento e desenvolvimento. Incluem-se neste âmbito os recursos necessários para colmatar custos operacionais, administrativos, de vendas, prefinanciamento de exportações ou outros custos necessários para que a empresa leve a cabo os seus processos de produção, comercialização e prestação de serviços. Para tal efeito, consideram-se custos com matérias-primas, *inputs*, produtos intermédios ou produtos acabados, amostras sem valor comercial, participação em feiras ou missões empresariais, estudos de mercado, gastos em publicidade, entre outros.

Esta modalidade de crédito pode também ser utilizada para a consolidação ou reestruturação de passivos (excetuando dívidas a sócios e acionistas).

O quadro seguinte apresenta as condições básicas sobre esta modalidade de crédito.

Quadro 2 – Modalidade de crédito: Fundo de Maneio e Sustentabilidade Empresarial

Condições de Acesso	Montante Máximo a Financiar	Prazos de Pagamento e Períodos de Carência
Direcionada a micro, pequenas, médias e grandes empresas de todos os setores económicos, que se qualifiquem como: • Empresas exportadoras de bens /serviços, diretamente ou através de um distribuidor internacional; • Empresas importadoras de matérias-primas, *inputs*, bens intermédios e produtos acabados; • Empresas do mercado nacional.	Até 100% das necessidades do empresário	• Até 5 anos, incluindo 3 anos de período de carência (pesos); • Até 5 anos, incluindo 1 ano de período de carência (dólares).

Fonte: BANCÓLDEX

A2. Modernização Empresarial

Quando a empresa necessita de se modernizar, o BANCÓLDEX financia, em pesos colombianos ou em dólares, os investimentos necessários ao aumento da capacidade produtiva, substituição de equipamentos produtivos, adoção de novas tecnologias e esforços de inovação e proteção ambiental. Neste âmbito podem considerar-se investimentos fixos vinculados à atividade produtiva, de comercialização e prestação de serviços, bens móveis e imóveis, infraestruturas, máquinas, equipamentos, veículos, *software*, certificações de qualidade, licenças, patentes, registos sanitários e demais investimentos direcionados ao aumento da produtividade e competitividade e à diminuição dos impactes ambientais. Esta modalidade de crédito pode ainda ser utilizada na compra de ações ou partes sociais em projetos de integração vertical ou horizontal, para suprir necessidades de fundo de maneio ou para reestruturar passivos.

O quadro seguinte apresenta as condições básicas sobre esta modalidade de crédito.

Quadro 3 – Modalidade de crédito: Modernização Empresarial

Condições de Acesso	Montante Máximo a Financiar	Prazos de Pagamento e Períodos de Carência
Direcionada a micro, pequenas, médias e grandes empresas de todos os setores económicos.	Até 100% das necessidades do empresário	• Até 10 anos, incluindo 3 anos de período de carência (pesos); • Até 10 anos, incluindo 1 ano de período de carência (dólares).

Fonte: BANCÓLDEX

A3. Inovação e Investigação ("Colciencias")

Linha de crédito destinada ao apoio a projetos de investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico que obtenham um incentivo à inovação tecnológica do Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Colômbia (Colciencias). O financiamento é feito em moeda nacional ou estrangeira.

O quadro seguinte apresenta as condições básicas sobre esta modalidade de crédito.

Quadro 4 – Modalidade de crédito: Inovação e Investigação ("Colciencias")

Condições de Acesso	Montante Máximo a Financiar	Prazos de Pagamento e Períodos de Carência
Direcionada a micro, pequenas, médias e grandes empresas sedeadas na Colômbia.	Até 80% do custo total do projeto, sem que ultrapasse 10.000 SMLV (salário mínimo legal vigente) ou o seu valor equivalente em dólares	• Até 10 anos, incluindo 3 anos de período de carência (pesos); • Até 5 anos, incluindo 1 ano de período de carência (dólares).

Fonte: BANCÓLDEX

A4. Fundo de Maneio e Modernização Empresarial (indexada ao IBR)

Esta modalidade de crédito destina-se ao financiamento a fundo de maneio e consolidação ou reestruturação de passivos (exceto dívidas a sócios), bem como à modernização, por via de compra ou arrendamento (*leasing*) de bens imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, melhoria de instalações e locais comerciais, etc. O financiamento é indexado ao IBR (Indicador Bancário de Referência).

O quadro seguinte apresenta as condições básicas sobre esta modalidade de crédito.

Quadro 5 – Modalidade de crédito: Fundo de Maneio e Modernização Empresarial (indexada ao IBR)

Condições de Acesso	Montante Máximo a Financiar	Prazos de Pagamento e Períodos de Carência
Empresas de todas as dimensões e setores de atividade económica.	Até 100% das necessidades do empresário	• Até 3 anos (fundo de maneio); • Até 5 anos (modernização empresarial).

Fonte: BANCÓLDEX

A5. Crédito Especial BANCÓLDEX "Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis"

Os recursos no âmbito desta modalidade de crédito devem destinar-se a financiar a conceção, construção, instalação, montagem e operação de sistemas de controlo e monitorização orientados para a prevenção e mitigação dos efeitos gerados pela atividade empresarial sobre o meio ambiente.

Assim, podem ser financiados projetos que tenham como objetivo o uso e produção de energias renováveis como a energia solar, eólica, geotérmica, biocombustíveis, entre outras.

No âmbito desta modalidade de crédito, existem ainda duas opções adicionais para financiamento às empresas, a saber:

- Mitigação de impacte ambiental;
- Transporte sustentável.

A submodalidade de **mitigação do impacte ambiental** financia a conceção, construção, instalação, montagem e operação de sistemas de controlo e monitorização orientados para a prevenção e mitigação dos efeitos gerados pela atividade empresarial sobre o meio ambiente. Também são financiados projetos que tenham como objetivo o uso de energias renováveis como a energia solar, eólica, geotérmica, biocombustíveis, entre outras, projetos de bio comércio e os investimentos necessários para levar a cabo projetos de construção sustentável.

Na submodalidade do transporte sustentável, os recursos são destinados à aquisição de autocarros híbridos (*diesel* e elétrico) ou elétricos (para o Sistema Integrado de Transportes Públicos de Bogotá) ou táxis elétricos.

O quadro seguinte apresenta as condições básicas sobre esta modalidade de crédito.

Quadro 6 – Modalidade de crédito: Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis

Submodalidade	Condições de Acesso	Montante Máximo a Financiar	Prazos de Pagamento e Períodos de Carência
Desenvolvimento sustentável e energias renováveis	Direcionada a micro, pequenas, médias e grandes empresas de todos os setores económicos.	COP 2 mil milhões	Até 10 anos, incluindo 6 meses de período de carência.
Mitigação do impacte ambiental	Direcionada a micro, pequenas, médias e grandes empresas de todos os setores económicos.	COP 2 mil milhões ou o seu equivalente em dólares	Até 10 anos, incluindo 6 meses de período de carência.
Transporte sustentável	Empresas dedicadas ao transporte público de passageiros.	50% do valor de aquisição de autocarros híbridos ou elétricos	• Até 10 anos, incluindo 3 anos de período de carência (autocarros híbridos); • Até 6 anos, incluindo 6 meses de período de carência (táxis elétricos).

Fonte: BANCÓLDEX

A6. Apoio à Constituição Formal de Micro e Pequenas Empresas

Programa aplicável a empresas que participem em programas de "formalização" e necessitem de:

- Adquirir matérias-primas, *inputs*, inventário e demais custos operacionais;
- Comprar ou arrendar (*leasing*) bens imóveis, máquinas, equipamentos ou veículos vinculados à atividade económica da empresa, reestruturação ou melhoria de instalações e locais comerciais;
- Certificações de qualidade, licenças, patentes, tecnologias de informação e demais ativos fixos.

Quadro 7 – Modalidade de crédito: Constituição Formal de Micro e Pequenas Empresas

Condições de Acesso	Montante Máximo a Financiar	Prazos de Pagamento e Períodos de Carência
Direcionado a micro e pequenas empresas de todos os setores económicos a nível nacional.	COP 25 milhões	Até 3 anos.

Fonte: BANCÓLDEX

A7. Modernização e Internacionalização de Empresas "Colômbia Próspera"

A linha de crédito destina-se a empresas identificadas como integrantes da estratégia "Colômbia Próspera" do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo e apoia a aquisição ou arrendamento (*leasing*) de bens imóveis, máquinas, equipamentos, tecnologia, equipamentos de transporte, veículos, remodelações ou melhorias nas instalações e locais comerciais, bem nos restantes ativos fixos que permitam às empresas melhorar a sua produtividade, competitividade e/ou eficiência energética.

Quadro 8 – Modalidade de crédito: Modernização e Internacionalização de Empresas "Colômbia Próspera"

Condições de Acesso	Montante Máximo a Financiar	Prazos de Pagamento e Períodos de Carência
Empresas de todas as dimensões e setores de atividade económica.	Até 100% das necessidades do empresário	Desde 7 anos e até 15 anos.

Fonte: BANCÓLDEX

A8. Linha MPME Competitivas

A linha MPME (micro, pequenas e médias empresas) Competitivas visa apoiar a compra ou arrendamento (*leasing*) de bens imóveis, máquinas e equipamentos, veículos, remodelação e melhoria de instalações e locais comerciais, bem como dos restantes ativos fixos vinculados à atividade económica da empresa.

Quadro 9 – Modalidade de crédito: Linha MPME Competitivas

Condições de Acesso	Montante Máximo a Financiar	Prazos de Pagamento e Períodos de Carência
Empresas de micro, pequena e média dimensão.	Até COP 3 mil milhões	Até 7 anos, com 1 ano de período de carência.

Fonte: BANCÓLDEX

A9. Linha de Impulso a Microempresas

Esta linha de crédito pode ser utilizada para o financiamento em duas vertentes distintas, a saber:

- **Fundo de maneio e consolidação de passivos:** matérias-primas, *inputs*, inventário e demais custos operacionais de funcionamento, bem como consolidação ou reestruturação de passivos, excetuando dívidas a sócios ou acionistas;
- **Modernização empresarial:** compra ou arrendamento (*leasing*) de máquinas e equipamentos, veículos, remodelação e melhoria de instalações e locais comerciais, bem como dos restantes ativos fixos vinculados à atividade económica da empresa.

O quadro seguinte apresenta as condições básicas sobre esta modalidade de crédito.

Quadro 10 – Modalidade de crédito: Linha de Impulso a Microempresas

Condições de Acesso	Montante Máximo a Financiar	Prazos de Pagamento e Períodos de Carência
Microempresas de todos os setores de atividade económica.	Até COP 20 milhões	Até 1 ano.

Fonte: BANCÓLDEX

A10. Linha de Apoio ao Comércio Externo

Esta linha de crédito apoia empresas inseridas no comércio externo, ou seja, na importação e exportação de bens e serviços.

Pode ser utilizada para o financiamento em duas vertentes distintas, a saber:

- **Fundo de maneio e consolidação de passivos:** matérias-primas, *inputs*, inventário e demais custos operacionais de funcionamento, bem como consolidação ou reestruturação de passivos, excetuando dívidas a sócios ou acionistas;
- **Modernização empresarial:** compra ou arrendamento (*leasing*) de armazéns, máquinas e equipamentos, veículos, remodelação e melhoria de instalações e locais comerciais, bem como dos restantes ativos fixos vinculados à atividade económica da empresa.

O quadro seguinte apresenta as condições básicas sobre esta modalidade de crédito.

Quadro 11 – Modalidade de crédito: Linha de Apoio ao Comércio Externo

Condições de Acesso	Montante Máximo a Financiar	Prazos de Pagamento e Períodos de Carência
Direcionada a empresas de todos os setores económicos, que se qualifiquem como: • Exportadores diretos; • Exportadores indiretos; • Importadores.	Até 100% das necessidades do empresário	• Até 2 anos (fundo de maneio e consolidação de passivos); • Até 3 anos, incluindo 6 meses de período de carência (modernização empresarial).

Fonte: BANCÓLDEX

A 11. Linha AECI (Programa de Microfinanças Espanhol)

Esta linha de crédito pode ser utilizada para o financiamento em duas vertentes distintas, a saber:

- **Fundo de maneio e consolidação de passivos:** matérias-primas, *inputs*, inventário e demais custos operacionais de funcionamento, bem como consolidação ou reestruturação de passivos, excetuando dívidas a sócios ou acionistas;
- **Modernização empresarial:** compra ou arrendamento (*leasing*) de máquinas e equipamentos, veículos, remodelação e melhoria de instalações e locais comerciais, bem como dos restantes ativos fixos vinculados à atividade económica da empresa.

O quadro seguinte apresenta as condições básicas sobre esta modalidade de crédito.

Quadro 12 – Modalidade de crédito: Linha AECI (Programa de Microfinanças Espanhol)

Condições de Acesso	Montante Máximo a Financiar	Prazos de Pagamento e Períodos de Carência
Microempresas de todos os setores de atividade económica.	Até 25 SMLMV* (fundo de maneio) Até 75 SMLMV* (modernização empresarial)	• Até 2 anos, incluindo 6 meses de período de carência (fundo de maneio); • Até 5 anos, incluindo 12 meses de período de carência (modernização empresarial).

* SMLMV -Salário Mínimo Legal Mensal Vigente (25 SMLMV = COP 15.400.00 e 75 SMLMV = COP 46.200.000, em 2014)

Fonte: BANCÓLDEX

Taxas de Juro Praticadas

O BANCÓLDEX define as taxas de juro (taxas de juro de redesconto) a aplicar às instituições financeiras intermediárias (banca comercial). A taxa final paga pelo empresário terá como base esta taxa fixada pelo BANCÓLDEX, ao que acresce um *premium* predefinido ou livremente negociado pelo empresário com o intermediário.

A taxa é estipulada com base em três vertentes distintas, a saber:

- DTF (taxa para depósitos a término fixo);
- IBR (Indicador Bancário de Referência);
- Libor (London Interbank Offered Rate).

Os financiamentos efetuados com recurso à DTF e à IBR são em pesos colombianos, enquanto os financiamentos com recurso à Libor são em dólares americanos.

As taxas em vigor em agosto de 2014 eram as seguintes:

- DTF: 4,04%;
- IBR: 4,388%;
- Libor: 0,30%.

O quadro seguinte apresenta os acréscimos percentuais a efetuar à taxa base (DTF, IBR ou Libor) para cada um dos programas de nível nacional abordados previamente, bem como as taxas apresentadas ao empresário. Todas as taxas são apresentadas em valores efetivos anuais (e.a.).

Quadro 13 – Taxas de juro para financiamentos de nível nacional BANCÓLDEX

	Taxa de Redesconto										Taxa Final
	0-6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-7 anos	7-10 anos	10-12 anos	12-15 anos	
A1[1]	+3,00	+3,15	+3,20	+3,35	+3,50	+3,70					Negociável
A1[2]	+1,80	+2,00	+2,90	+3,05	+3,50	+3,80					Negociável
A1[3]	+1,65	+,180									Negociável
A2[1]	+2,90	+2,90	+2,90	+2,95	+3,05	+3,15	+3,35	+3,55			Negociável
A2[4]	+1,90	+1,90	+2,60	+2,85	+3,10	+3,35	+3,60	+3,95			Negociável
A3[1]	+2,90	+2,90	+2,90	+2,95	+3,05	+3,15	+3,35	+3,55			Negociável
A3[4]	+2,20	+2,20	+2,85	+2,95	+3,65	+3,75	+4,30	+4,50			Negociável
A4[5]	+3,35	+3,50	+3,35	+3,70							Negociável
A4[6]	+3,25	+3,25	+3,25	+3,30	+3,40	+3,50					Negociável
A5[1]	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00			Negociável
A6[1]	+3,00	+3,00	+3,00	+3,00							Negociável
A7[4]									+2,85	+2,85	Negociável
A8[1]	+0,80	+0,80	+0,80	+0,80	+0,80	+0,80	+0,80				Negociável
A9[1]	+1,70	+1,70									Negociável
A10[7]	+1,70	+1,70	+2,10								Negociável
A10[8]	+1,70	+1,70	+1,90	+2,10							Negociável
A11[7]	+2,50	+2,65	+2,70								Negociável
A11[8]	+2,40	+2,40	+2,40	+2,45	+2,55	+2,65					Negociável

[1] Taxa de base: DTF
[2] Taxa de base: Libor (Mercado Nacional)
[3] Taxa de base: Libor (Comércio Externo)
[4] Taxa de base: Libor
[5] Taxa de base: IBR (Fundo de Maneio e Consolidação de Passivos)
[6] Taxa de base: IBR (Modernização Empresarial)
[7] Taxa de base: DTF (Fundo de Maneio e Consolidação de Passivos)
[8] Taxa de base: DTF (Modernização Empresarial)

Nota: A modalidade de crédito A5 - Desenvolvimento Sustentável e Energia Renovável apresenta taxas de juro apenas para a submodalidade "Transporte Sustentável", no momento de conceção deste guia. Assim, a taxa apresentada no quadro refere-se a essa mesma submodalidade.

Fonte: BANCÓLDEX

Modalidades de Crédito a Nível Regional

B1. Linha de Crédito para Empresas do Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina

Esta linha de crédito é direcionada a empresas localizadas no Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina que necessitem de:

- Adquirir matérias-primas, *inputs*, inventário e demais custos operacionais;
- Comprar ou arrendar (*leasing*) bens imóveis, máquinas, equipamentos ou veículos vinculados à atividade económica da empresa, reestruturação ou melhoria de instalações e locais comerciais;
- Certificações de qualidade, licenças, patentes, registos sanitários, tecnologias de informação e demais ativos fixos.

O financiamento é prestado nas seguintes condições:

- Direcionado a micro, pequenas, médias e grandes empresas de todos os setores económicos;
- Financiamento:
  - Até 100% das necessidades para PME e grandes empresas;
  - Até COP 70 milhões para microempresas.
- Taxa de juro de redesconto:
  - PME e grandes empresas: DTF (e.a.) +1,9% (e.a.);
  - Microempresas: DTF (e.a.) - 1,0%.
- Prazo de pagamento até 5 anos, incluindo 6 meses de período de carência;
- Taxa de juro máxima livremente negociada pelo empresário.

B2. Linha de Apoio a Empresas de Arauca

Esta linha tem como objetivo apoiar o setor empresarial do departamento de Arauca na melhoria das suas necessidades de liquidez e nos seus projetos de reconversão produtiva.

Condições básicas da linha:

- Direcionada a micro, pequenas, médias e grandes empresas de todos os setores económicos, localizadas no departamento de Arauca;
- Montante máximo por empresa de COP 500 milhões;
- Os recursos podem ser destinados a fundo de maneio e renegociação de passivos:
  - Prazo de pagamento de 3 anos, incluindo um período de carência de 12 meses;
  - Taxa de juro para o intermediário de DTF (e.a.) -1,0% (e.a.);
  - Taxa para o empresário livremente negociável.
- Os recursos podem destinar-se ao investimento em ativos fixos:
  - Prazo de pagamento de 5 anos, incluindo um período de carência de 18 meses;
  - Taxa de juro para o intermediário de DTF (e.a.) - 1,0% (e.a.);
  - Taxa máxima para o empresário de DTF (e.a.) + 8,0% (e.a.).

Em Arauca, há também uma linha de crédito de apoio a micro e pequenas empresas, que contempla a reestruturação de passivos e fundo de maneio.

A vertente da linha de crédito relacionada com o fundo de maneio aplica-se a matérias-primas, *inputs*, inventário e demais custos operacionais.

A vertente da linha de crédito relacionada com a modernização empresarial aplica-se à compra ou arrendamento (*leasing*) de bens imóveis, máquinas, equipamentos e/ou veículos vinculados à atividade produtiva, melhorias nas instalações ou locais comerciais, bem como certificações de qualidade, licenças, patentes, registos sanitários, tecnologias de informação e demais ativos fixos.

O financiamento é prestado nas seguintes condições:

- Direcionado a micro e pequenas empresas de todos os setores económicos;
- Financiamento:
  - Até COP 50 milhões para microempresas;
  - Até COP 100 milhões para pequenas empresas.
- Prazos de pagamento:
  - Até 3 anos, para fundo de maneio;
  - Até 5 anos, com 3 meses de período de carência, para a modernização empresarial.
- Taxa de juro de redesconto: DTF (e.a.) - 2,0% (e.a.);
- Taxa de juro do empresário: Até DTF (e.a.) + 4,0% (e.a.).

B3. Linha de Apoio a Empresas do Norte de Santander

Esta linha de crédito tem por objetivo apoiar as empresas situadas no departamento do Norte de Santander. Apoia o fundo de maneio e consolidação de passivos, bem como a modernização empresarial, nos moldes já conhecidos de outras linhas de crédito.

O financiamento é prestado nas seguintes condições:

- Direcionado a empresas de todos os setores económicos;
- Financiamento:
  - Sem limite para microempresas;
  - Até COP 2 mil milhões para PME e grandes empresas.
- Prazos de pagamento:
  - Até 5 anos, com período de carência de 1 ano, para fundo de maneio;
  - Até 7 anos, com 2 anos de período de carência, para a modernização empresarial.
- Taxa de juro de redesconto: DTF (e.a.) - 1,0% (e.a.);
- Taxa de juro máxima livremente negociada pelo empresário.

B4. Linha de Apoio a Empresas de Caquetá

Esta linha de crédito tem por objetivo apoiar as empresas situadas no departamento de Caquetá. Apoia o fundo de maneio e consolidação de passivos, bem como a modernização empresarial, nos moldes já conhecidos de outras linhas de crédito.

O financiamento é prestado nas seguintes condições:

- Direcionado a micro, pequenas e médias empresas de todos os setores económicos;
- Financiamento:
  - Até COP 50 milhões para microempresas;
  - Até COP 150 milhões para PME.
- Prazos de pagamento: Até 4 anos, com 12 meses de período de carência;
- Taxa de juro de redesconto: DTF (e.a.) - 1,0% (e.a.);
- Taxa de juro máxima livremente negociada pelo empresário.

B5. Programa de Fortalecimento de Fornecedores da Câmara do Comércio de Cartagena

Esta modalidade de crédito aplica-se a micro e pequenas empresas que façam parte do Programa de Fortalecimento de Fornecedores da Câmara do Comércio de Cartagena. É dirigida à modernização empresarial e aplica-se à compra ou arrendamento (*leasing*) de bens imóveis, máquinas, equipamentos e/ou veículos vinculados à atividade produtiva, melhorias nas instalações ou locais comerciais, bem como certificações de qualidade, licenças, patentes, registos sanitários, tecnologias de informação e demais ativos fixos.

O financiamento é prestado nas seguintes condições:

- Direcionado a micro e pequenas empresas de todos os setores económicos;
- Financiamento: Até COP 30 milhões;
- Prazos de pagamento: Até 3 anos, com 3 meses de período de carência;
- Taxa de juro de redesconto: DTF (e.a.) + 1,0% (e.a.);
- Taxa de juro máxima livremente negociada pelo empresário.

Modalidades de Crédito a Nível Municipal - Distrital

O BANCÓLDEX disponibiliza linhas de apoio a empresas localizadas em algumas cidades colombianas selecionadas. No seu essencial, trata-se de uma linha de crédito direcionada a empresas que necessitem de:

- Incrementar os seus níveis de competitividade e produtividade;
- Investir em ativo fixo para fins produtivos e/ou comercialização de bens e serviços (terrenos, locais comerciais, armazéns, veículos, máquinas, equipamentos, tecnologia, etc.);
- Financiar custos operacionais próprios do seu funcionamento como aquisição de matérias-primas, pagamentos a mão-de-obra, custos diretos e indiretos de produção, *inputs*, etc.;
- Responder a novas oportunidades de negócio.

As cidades em que esta linha de crédito está disponível são as seguintes:

- Armenia;
- Popayán;
- Tumaco;
- Manizales;
- Dosquebradas;
- Itagui;
- Neiva;
- Buenaventura;
- Santander de Quilichao;
- Monterrey - Casanare.

O quadro seguinte apresenta as condições essenciais que caracterizam esta linha de crédito de nível distrital.

Quadro 14 – Linha de crédito Municipal - Distrital

	Cidade	Tipologia	Financiamento	Prazos	Taxas de juro
C1	**Armenia**	Micro e pequenas empresas	COP 25 milhões (microempresas) COP 50 milhões (pequenas empresas)	Fundo de maneio: 3 anos Modernização empresarial: 5 anos	Redesconto: DTF (e.a.) - 1,0% (e.a.) Empresário: DTF (e.a.) + 10,0% (e.a.)
C2	**Popayán**	Micro empresas	COP 20 milhões		Redesconto: DTF (e.a.) + 1,0% (e.a.) Empresário: Livremente negociável
C3	**Manizales**	Micro e pequenas empresas	COP 50 milhões (microempresas) COP 100 milhões (pequenas empresas)	Fundo de maneio: 3 anos Modernização empresarial: 5 anos	Redesconto: DTF (e.a.) + 1,0% (e.a.) Empresário: Livremente negociável

Quadro 14 – Linha de crédito Municipal - Distrital (conclusão)

	Cidade	Tipologia	Financiamento	Prazos	Taxas de juro
C4	**Tumaco**	Micro e pequenas empresas	COP 10 milhões (microempresas) COP 50 milhões (pequenas empresas)	2 anos (microempresa) 3 anos (pequena empresa)	Redesconto: DTF (e.a.) + 1,0% (e.a.) Empresário: Livremente negociável
		Micro, pequenas e médias empresas	COP 100 milhões (microempresas) COP 300 milhões (PME)	5 anos	Redesconto: DTF (e.a.) - 1,0% (e.a.) Empresário: Livremente negociável
C5	**Dosquebradas**	Micro empresas	COP 20 milhões	Fundo de maneio: 3 anos Modernização empresarial: 4 anos	Redesconto: DTF (e.a.) - 1,0% (e.a.) Empresário: DTF (e.a.) + 10,0% (e.a.)
C6	**Itagui**	Micro e pequenas empresas	COP 50 milhões (microempresas) COP 75 milhões (pequenas empresas)	Fundo de maneio: 3 anos Modernização empresarial: 5 anos	Redesconto: DTF (e.a.) Empresário: Livremente negociável
C7	**Neiva**	Micro empresas	COP 30 milhões	Até 3 anos	Redesconto: DTF (e.a.) Empresário: DTF (e.a.) + 8,00% (e.a.)
C8	**Buenaventura**	Micro, pequenas e médias empresas	COP 100 milhões (microempresas) COP 300 milhões (PME)	Fundo de maneio: 3 anos Modernização empresarial: 7 anos	Redesconto: DTF (e.a.) - 1,0% (e.a.) Empresário: Livremente negociável
C9	**Santander de Quilichao**	Micro empresas	COP 20 milhões	3 anos	Redesconto: DTF (e.a.) + 1,0% (e.a.) Empresário: Livremente negociável
C10	**Monterrey - Casanare**	Micro e pequenas empresas	COP 40 milhões	Fundo de maneio: 3 anos	Redesconto: DTF (e.a.) Empresário: Livremente negociável
				Modernização empresarial: 5 anos	Redesconto: DTF (e.a.) - 1,0% (e.a.) Empresário: Livremente negociável

Fonte: BANCÓLDEX

Programas Especiais

O BANCÓLDEX tem três programas especiais, a saber:

- **Programa de Transformação Produtiva;**
- **Innpulsa;**
- **Banca das Oportunidades.**

O quadro seguinte apresenta alguns aspetos essenciais relativos a estes três programas.

Quadro 15 – Programas especiais no âmbito do BANCÓLDEX

D1	Programa de Transformación Productiva	Programa direcionado ao aumento da competitividade de 20 setores estratégicos para a economia colombiana. Os setores apoiados são os setores dos cosméticos e higiene, têxtil e vestuário, couro e calçado, indústria editorial e comunicação gráfica, indústria de peças e veículos, metalomecânica, siderurgia, estaleiros, *software* e tecnologias de informação, turismo de saúde, turismo de bem-estar, turismo de natureza, energia elétrica, bens e serviços conexos, chocolataria, confeitaria e suas matérias-primas, carne bovina, leite e derivados, aquícola, hortifruticultura, azeites, óleos e biocombustíveis e subcontratação de processos de negócios. Trata-se de um apoio técnico, não financeiro, cabendo ao Programa a elaboração de planos de negócios para os setores identificados, devendo então os empresários seguir esses planos de negócios. Vive de uma permanente comunicação entre empresas e entidades públicas e é um programa sem data de término, contínuo.
D2	iNNpulsa Colombia	O Programa Innpulsa Colômbia tem por objetivo estimular os setores produtivos do país a tornarem-se mais inovadores, estimulando o relacionamento entre setor público, setor privado e universidades/centros de investigação. O apoio pode ser através de assistência técnica ou de financiamento não reembolsável. O acesso aos fundos funciona mediante candidatura a concursos que vão abrindo periodicamente. Para conhecer as ofertas em vigor num determinado momento, consulte o *link* abaixo: *http://www.innpulsacolombia.com/es/ofertas?filterby=3.*
D3	Banca de las Oportunidades	A Banca das Oportunidades é um programa com o objetivo de promover o acesso a microempresários e pequenas empresas a serviços financeiros. Atua através de: • Subsidiação de custos; • Cofinanciamento de projetos; • Assistência técnica. As convocatórias presentemente abertas podem ser consultadas consultando o *link* abaixo: *http://www.bancadelasoportunidades.com/contenido/contenido.aspx?conID=683&catID=299&pagID=1002.*

Fonte: BANCÓLDEX

Financiamento a Compradores de Bens e Serviços

A modalidade de financiamento a compradores de bens e serviços funciona através de duas submodalidades, a saber:

- **Linha de crédito ao comprador;**
- **Financiamento a projetos de engenharia, construção e outros serviços.**

De seguida aborda-se cada uma destas submodalidades.

E1. Linha de Crédito ao Comprador

Esta é uma linha de crédito ao comprador que necessita da aprovação de um intermediário financeiro do exterior, bem como dos custos associados, por parte do beneficiário. O custo dos crédito oferecido é estabelecido pelo BANCÓLDEX no momento da receção formal da solicitação do intermediário financeiro do exterior.

O financiamento pode ser feito em dólares ou em euros, até 100% do bem ou serviço importado ou a importar, desde que não supere o montante aprovado pela instituição financeira estrangeira.

O prazo de pagamento depende do tipo de bem (consumo, intermédio ou de capital) ou serviço e do prazo definido pela instituição financeira externa, da seguinte forma:

- Para bens de consumo: até 1 ano;
- Para bens intermédios: até 18 meses;
- Para bens de capital: até 5 anos.

São potenciais beneficiários desta modalidade de crédito, entidades das seguintes tipologias:

- Compradores de bens e/ou serviços da Colômbia do exterior;
- Exportadores colombianos;
- Intermediários financeiros do exterior.

E2. Financiamento a Projetos de Engenharia, Construção e Outros Serviços

De forma análoga à linha de crédito ao comprador, o BANCÓLDEX pode financiar o desenvolvimento de projetos de engenharia e/ou construção no exterior, levados a cabo por empresas colombianas.

Nesta classe de projetos, os montantes financiáveis são os seguintes:

- Até 100% da componente colombiana de bens, serviços e *inputs* vinculados ao projeto;
- Até 50% da componente importada de países terceiros que sejam parte do projeto;
- Até 85% dos custos e gastos locais para a execução do projeto.

Como beneficiários aceitam-se:

- Importadores de projetos de engenharia e/ou construção de empresas colombianas;
- Exportadores colombianos de bens e/ou serviços;
- Intermediários financeiros do exterior.

Contactos

As empresas interessadas em conhecer melhor os produtos oferecidos pelo BANCÓLDEX devem contactar diretamente o banco para o efeito, através dos seguintes meios:

- **Telefone:** (+57) 1 742 0281
- **Email:** contactenos@bancoldex.com

De forma alternativa, os interessados podem contactar diretamente as entidades financeiras intermediárias que disponibilizem os produtos. Os contactos primordiais dessas mesmas entidades são apresentados no subcapítulo deste guia referente à banca comercial.

2.2. Financeira de Desenvolvimento (FINDETER)

http://www.findeter.gov.co

Enquadramento

A FINDETER financia projetos de infraestrutura, canalizando os recursos através de intermediários financeiros autorizados, de forma semelhante ao BANCÓLDEX. O objetivo é facilitar recursos a taxas e com prazos de pagamento que permitam às empresas atender às necessidades de financiamento dos seus projetos. A FINDETER apoia o financiamento em diversos setores, nomeadamente:

- **Energia;**
- **Água potável;**
- **Ambiente.**

Abordam-se de seguida as condições de financiamento para cada um destes setores .

Setores Apoiados

Infraestruturas para o Desenvolvimento Energético

No âmbito deste programa, financiam-se investimentos relacionados com a produção, interligação, transmissão, transporte, armazenagem, distribuição, transformação e comercialização de todo o tipo de energia, proveniente de fontes tradicionais, alternativas ou não convencionais, renováveis ou não renováveis, nomeadamente:

- **Hidrocarbonetos;**
- **Carvão;**
- **Energia elétrica;**
- **Gás;**
- **Outras formas de energia.**

Apresentam-se de seguida as atividades financiadas.

Hidrocarbonetos

Financiam-se, entre outros, os investimentos relacionados com:

- Projetos relacionados com atividades de hidrocarbonetos;
- Oleodutos e polidutos;
- Cogeração, autogeração e trigeração de energia relacionada com atividades de hidrocarbonetos;
- Programas de gestão e redução de perdas;
- Sistemas de automação de medição e controlo;
- Empresas produtoras de sistemas de armazenagem relacionados com atividades de hidrocarbonetos;
- Empresas produtoras de instalações geradoras de energia relacionadas com atividades de hidrocarbonetos;
- Produtores de componentes e acessórios para projetos relacionados com atividades de hidrocarbonetos;
- Distribuição grossista e retalhista de combustíveis e derivados de petróleo;
- Prestadores de serviços para o setor dos hidrocarbonetos.

Carvão

Financiam-se, entre outros, os investimentos relacionados com:

- Projetos relacionados com atividades de carvão;
- Cogeração, autogeração e trigeração de energia relacionada com atividades de carvão;
- Programas de gestão e redução de perdas;
- Sistemas de automação de medição e controlo;
- Empresas produtoras de sistemas de armazenagem relacionados com atividades de carvão;
- Empresas produtoras de instalações geradoras de energia relacionadas com atividades de carvão;
- Produtores de componentes e acessórios para projetos relacionados com atividades de carvão;
- Prestadores de serviços para o setor do carvão.

Energia Elétrica

Financiam-se, entre outros, os investimentos relacionados com:

- Cogeração, autogeração e trigeração de energia;
- Programas de gestão e redução de perdas;
- Sistemas de automação de medição e controlo;
- Empresas produtoras de sistemas de armazenagem de energia;
- Empresas produtoras de instalações geradoras de energia;
- Todas as atividades relacionadas com o subsetor;
- Construção de redes e respetivas ligações para energia elétrica;
- Prestadores de serviços do setor da energia elétrica.

Gás

Financiam-se, entre outros, os investimentos relacionados com:

- Exploração;
- Redes;
- Programas de gestão e redução de perdas;
- Sistemas de automação de medição e controlo;
- Cogeração, autogeração e trigeração de energia proveniente de projetos relacionados com atividades de gás;
- Empresas produtoras de sistemas de armazenagem relacionados com atividades de gás;
- Produtores de componentes e acessórios relacionados com atividades do gás;
- Empresas produtoras de instalações geradoras de energia relacionadas com atividades de gás;
- Todas as atividades relacionadas com o subsetor;
- Construção de redes e respetivas ligações para gás;
- Prestadores de serviços do setor do gás.

Outras Fontes de Energia

Financiam-se, entre outros, os investimentos relacionados com:

- Cogeração, autogeração e trigeração de energia proveniente de projetos relacionados com outras formas de energia;
- Programas de gestão e redução de perdas;
- Sistemas de automação de medição e controlo;
- Produtores de equipamentos e componentes para sistemas de energia solar;
- Produtores de equipamentos e componentes para sistemas de energia eólica;
- Empresas produtoras de sistemas de armazenagem de ouras formas de energia;
- Produtores de componentes e acessórios para redes de outras formas de energia;
- Empresas produtoras de instalações geradoras de outras formas de energia;
- Prestadores de serviços de outras formas de energia.

Infraestruturas de Água Potável e Saneamento Básico

O financiamento neste âmbito contempla o desenvolvimento de infraestruturas para os setores da água potável, saneamento básico e gestão de resíduos.

Apresentam-se de seguida as atividades financiadas.

Água

Financiam-se, entre outros, os investimentos relacionados com:

- Exploração;
- Produção;
- Tratamento;
- Armazenagem;
- Redes;
- Comercialização;
- Programas de redução de perdas e água não contabilizada;
- Conservação e recuperação de micro bacias;
- Construção de redes e correspondentes ligações de água;
- Todas as atividades relacionadas com o subsetor.

Saneamento

Financiam-se, entre outros, os investimentos relacionados com:

- Recolha;
- Redes;
- Tratamento;
- Deposição final;
- Construção de redes de saneamento e respetivas ligações;
- Todas as atividades relacionadas com o subsetor.

Resíduos

Financiam-se, entre outros, os investimentos relacionados com:

- Armazenagem, recolha e limpeza de vias e áreas públicas;
- Reciclagem, aproveitamento, recolha e transporte;
- Estações de transferência, triagem, tratamento e deposição final;
- Todas as atividades relacionadas com o subsetor.

Infraestruturas de Ambiente

O financiamento neste âmbito contempla o desenvolvimento do setor ambiental em áreas relacionadas com a produção limpa, mercados verdes, prevenção, mitigação e compensação de impactes ambientais, gestão de risco ambiental e prevenção e gestão de desastres naturais, associadas a todo o tipo de atividade económica.

Apresentam-se de seguida as atividades financiadas.

Produção Limpa e Mercados Verdes

Financiam-se, entre outros, os investimentos relacionados com:

- Planos, programas e projetos relacionados com a gestão e impactes ambientais;
- Jardins botânicos;
- Modernização tecnológica;
- Mercados verdes;
- Mecanismos de desenvolvimento limpo.

Proteção e Gestão de Risco Ambiental

Financiam-se, entre outros, os investimentos relacionados com:

- Investigação, educação e desenvolvimento ambiental;
- Proteção de áreas de reserva ambiental;
- Reflorestação;
- Sistemas de informação.

Condições Gerais de Financiamento

As condições gerais de financiamento para operações de crédito e *leasing* da FINDETER são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 16 – Condições de financiamento da FINDETER

Prazo total	Até 15 anos (incluindo o período de carência)
Período de carência	Até 3 anos
Prazo de amortização	Até 15 anos (quando não há período de carência)
Taxa de redesconto	Pode ser fixa ou variável, com base na DTF, IPC e Libor. O *prime rate* e o *spread* são estabelecidos pelo Comité Executivo.
Taxa de juro final	Livremente negociada entre o intermediário e o beneficiário
Forma de pagamento	Mensal, bimestral, trimestral, semestral ou anual
Moeda	Moeda local ou estrangeira

Fonte: FINDETER

Taxas de Juro

Enquadramento

De forma análoga ao BANCÓLDEX, a FINDETER apresenta taxas de juro de redesconto para os seus programas, a cobrar às instituições financeiras intermediárias. A taxa final a ser paga pelo empresário é posteriormente negociada.

A base para as taxas é a seguinte:

- Taxa de Depósitos a Término Fixo (DTF) trimestre antecipado (t.a.);
- Índice de Preços do Consumidor (IPC) efetivo anual (e.a.);
- Indicador Bancário de Referência (IBR) mês vencido (m.v.).

O quadro seguinte apresenta as taxas de juro de redesconto, os prazos de pagamento e os períodos de carência associados aos programas da FINDETER.

Quadro 17 – Taxas de juro de redesconto da FINDETER

Prazo:	1-2 anos	2-4 anos	4-6 anos	6-8 anos	8-10 anos	10-12 anos	12-15 anos
Carência:	**1 ano**	**2 anos**	**3 anos**	**3 anos**	**3 anos**	**3 anos**	**3 anos**
Taxa	**Pontos a adicionar à taxa base**						
DTF (t.a.)	+2,20%	+2,60%	+2,75%	+3,00%	+3,10%	+3,20%	+3,30%
IPC (e.a.)	+3,70%	+3,90%	+4,00%	+4,40%	+4,70%	+4,90%	+5,10%
IBR (m.v.)	+2,80%	+3,00%	+3,20%	+3,40%	+3,60%	---	---

As taxas em vigor em agosto de 2014 eram as seguintes:

- DTF (t.a.): 3,99%
- IPC (e.a.): 2,94%
- IBR (m.v.): 4,338%

Fonte: FINDETER

Para além destas taxas gerais, existem ainda linhas de crédito especiais com taxas de juro próprias. De seguida apresentam-se as mais relevantes para o setor do ambiente e energia.

Linha Especial Energias Renováveis e Iluminação

Com esta linha, a FINDETER pretende apoiar a modernização e expansão dos serviços de iluminação (pública ou privada) e energias renováveis, bem como todos os investimentos relacionados com este tipo de projetos, que contribuam para a eficiência energética e redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

As atividades financiáveis são as seguintes:

- Iluminação pública e iluminação interior e exterior;
- Sistemas de energias renováveis exclusivamente para energia eólica, solar, maremotriz, geotérmica e da biomassa;
- Estudos e projetos;

- Aquisição de ativos elétricos;
- Sistemas de monitorização;
- Sistemas de georreferenciação.

As condições financeiras para acesso a esta linha são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 18 – Condições de acesso à Linha Especial Energias Renováveis e Iluminação

Recursos da linha	COP 100 mil milhões
Prazo de pagamento	Até 8 anos, incluindo 2 anos de período de carência
Taxa de redesconto	DTF +1,90% (t.a.) ou IPC (e.a.) +4,00%
Taxa de juro final	Livremente negociada
Vigência	30 de junho de 2015

Fonte: FINDETER

Linha Especial em Dólares

As condições financeiras para acesso a esta linha são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 19 – Condições de acesso à Linha Especial em Dólares

Modalidade de amortização	Trimestral Libor 3 meses, semestral Libor 6 meses
Taxa de juro final	Livremente negociada
Financiamento	Investimento, fundo de maneio e reestruturação de passivos
Vigência	31 de dezembro de 2014

Fonte: FINDETER

As taxas de juro a aplicar são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 20 – Taxas de juro da Linha Especial em Dólares

Prazo	Carência	Montante disponível (USD)	Taxa em USD Libor 3 meses	Taxa em USD Libor 6 meses
1-9 anos	---	16.800.000	+3,00%	+2,95%
9-15 anos	1 ano	26.571.394	+3,10%	+3,05%
15-20 anos	3 anos	20.349.281	+3,20%	+3,15%

Fonte: FINDETER

Programa de Habitação de Interesse Social (Construtores)

Este programa apoia, entre outras coisas, investimento em obras de construção de serviços públicos domésticos (água, saneamento, energia e resíduos).

As condições para acesso a este programa são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 21 – Condições de acesso ao Programa de Habitação de Interesse Social (Construtores)

Recursos da linha	Sem limite
Beneficiários	Empresas de construção
Financiamento	Investimento, reestruturação de passivo e fundo de maneio

Fonte: FINDETER

As taxas de juro a aplicar são apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 22 – Taxas de juro do Programa de Habitação de Interesse Social (Construtores)

Taxa/Prazo	5-8 anos	8-10 anos	10-12 anos	12-15 anos
UVR + Spread (e.a.)	---	4,60%	4,70%	4,80%
Taxa fixa (e.a.)	8,10%	8,20%	8,30%	---

UVR: Unidade de Valor Real (2.88% a 09/2014)

Fonte: FINDETER

Contactos

Para conhecer melhor as condições de cada um dos produtos referidos anteriormente, aconselha-se o contacto com a FINDETER, através de uma das suas delegações regionais, das quais apresentamos os contactos de seguida.

Direção Geral FINDETER

Responsável:	Luis Fernando Arboleda González
Endereço:	Calle 103 # 19-20, Bogotá, Colombia
Telefone:	(+57) 1 623-0370
Email:	findeter@findeter.gov.co / redescuentofindeter@findeter.gov.co (crédito)

Regional Centro - Bogotá

Área:	Amazonas, Bogotá, Boyacá, Casanare, Cundinamarca, Guanía, Guaviare, Meta, Vaupés e Vichada
Responsável:	Bernardo Ordóñez Gutiérrez
Endereço:	Calle 26 # 59 - 41 Oficina 705 Edificio Cámara Colombiana de la Infraestructura, Colombia
Telefone:	(+57) 1 623-0370
Email:	regional.bogota@findeter.gov.co

Regional Noroccidental - Medellín

Área:	Antioquia, Chocó
Responsável:	Diana María Giraldo
Endereço:	Carrera 43A # 19 - 17 Oficina 703 Edificio Centro Empresarial Block, Medellín, Colombia
Telefone:	(+57) 4 268-3580
Email:	regional.medellin@findeter.gov.co

Regional Caribe - Barranquilla

Área:	Atlántico, Bolívar, Cesar, Guajira, Magdalena, San Andrés y Providencia, Córdoba e Sucre
Responsável:	Susana Monica Pupo Kunzel
Endereço:	Carrera 52 # 76 - 167 Oficina 510 - Barranquilla, Colombia
Telefone:	(+57) 5 358-5019
Email:	regional.barranquilla@findeter.gov.co

Regional Pacífico - Cali

Área:	Cauca, Nariño, Putumayo e Valle del Cauca
Responsável:	Marisol Monedero Navia
Endereço:	Carrera 100 # 11-90 Oficina 412 - Cali, Colombia
Telefone:	(+57) 2 332-1899
Email:	regional.cali@findeter.gov.co

Regional Nororiental - Bucaramanga

Área:	Arauca, Norte de Santander, Santander e Sur del César
Responsável:	Marlene Patiño Gutiérrez
Endereço:	Calle 35 # 19 - 41 Of 411 - Bucaramanga, Colombia
Telefone:	(+57) 7 630-2043
Email:	regional.bucaramanga@findeter.gov.co

Zona Sur - Neiva

Área:	Huila, Tolima e Caquetá
Responsável:	Bernardo Ordóñez Gutiérrez
Endereço:	Carrera 5 #10 - 49 - Local 103 - Neiva, Colombia
Telefone:	(+57) 8 871-4123
Email:	regional.neiva@findeter.gov.co

Zona Eje Cafetero - Pereira

Área:	Caldas, Quindio, Risaralda e Municipios del Norte del Valle
Responsável:	Alejandro Callejas Aristizabal
Endereço:	Av. Circunvalar # 13 - 40 Uniplex 404 B - Pereira, Colombia
Telefone:	(+57) 6 335-8701
Email:	regional.pereira@findeter.gov.co

Oficina Satélite Santa Marta

Responsável:	Alejandra Londoño González
Endereço:	Carrera 13 # 3 - 13, Edificio Cámara de Comercio - Santa Marta, Colombia
Telefone:	(+57) 3002 700 201
Email:	findeter.santamarta@findeter.gov.co

Oficina Satélite Sincelejo

Responsável:	Ramiro Carlos Díaz Paternina
Endereço:	Carrera 20 # 27-87 Piso 3, Edificio Cámara de Comercio - Sincelejo, Colombia
Telefone:	(+57) 3202 287 574
Email:	findeter.sincelejo@findeter.gov.co

Oficina Satélite Montería

Responsável:	Juan David Portillo Arango
Endereço:	Calle 31 # 4 - 47 Oficina 603, Edificio Los Ejecutivos - Montería, Colombia
Telefone:	(+57) 4 781-6480
Email:	findeter.monteria@findeter.gov.co

Oficina Satélite Cúcuta

Responsável:	Edward Gabriel Rosas Peña
Endereço:	Calle 10 # 4 - 38 Torre A Piso 3, Edificio Cámara de Comercio - Cúcuta, Colombia
Telefone:	(+57) 7 582-9527
Email:	findeter.cucuta@findeter.gov.co

Oficina Satélite Pasto

Responsável:	Ferney Migdony Betarcurt
Endereço:	Calle 18 # 28-84, Edificio Cámara de Comercio - Pasto, Colombia
Telefone:	(+57) 2 731-1445
Email:	findeter.pasto@findeter.gov.co

Oficina Satélite Villavicencio

Responsável:	Miryam Neise Pastran Borrero
Endereço:	Avenida 40 No. 35 A 40 Maizaro Piso 2, Edificio Cámara de Comercio, Colombia
Telefone:	(+57) 3102 162 574
Email:	findeter.villavicencio@findeter.gov.co

Os interessados podem ainda contactar a instituição financeira intermediária de interesse. Os contactos primordiais destas instituições são apresentados no subcapítulo deste guia referente à banca comercial.

2.3. Financeira de Desenvolvimento Nacional (FDN)

http://www.fdn.com.co

Enquadramento

A Financeira de Desenvolvimento Nacional (FDN) é um banco de fomento colombiano orientado para aumentar a participação das empresas no investimento nas infraestruturas necessárias para o país. A entidade criada em 2011 vem substituir a extinta FEN, a Financeira Energética Nacional. A nova entidade pretende oferecer financiamento a longo prazo para projetos de infraestrutura numa primeira fase, apostando posteriormente nos setores da energia, transportes e saúde. Adicionalmente, o FDN pretende também estimular a estruturação de parcerias público-privadas para a realização das infraestruturas.

Tal como nas instituições financeiras referidas anteriormente, o financiamento do FDN é feito de forma indireta, através de empréstimos de bancos locais e globais, de empréstimos do tipo A/B através de instituições financeiras multilaterais (particularmente do Banco Mundial, que assume uma posição preponderante no FDN) e de garantias.

O financiamento assume três formas distintas, a saber:

- **Dívida subordinada;**
- **Dívida sénior de longo prazo;**
- **Garantia parcial.**

No caso da **dívida subordinada**, as amortizações estão condicionadas ao pagamento da dívida preferencial, contando com prazos de pagamento superiores a esta. Este produto permite aos projetos melhorarem a eficiência da sua estrutura de capital, reduzindo o risco da dívida comercial e o risco de liquidez. Assim, o financiamento do investimento é de acordo com as necessidades de cada projeto, com o FDN a assumir-se como credor do projeto na qualidade de subordinado ao pagamento da dívida sénior. Isto resulta em menor pressão sobre o capital, melhoria do risco da dívida sénior, redução dos riscos de liquidez, alinhamento de fluxos de caixa do projeto com fluxos de dívida e melhoria da estrutura de financiamento.

No caso da **dívida sénior de longo prazo**, ou dívida preferencial, esta apresenta prioridade no pagamento, oferecendo o FDN um financiamento com prazos superiores aos oferecidos no mercado. Com este produto, alinham-se os fluxos de caixa do projeto e assegura-se que os custos correspondem aos riscos em cada fase do projeto. Assim, o FDN, como credor do projeto, faz parte da estrutura de créditos de projetos de infraestrutura, detém prioridade no pagamento sobre dívida subordinada e oferece taxas de juro competitivas e inferiores às oferecidas no caso de dívida subordinada.

A **garantia parcial** é uma garantia para estabilizar o fluxo de caixa dos projetos, no caso de diminuição temporária das receitas. A garantia parcial incrementa a qualificação do projeto no momento da abordagem ao mercado de capitais, permitindo cobrir o risco de liquidez e mobilizando capital do mercado institucional. Assim, a garantia parcial funciona como mecanismo para suprir o risco de liquidez, diminuindo o risco gerado pela diferença entre o fluxo de caixa do projeto a longo prazo e o fluxo de pagamentos da dívida. A garantia é emitida pela FDN a favor de detentores de títulos de dívida, mitigando o risco oriundo de variações cíclicas, melhorando o perfil de risco para emissões de títulos do projeto e assim o custo de financiamento das empresas e mobilizando recursos a longo prazo na fase de operação e manutenção do projeto.

Para mais informações sobre os produtos oferecidos pelo FDN, recomenda-se o contacto direto com esta instituição.

Contactos

Financeira de Desenvolvimento Nacional (FDN)

Endereço:	Carrera 7 N·71-52 Torre B piso 6 - Bogotá D.C Colombia
Telefone:	(+57) 1 326-4999
Email:	financieradedesarrollonacional@fdn.com.co

2.4. Fundos de Capital

Enquadramento

Não sendo instituições financeiras na verdadeira aceção da palavra, os fundos de capital são uma forma de financiamento das empresas. Na Colômbia, existem inúmeros fundos de capital que investem em empresas com perspetivas de crescimento, havendo até alguns dedicados exclusivamente a empresas do setor do ambiente e energia. O quadro seguinte apresenta uma listagem dos principais fundos de capital presentes na Colômbia com alguma relevância para o setor do ambiente e energia. As áreas de interesse elencadas para cada fundo são apenas as áreas de relevo para o presente guia. Alguns dos fundos podem ter outras áreas de interesse não mencionadas.

Quadro 23 – Fundos de capital de interesse na Colômbia

Fundo	Áreas de interesse	Dimensão
Altra Fondo de Capital Privado I	Energia e Serviços	USD 105 milhões
Altra Fondo de Capital Privado II	Energia e Serviços	USD 356 milhões
Fondo Aureos Colombia FCP	Não definido	USD 183,6 milhões
Fondo Capital Medellín	Engenharia	USD 1,5 milhões
Fondo de Capital Privado inversor	Não definido	USD 20,5 milhões
Fondo Energético Andino	Energia	USD 46 milhões
FCP Innovación SP	Água, Energia, Resíduos	USD 51,4 milhões
Hidrocarburos de Colombia	Energia	USD 220 milhões
Escala Capital	Engenharia e Resíduos	USD 41,5 milhões
Fondo Mas Colombia-Latam	Engenharia	USD 83,64 milhões
Fondo Transandino Colombia FCP	Energia	USD 16,74 milhões
Fondo de Capital Privado Teka Colombia I	Energia	USD 142 milhões
Tribeca Energy Fund	Energia	USD 133 milhões
Fondo de Infraestructura Colombia Ashmore I-FCP	Água, Energia, Resíduos	USD 216,2 milhões
Fondo de Capital Privado de Infraestructura Brookeld	Energia	USD 365 milhões
Fondo de Infraestructura en Transporte - FINTRA	Energia	USD 83 milhões
Fondo de Capital Privado Nexus Infraestructura I FCP	Água, Energia, Engenharia	USD 115 milhões
Linzor Capital Partners I, II	Energia	USD 465 milhões
Southern Cross Latin America Private Equity Fund IV	Não definido	USD 1.681 milhões
Victoria South American Partners II	Não definido	USD 850 milhões
CASEIF III	Energia	USD 50 milhões
ANCLA 360	Energia	USD 500 milhões
MGM Sustainable Energy Fund, L.P.	Energia	USD 41,2 milhões
Velum Early Stage Fund I	Eficiência de recursos	USD 11,3 milhões

Fonte: BANCÓLDEX

Contactos

Apresentam-se de seguida os contactos telefónicos e de e-mail para os fundos de capital elencados.

Quadro 24 – Contactos dos fundos de capital de interesse na Colômbia

Fundo	Responsável	Telefone	E-mail
Altra Fondo de Capital Privado I	Laura Londoño	(+57) 1 275-8340	llondono@altrainv.com
Altra Fondo de Capital Privado II	Laura Londoño	(+57) 1 275-8340	llondono@altrainv.com
Fondo Aureos Colombia	Daniel Wasserman	(+57) 1 637-2500	daniel.wasserman@abraaj.com
Fondo Capital Medellín	Jorge León Montoya	(+57) 4 444-6644	Jorge.montoya@capitaliacolombia.com
Fondo de Capital Privado inversor	Alberto Riaño	(+57) 1 313-9800	ariano@inversor.org.co
Fondo Energético Andino	María B. Antequera	(+57) 311 415 6140	mbantequera@sclea.com
FCP Innovación SP	Felipe Zárate Gutiérrez	(+57) 4 380-7907	fzarate@fcp-innovacion.com
Hidrocarburos de Colombia	John Jairo Santa	(+57) 1 606-5500	jsanta@laef.com
Escala Capital	Rafael Yepes Isaza	(+57) 4 448-4511	ryepes@promotora.com.co
Fondo Mas Colombia-Latam	Hector Cateriano	(+57) 1 622-0126	hcateriano@mas-equity.com
Fondo Transandino Colombia FCP	Hector Cateriano	(+57) 1 635-2399	hcateriano@seafcolombia.com
Fondo de Capital Privado Teka Colombia I	Diego Córdoba	(+57) 1 321-5200	dcm@tekacap.com
Tribeca Energy Fund	Jaime Ramírez	(+57) 1 490-0040	jaime.ramirez@tribeca.com.co
Fondo de Infraestructura Colombia Ashmore I-FCP	Camilo Villaveces	(+57) 1 347-0649	camilo.villaveces@ashmoregroup.com.co
Fondo de Capital Privado de Infraestructura Brookeld	Carlos David Castro	(+57) 1 742-7377	---
Fondo de Infraestructura en Transporte - FINTRA	Maria M. Prado	(+57) 1 313-1188	mprado1@doil.com
Fondo de Capital Privado Nexus Infraestructura I FCP	Daniela Postarini	(+57) 1 321-9838	dpostarini@nexus.com.co
Linzor Capital Partners I, II	Carlos Emilio Gómez	(+57) 1 530-5177	carlos.gomez@linzorcapital.com
Southern Cross Latin America Private Equity Fund	Diego Acevedo	(+57) 1 321-6355	dacevedo@southerncrossgroup.com
Victoria South American Partners II	Ricardo Vázquez	(+57) 1 200-7630	rvazquez@victoriacp.com
CASEIF III	Erick Lagos	---	erlagos@lase.com
ANCLA 360	Mauricio V. Vergnaud	(+57) 1 313-9213	mauricio.vargas@efromovichsilva.com
MGM Sustainable Energy Fund, L.P.	Maria Pia Iannariello	---	Mariapiai@mgminnovacap.com
Velum Early Stage Fund I	Esteban Velasco	(+57) 4 266-9243	ev@velumventures.com

Fonte: BANCÓLDEX

2.5. Banca Comercial

Os recursos disponibilizados pelos bancos de desenvolvimento, chegam ao consumidor final, às empresas e aos particulares, através de intermediários financeiros, uma vez que a banca de desenvolvimento não presta estes serviços de forma direta. Os intermediários financeiros de maior relevo em qualquer país são os bancos comerciais.

De seguida, apresentam-se os principais bancos a operar na Colômbia, bem como uma breve caracterização sobre cada um deles.

BANCOLOMBIA

O **Bancolombia** é o maior banco da Colômbia e um dos 20 maiores bancos a operar na América Latina. O banco foi fundado em Bogotá em 1875 e atualmente a sua sede fica em Medellín.

O banco oferece soluções de crédito personalizadas para micro empresas (vendas anuais inferiores a COP 280 milhões/ano), pequenas e médias empresas (vendas anuais entre COP 280 milhões e COP 18.500 milhões/ano) e empresas de maior dimensão (vendas superiores e COP 18.500 milhões/ano.

Contacto primordial: (+57) 1 343-0000

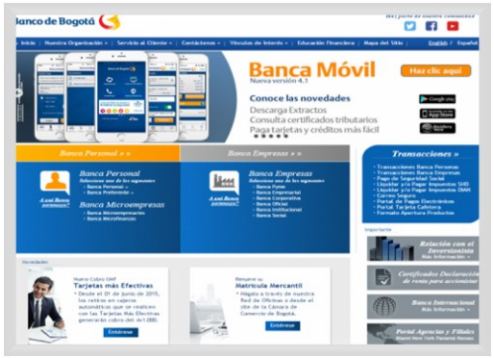
(http://www.grupobancolombia.com)

BANCO DE BOGOTÁ

O **Banco de Bogotá** é o segundo maior banco da Colômbia e o 22º segundo maior banco da América Latina, segundo dados publicados na revista América Economía em 2013.

O banco oferece soluções para pequenas e médias empresas e soluções de banca empresarial e corporativa, apresentando soluções de liquidez e investimento, financiamento, logística, comerciais, de comércio internacional, fiduciárias ou de fundo de maneio.

Contacto primordial: (+57) 1 607-9006



(https://www.bancodebogota.com)

BANCO DAVIVIENDA

O **Banco Davivienda** é o terceiro maior banco da Colômbia e o 28º maior na região da América Latina. O banco serve mais de 6,6 milhões de clientes, através de cerca de 743 sucursais espalhadas por todo o país e que empregam mais de 15 mil pessoas.

Os produtos oferecidos aos clientes empresariais centram-se em soluções de crédito, de liquidez, de comércio externo e de investimento. Oferece créditos de curto e longo prazo, simples e rotativos, mantendo uma relação histórica de financiamento ao setor da energia.

(https://www.davivienda.com)

Contacto primordial: (+57) 1 338-3838

BBVA COLOMBIA

O **BBVA Colombia** é o quarto maior banco do país e o 36º maior da América Latina e é parte integrante do gigante bancário espanhol Banco Bilbao Vizcaya Argentaria.

Os principias veículos de financiamento disponibilizados às empresas são o crédito comercial, o crédito ao comércio externo, o *factoring*, o *leasing*, avais e garantias, crédito ao construtor, o redesconto, crédito a fundo de maneio e linhas de crédito canalizadas do Bancóldex e Findeter.

(https://www.bbva.com.co)

Contacto primordial: (+57) 1 8000 912 227

BANCO DE OCCIDENTE

O **Banco de Occidente** é o quinto maior banco da Colômbia e, assumindo a 43ª posição na lista dos maiores bancos da América Latina, encerra a participação das instituições colombianas no *top* 50.

Por meio das soluções de financiamento do Banco de Occidente, as empresas interessadas podem obter recursos financeiros para fundo de maneio ou investimento livre a curto, médio e longo prazo, a taxas de mercado favoráveis. São também geridas linhas específicas como as linhas Balcóldex ou Findeter.

(https://www.bancodeoccidente.com.co)

Contacto primordial: (+57) 1 307-7027

BANCO POPULAR

O **Banco Popular** é um dos maiores bancos da Colômbia e conta com quase 65 anos de experiência no país.

O banco disponibiliza inúmeras linhas de crédito, nomeadamente para microcrédito, bem como as linhas de financiamento integradas na Findeter. Oferece ainda serviços de *leasing*, *factoring* e apoio ao comércio externo.

(https://www.bancopopular.com.co)

Contacto primordial: (+57) 1 606-3456

COLPATRIA MULTIBANCA (GRUPO SCOTIABANK)

O **Colpatria Multibanca** faz parte do grupo financeiro canadiano Scotiabank e é o segundo maior banco estrangeiro a operar no país (apenas suplantado pelo BBVA).

Para além dos habituais produtos e serviços de crédito disponibilizados pelas instituições financeiras, o Colpatria Multibanca oferece acesso aos programas do Bancóldex e da Findeter. O banco oferece ainda produtos especializados para as necessidades das pequenas e médias empresas.

(https://www.colpatria.com)

Contacto primordial: (+57) 1 756-1616

BANCO CAJA SOCIAL (BCSC)

O **Banco Caja Social (BCSC)**, resultante da fusão entre o Banco Caja Social e o Banco Colmena tem uma matriz de preocupação social e de combate à pobreza. O banco conta com mais de 4,6 milhões de clientes e está em cerca de 63 cidades na Colômbia, através de mais de 260 subsidiárias. Os ativos totais do banco ultrapassam os 10 mil milhões de pesos colombianos.

O banco apresenta soluções para microempresários, pequenas e médias empresas e empresas de maior dimensão, bem como produtos e serviços específicos para o setor da construção.

(https://www.bancocajasocial.com)

Contacto primordial: (+57) 1 307-7060

3. MULTILATERAIS FINANCEIRAS

3.1. Mercado das Multilaterais Financeiras

As multilaterais financeiras são Instituições Financeiras Internacionais (IFI) que promovem o desenvolvimento económico e social e a redução dos níveis de pobreza nos países em desenvolvimento.

Atuam em todos os setores de atividade, com especial ênfase nos setores sociais (educação e saúde), na agricultura e desenvolvimento rural, na governação e infraestruturas (água, energia e transportes).

Desempenham, um papel de primeira linha na formulação de teorias, políticas e estratégias relacionadas com as grandes temáticas da agenda do desenvolvimento: alívio da dívida, eficácia da ajuda, modalidades de financiamento, promoção do setor privado, entre outras.

Partilham um vasto conhecimento a partir da produção de milhares de documentos (relatórios, estudos, *outlooks*, etc.) sobre o setor financeiro, governação, desenvolvimentos macroeconómicos, clima de investimento e muitos outros assuntos. Privilegiam a aplicação de princípios estruturantes dos esforços da comunidade internacional para imprimir mais eficácia na ajuda, como os da apropriação, do alinhamento, da harmonização e da gestão para os resultados.

Finalmente, utilizam um conjunto muito diversificado de instrumentos financeiros (empréstimos, doações, garantias) e não financeiros (serviços de assistência técnica e assessoria) envolvendo enormes quantidades de recursos.

A atividade destas instituições financeiras traduz-se em avultados investimentos que causam importantes impactos no desenvolvimento dos países beneficiários. Mas não só nestes. Os países doadores retiram também vantagens diretas dos recursos dos Bancos Mundiais Doadores (BMD), por via dos contratos que as empresas fornecedoras de bens e serviços ganham no âmbito de programas e projetos lançados a concurso pelos países (*procurement*).

Os países doadores, ao participarem enquanto membros acionistas na atividade destes bancos, atuam em palcos internacionais onde é permanente a simbiose de objetivos de natureza política (solidariedade, visibilidade, influência, segurança, etc.) com objetivos de natureza económica (internacionalização de empresas, aumento de exportações, alargamento de mercados).

Por outro lado, é importante referir que essa participação é uma forma de os doadores aumentarem os fluxos destinados à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), contribuindo para se aproximarem de compromissos internacionalmente assumidos. É pertinente também destacar que as oportunidades de negócios proporcionadas pelos contratos de financiamento estabelecidos pelos BMD com os países beneficiários, permitem aos doadores alcançar parte substancial do almejado retorno dos fundos orçamentais afetos à APD.

3.2. Participação de Portugal nas IFI - Instituições Financeiras Internacionais

As instituições financeiras internacionais têm como principais objetivos fomentar o crescimento económico e a cooperação à escala global ou regional, contribuindo para a promoção do desenvolvimento económico e social sustentável dos países em desenvolvimento, membros dessas instituições, bem como a redução da pobreza.

A adesão de Portugal às Instituições Financeiras Internacionais prossegue objetivos de natureza política e económica, dos quais se destacam:

- Garantir a defesa dos interesses estratégicos da política externa, de internacionalização e de cooperação portuguesa;
- Aumentar a visibilidade e influência Portuguesa nas IFI;
- Promover vantagens mútuas de cooperação económica e facilitar o acesso das empresas e consultores nacionais ao denominado mercado das multilaterais financeiras, cuja oferta à escala global chega a ultrapassar os 100 mil milhões USD/ano.

Atualmente o Governo Português é acionista das seguintes Instituições Financeiras Internacionais:

- Grupo do Banco Mundial (BM), desde 1961;
- Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desde 1979;
- Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), desde 1983;
- Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), desde 1991;
- Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD), desde 2002;
- Corporação Andina de Fomento (CAF), desde 2009;
- Banco Europeu de Investimento (BEI), desde 1986.

A gestão das participações nestas instituições é assegurada pelo Ministério das Finanças, através da Direção Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais, no quadro mais vasto dos princípios, objetivos e prioridades da política externa portuguesa.

A análise dos benefícios para Portugal do ponto de vista político e económico, resultantes da sua participação no sistema multilateral financeiro pode ser feita através de dois indicadores de resultados:

- Rácio do retorno para a economia portuguesa (valor dos contratos ganhos por empresas portuguesas/desembolsos);
- Número de quadros portugueses colocados nas referidas instituições.

3.3. Dimensão do Mercado das Multilaterais Financeiras Internacionais

O mercado das multilaterais financeiras apresenta um enorme potencial no que diz respeito a oportunidades de negócio, investimento e parcerias internacionais, a saber:

- **Operações com o setor público**, a janela soberana, para financiamentos a governos e empresas/entidades governamentais, que exige uma demonstração de interesse por parte do Ministério responsável pela gestão da relação entre o país e o banco em questão, da qual surgem as oportunidades de *procurement* para empresas e consultores;
- **Operações com o setor privado**, a janela não soberana, para financiamento de empresas privadas de direito local (vertente investimento), à qual empresas portuguesas com subsidiárias locais podem aceder;
- ***Trust funds*** ou fundos de cooperação técnica que Portugal mantém junto de algumas IFI, cujos recursos se destinam a financiar serviços de consultoria e assistência técnica nos países beneficiários.

3.4. Oportunidades de Negócios

O mercado das multilaterais financeiras apresenta um enorme potencial no que diz respeito a oportunidades de negócio, investimento e parcerias internacionais, nomeadamente;

- Contratos de licitação pública para prestação de serviços;
- Contratos de licitação pública para realização de obras;
- Contratos de licitação pública para satisfação das próprias necessidades das IFI (*corporate procurement*);
- Participação, como investidor, promotor ou cofinanciador, em projetos de natureza privada ou projetos de parcerias público-privadas, desde que contribuam para o desenvolvimento económico ou social dos países beneficiários;
- Contratos de consultoria, gerados quer pelos departamentos de operações de cada banco, quer pelos Fundos portugueses de cooperação técnica junto do respetivo banco;
- Para a banca nacional, serviços de intermediação financeira, quer a nível da participação nos programas de facilitação do comércio internacional daquelas instituições, quer a nível da sindicação de empréstimos por elas concedidos.

3.5. Multilaterais Financeiras que Operam na Colômbia

As multilaterais financeiras a operar atualmente na Colômbia são:

- **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**
- **Banco Mundial (BM)**
- **Corporação Andina de Fomento (CAF)**

De seguida apresentamos uma descrição de cada uma delas.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

http://www.iadb.org/es/paises/colombia

Breve Caracterização

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoia iniciativas de países da América Latina e Caribe para reduzir a pobreza e a desigualdade. O objetivo do BID é promover o desenvolvimento de uma maneira sustentável e que não cause prejuízos climáticos. Estabeleceu-se em 1959 e constitui a maior fonte de financiamento para o desenvolvimento na América Latina e Caribe.

Tem 48 países membros como acionistas, entre eles 26 membros mutuários da América Latina e Caribe que têm participação maioritária no BID.

O Fundo para Operações Especiais (FOE) fornece financiamento concecional para os países membros mais vulneráveis.

Informação Básica

- **Presidente:** Luís Alberto Moreno
- **Número de países membros:** 48 países
- **Escritórios:** Sede em Washington, DC, com representações em 26 países mutuários, além de um escritório regional em Tóquio e outro em Paris
- **Pessoal:** Aproximadamente 2.000 pessoas
- **Clientes:** Governos centrais, províncias, estados, municípios, empresas privadas e organizações não-governamentais
- **Empréstimos e subsídios aprovados em 2014:** USD 3,8 mil milhões

Origem do Banco Interamericano de Desenvolvimento

A ideia de uma instituição para promover o desenvolvimento da América Latina surgiu na 1ª conferência Pan-Americana em 1890.

Sete décadas depois o BID tornou-se realidade, com uma proposta do presidente Juscelino Kubitscheck. O Banco foi criado formalmente em 1959, quando a Organização dos Estados Americanos redigiu o acordo de fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Ao longo dos anos, o BID acrescentou novos países membros e aumentou o seu capital nove vezes.

Em parceria com os seus clientes, o BID trabalha para eliminar a pobreza e a desigualdade e promover o crescimento económico sustentável. O BID empresta a governos nacionais, provinciais, estaduais e municipais, bem como a instituições públicas autónomas. Organizações da sociedade civil e empresas do setor privado também são elegíveis para financiamentos do BID.

O BID associa-se a países e proporciona-lhes recursos financeiros e conhecimento para atingir resultados.

Breve Descrição do Funcionamento

O Grupo BID, que consiste no Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Interamericana de Investimento (CII) e o Fundo Multilateral de Investimento (FUMIN), oferece soluções financeiras flexíveis aos seus países membros, para financiar o desenvolvimento económico e social através de empréstimos e subsídios a entidades públicas e privadas na América Latina e Caribe.

O BID é a principal fonte de financiamento com e sem garantia soberana para o desenvolvimento económico e social da região.

O CII focaliza-se exclusivamente em estabelecer, expandir e modernizar as PME (pequenas e médias empresas).

O FUMIN colabora com o setor privado para desenvolver, financiar e executar modelos de negociação inovadores para beneficiar os empresários e famílias pobres e de baixos rendimentos.

Organização do BID

A Assembleia de Governadores está no topo da hierarquia do BID e delega a supervisão das operações do Banco à Direção Executiva. As operações do dia-a-dia do BID estão a cargo de uma equipa de gestão.

Cada país membro nomeia um governador cujo número de votos é proporcional ao capital que o país subescreve ao banco. Os 26 países membros da América Latina e Caribe têm 50,02% dos votos. O principal acionista são os Estados Unidos da América com 30,01% dos votos.

Os diretores executivos desempenham as suas funções na sede do BID, em Washington, D.C. e são designados por um período de três anos.

O presidente do BID, eleito pela Assembleia de Governadores para um mandato de cinco anos, é o funcionário executivo principal e representante legal da instituição, responsável pelas atividades do dia-a-dia do banco. Conta com a assistência do Vice-Presidente Executivo e quatro Vice Presidentes.

Identificação das Diferentes Agências e *Trust Funds* Associados

Corporação Interamericana de Investimento (CII)

A Corporação Interamericana de Investimentos (CII) é uma instituição financeira multilateral criada em 1989, pertencente ao Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). É uma instituição independente, com capital e acionistas próprios. A missão da CII é promover o desenvolvimento económico dos seus países membros da região em desenvolvimento, promovendo a criação, a ampliação e a modernização de empresas privadas, prioritariamente as de pequena e média escala, de forma a que ponham em prática as atividades do BID.

A corporação colabora estritamente com o Grupo do BID para promover o desenvolvimento do setor privado mediante atividades conjuntas destinadas a intensificar o apoio a esse setor nos países membros regionais em desenvolvimento. A sua atividade consiste basicamente em:

- Identificar projetos no âmbito da agricultura, indústria, silvicultura, turismo, infraestruturas, saúde, educação, melhorias no setor tecnológico, gestão de risco e outras áreas em que existam programas do BID;
- Acordos de cooperação técnica conjunta para ajudar as empresas a aceder aos mercados de capital internacionais;
- Iniciativas conjuntas para identificar mecanismos de promoção de investimento e apoio administrativo através de escritórios regionais.

O CII tem um mercado de mais de um milhão de PME e que, até á data, beneficiaram de mais de 4.420 milhões de dólares em financiamento direto e indireto da CII.

Fundo Multilateral de Investimento (FUMIN)

O Fundo Multilateral de Investimento (FUMIN) foi criado em 1993 com um mandato dedicado ao acompanhamento das necessidades crescentes do setor privado (financiamento e investimento), nomeadamente em termos de instrumentos reguladores e apoio direto ao desenvolvimento de projetos.

O Fundo mantém um papel fundamental na redução dos custos de envio das remessas de emigrantes, promovendo o aumento da competição entre os operadores e o envolvimento do setor financeiro formal. Esta estratégia tem permitido um melhor aproveitamento desta poupança a qual é aplicada no financiamento de investimentos nos setores produtivos.

O FUMIN tem tido também um papel importante no fomento do microcrédito na região, quer através de operações diretas quer apoiando instituições especializadas.

Fundo para Operações Especiais (FOE)

O Fundo para Operações Especiais (FOE) é a janela concessional do Grupo BID e tem uma dimensão reduzida quando comparado com instrumentos financeiros semelhantes de outros bancos regionais. Tal deve-se ao facto de no continente sul-americano, apenas cinco países - Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua - terem acesso a este tipo de recursos. O FOE concede empréstimos a longo prazo, com juros bonificados a estes cinco membros e recursos para assistência técnica a todos os países mutuários.

Identificação das Pessoas de Contacto

Presidente do BID (2014): Luís Alberto Moreno

O quadro seguinte apresenta os diretores executivos e os diretores executivos suplentes do BID, no ano de 2014, bem como os países responsáveis pela sua eleição e o número de votos de que dispõem.

Quadro 25 – Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes do BID (Ano 2014)

Diretor Executivo	Suplente	Eleito por	Votos	%
Luis Hernando Larrazabal (Bolívia)	Marcelo Bisogno (Uruguai)	Bolívia	302.218	2,55
		Paraguai		
		Uruguai		
Joffrey Celestin Urbain (França)	Maria Rodriguez de la Rua (Espanha)	Áustria	572.786	4,83
		Dinamarca		
		Finlândia		
		França		
		Noruega		
		Espanha		
		Suécia		
Juan Marti Ascencio (México)	Muriel Alfonseca (República Dominicana)	República Dominicana	923.567	7,78
		México		

Quadro 25 – Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes do BID (Ano 2014) (conclusão)

Diretor Executivo	Suplente	Eleito por	Votos	%
Andrea Molinari (Argentina)	Valeria Fernandez Escliar (Argentina)	Argentina	1.379.147	11,63
		Haiti		
Eimon Ueda (Japão)	Hironori Kawauchi (Japão)	Croácia	736.290	6,21
		Japão		
		Coreia do Sul		
		Portugal		
		Eslovénia		
		Reino Unido		
Zulfikar Ally (Guiana)	Jerry Christopher Butler (Bahamas)	Bahamas	179.788	1,51
		Barbados		
		Guiana		
		Jamaica		
		Trinidad e Tobago		
Leo Kreuz (Alemanha)	Christian Hofer (Suíça)	Bélgica	592.502	5
		China		
		Alemanha		
		Israel		
		Itália		
		Países Baixos		
		Suíça		
Ricardo Carneiro (Brasil)	Maria Penido de Freitas (Brasil)	Brasil	1.336.445	11,27
		Suriname		
Carla Anai Herrera Ramos (Guatemala)		Belize	295.524	2,49
		Costa Rica		
		El Salvador		
		Guatemala		
		Honduras		
James Haley (Canadá)	Ian MacDonald (Canadá)	Canadá	474.312	4
Matthew Rutherford (EUA)		EUA	3.557.345	29,99
Adina Bastidas (Venezuela)	Antonio De Roux (Panamá)	Panamá	535.689	4,52
		Venezuela		
Juan Echeverry (Colômbia)	Xavier Eduardo Santillán (Equador)	Colômbia	435.270	3,67
		Equador		
	Kevin Cowan Logan (Chile)	Chile	541.770	4,57
		Peru		
Total:			**11.862.653**	**100**

Fonte: BID

Mecanismos de Financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento

O Banco Interamericano de Desenvolvimento conta com vários mecanismos de financiamento para o apoio à preparação de projetos, e que são descritas de seguida.

Facilidade para a Preparação de Projetos (FPP)

A FPP subsidia até USD 1,5 milhões o financiamento complementar para finalizar as atividades de preparação dos projetos do inventário do banco. O seu objetivo é fortalecer e encurtar a etapa de preparação do projeto, facilitando assim a aprovação do empréstimo e execução do projeto.

Facilidade para a Preparação e Execução de Projetos (FAPEP)

O FAPEP permite uma transição mais fluída entre a preparação e a execução do projeto ao financiar atividades adicionais dos preparativos. Além disso, oferece maior financiamento por projeto - até USD 5 milhões - que os mecanismos tradicionais.

Fundo de Infraestrutura (*InfraFund*)

O *InfraFund* é um fundo de desembolso rápido criado para financiar uma variedade de intervenções que amparam a implementação do apoio do BID às infraestruturas em países mutuários do banco. Através do *InfraFund,* o BID espera facilitar os investimentos em infraestruturas e garantir o acesso a estes serviços de maneira sustentável e com boa qualidade.

Os recursos do *InfraFund* podem ser utilizados para a preparação de estudos de pré-viabilidade, viabilidade, estrutura de projetos, preparação e revisão de documentos necessários para solicitar financiamento e/ou para licitações, como também em estudos relacionados com a viabilidade dos projetos que utilizem novas tecnologias ou fontes de energia.

As prioridades do fundo são as seguintes:

- Projetos que tenham uma alta probabilidade de alcançar uma resolução financeira;
- Projetos que mobilizem financiamento privado para infraestrutura sustentável;
- Desenvolvimento e estruturação de parcerias público-privadas sustentáveis;
- Projetos de adaptação às alterações climáticas;
- Uso ou desenvolvimento de tecnologia adaptável às alterações climáticas;
- Projetos a nível regional e local;
- Projetos em países que pressuponham um maior risco ou onde a preparação suponha um maior grau de dificuldade;
- Projetos em economias mais pequenas, onde os custos de transação sejam mais altos.

São elegíveis para receber o apoio do *InfraFund*, entidades governamentais a nível nacional, regional ou local e prestadoras de serviços (empresas públicas, privadas, mistas e cooperativas). Em todos os casos, as entidades devem operar ou implementar projetos de infraestruturas em países da América Latina ou Caribe.

Os recursos do *InfraFund* podem ser utilizados para contratar serviços de consultoria especializados, adquirir bens necessários para realizar estudos e levar a cabo outras atividades relacionadas especificamente com a preparação de projetos de infraestruturas financiáveis.

Também são beneficiárias as atividades preparatórias para operações de investimento em infraestruturas, incluindo apoio do setor público para a melhoria do marco regulatório, o fortalecimento da planificação adaptável ao clima, bem como o desenvolvimento de capacidades e medidas especificas para melhorar o ambiente de negócios.

Os recursos do *InfraFund* serão atribuídos na base de duas modalidades:

- Operações de cooperação técnica não reembolsável;
- Operações de cooperação técnica de recuperação contingente.

Estas últimas são pertinentes para as operações em que se empreguem os recursos do *InfraFund:*

- Para projetos em que diretamente não se contempla o financiamento do investimento por parte do BID;
- Para a preparação de um projeto de investimento sem garantia soberana cujo posterior financiamento não tenha a participação do BID.

Para aceder aos recursos do *InfraFund*, uma proposta deverá:

- Ser coerente com os objetivos do plano de desenvolvimento do país, a infraestrutura e as políticas;
- Ter um elevado impacto no desenvolvimento do setor;
- Ser institucional e ambientalmente sustentável;
- Ser realizada em apoio à própria estratégia do BID e do setor;
- Ser realizada em coordenação com o BID ou outras iniciativas ou fundos de doadores externos.

Fundo para o Financiamento de Iniciativas de Integração da Infraestrutura Regional (FIRII)

O FIRII, também fundado com uma contribuição do BID de USD 20 milhões, fornece recursos de cooperação técnica para realizar estudos sobre a integração física e a preparação de projetos em operações de infraestruturas transfronteiriças em que participem países membros mutuários.

Fundo Multidoador de Prevenção de Desastres (FDP)

O Fundo Multidoador de Prevenção de Desastres foi estabelecido em 2006 com contribuições iniciais do Japão, Coreia do Sul e Espanha. O Fundo financia cooperação técnica não-reembolsável, apoiando os países membros mutuários na gestão de riscos relacionados com perigos naturais através da redução da sua vulnerabilidade e pela prevenção e mitigação de desastres, direcionando as suas forças para atividades de prevenção.

O Fundo Multidoador de Prevenção de Desastres aceita contribuições de todos os doadores através de uma carta de contribuição. Os recursos do fundo financiam atividades de cooperação técnica e pequenos investimentos relacionados com os objetivos do fundo.

As atividades principais a serem financiadas pelo Fundo Multidoador de Prevenção de Desastres são as seguintes:

- Identificação e documentação do risco ao nível setorial ou do país;
- Preparação de projetos ou componentes de projetos relacionados com a prevenção de desastres;
- Fortalecimento ou criação de sistemas de alerta rápido, comunicação e educação;
- Planos para uso de terras para a redução de vulnerabilidade;
- Fortalecimento da capacidade institucional, politicas e programas;
- Fortalecimento dos mercados de seguros, incluindo o desenho de instrumentos financeiros.

Estes recursos do fundo podem ser utilizados para financiar pequenos investimentos necessários às atividades acima mencionadas.

Todos os países membros mutuários são elegíveis, assim como também são elegíveis para a função de consultores, todos os países membros do BID. Os projetos podem ser aprovados até um montante de 1 milhão de dólares. Nenhum país pode usar mais do que 30% dos recursos do fundo.

Caracterização da Atividade Recente do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Carteira do BID no Mercado Colombiano

Entre 2008 e 2013, a carteira do Grupo BID na Colômbia ascendia aos 6.387,4 USD milhões. Ao longo de toda a sua relação com o país, foram aprovados 958 projetos (à data de outubro de 2014).

Carteira do BID no Setor do Ambiente e da Energia Colombiano

O quadro seguinte apresenta o número de projetos aprovados ou em fase de preparação pelo BID, no setor do ambiente e da energia, na Colômbia. Na análise estão incluídos os setores da água, do saneamento, dos resíduos sólidos e da energia. No total, contabilizaram-se 209 projetos nos setores indicados.

Quadro 26 – Número de projetos aprovados/em preparação no setor do ambiente e da energia na Colômbia

Setor	Número de Projetos
Água e Saneamento	**68**
Água e saneamento	64
Abastecimento de água em zonas rurais e periurbanas	1
Resíduos sólidos	1
Ordenamento integrado de recursos hídricos	2

Fonte: BID

Quadro 26 – Número de projetos aprovados/em preparação no setor do ambiente e da energia na Colômbia (conclusão)

Setor	Número de Projetos
Energia	**65**
Energia	20
Eficiência energética e energias renováveis em usos finais	9
Novos projetos hidroelétricos	18
Eletrificação rural	8
Novas indústrias do petróleo e gás e indústria extrativa	1
Novas centrais termoelétricas	1
Novos projetos de distribuição e transmissão de eletricidade	8
Meio Ambiente e Desastres Naturais	**76**
Meio ambiente e desastres naturais	33
Política de adaptação às alterações climáticas	2
Política de mitigação das alterações climáticas	4
Conservação da biodiversidade e de zonas protegidas	8
Gestão integrada do risco de desastres	8
Ordenamento e governança ambientais	9
Ordenamento de zonas costeiras	6
Ordenamento de recursos florestais	6
TOTAL	209

Fonte: BID

O quadro seguinte apresenta os projetos no setor do ambiente e da energia apoiados pelos BID ainda em implementação na Colômbia.

Quadro 27 – Projetos apoiados pelo BID no setor do ambiente e da energia na Colômbia

Projeto	Setor	Etapa	Valor (USD)
Programa de abastecimento de água e gestão de águas residuais em zonas rurais	Água e saneamento	Em implementação	60.000.000
Projetos demonstrativos para a sustentabilidade do abastecimento de água e saneamento	Água e saneamento	Em implementação	1.300.000
Projetos demonstrativos para a sustentabilidade do abastecimento de água	Água e saneamento	Em implementação	790.000
Preparação do programa de água e saneamento em zonas rurais e periurbanas	Água e saneamento	Em implementação	1.000.000
Programa de água potável e saneamento no município de Pasto	Água e saneamento	Em implementação	44.000.000
Desenvolvimento de modelo de negócios para a consolidação económica dos recicladores	Água e saneamento	Em implementação	991.873

Quadro 27 – Projetos apoiados pelo BID no setor do ambiente e da energia na Colômbia (conclusão)

Projeto	Setor	Etapa	Valor (USD)
Desenvolvimento de modelo de negócios para a consolidação económica de organizações de recicladores	Água e saneamento	Em implementação	836.155
Programa de saneamento do rio Medellín - segunda etapa	Água e saneamento	Em implementação	581.500.000
Preparação do projeto piloto de autocarros elétricos	Meio ambiente e desastres naturais	Em implementação	60.000
Apoio à formulação e desenvolvimento de objetivos de desenvolvimento sustentável	Meio ambiente e desastres naturais	Em implementação	937.500
Conservação da biodiversidade em zonas de cultivo de Palma	Meio ambiente e desastres naturais	Em implementação	18.580.000
Adoção de autocarros elétricos para transporte público na Colômbia	Meio ambiente e desastres naturais	Em implementação	500.000
Estudo dos impactos económicos das alterações climáticas na Colômbia	Meio ambiente e desastres naturais	Em implementação	625.000
Mecanismo voluntário de mitigação de gases com efeito de estufa na Colômbia	Meio ambiente e desastres naturais	Em implementação	10.473.900
Proteção da biodiversidade na região sul-ocidental do Caribe	Meio ambiente e desastres naturais	Em implementação	9.253.000
Apoio ao programa de eficiência energética no arquipélago de San Andrés	Energia	Em implementação	952.000
Análise, avaliação e recomendações para a implementação de uma rede inteligente	Energia	Em implementação	760.000
Desenvolvimento de um mercado ESCO - Preparação de projeto	Energia	Em implementação	200.000
Estudo de mercado de eficiência energética e coordenação do programa C-SEF	Energia	Em implementação	275.000
Apoio à estruturação do projeto hidroelétrico Ituango	Energia	Em implementação	2.000.000
Investimento catalisador na energia geotérmica	Energia	Em implementação	3.777.000
Desenvolvimento e fortalecimento de políticas estratégicas de água e saneamento básico	Água	Implementação pendente	750.000
Adaptação aos impactes climáticos na regulação e abastecimento de água no ar	Meio ambiente e desastres naturais	Implementação pendente	15.624.750

Fonte: BID

O quadro seguinte apresenta informação sobre os últimos contratos adjudicados no âmbito de projetos do BID na Colômbia, no setor do ambiente e energia. Da listagem foram excluídos contratos com consultores independentes. A lista completa de contratos atribuídos pode ser consultada no *site* do Banco Interamericano de Desenvolvimento (*http://www.iadb.org/es/paises/colombia*).

Quadro 28 – Empresas/consórcios vencedores dos últimos contratos atribuídos pelo BID no âmbito do setor do ambiente e energia

Descrição	Setor	Empresa	Montante (USD)	Data
Bens e Obras				
Construção pesada	Água	Consorcio Conarsal	244.604	19/03/2013
Linhas de água e saneamento	Água	Consorcio Enar	1.328.377	14/03/2013
Linhas de água e saneamento	Água	Consorcio Conarsal	330.888	25/02/2013
Consultoria				
Consultoria/auditoria	Água	Pricewaterhousecoopers	86.309	12/11/2014
Consultoria/auditoria	Água	Pricewaterhousecoopers	57.568	26/11/2013
Estudos setoriais	Energia	Sumatoria S.A.	305.116	14/06/2012
Outros	Energia	Kema S.AS.-Cenergia	354.998	18/01/2012

Fonte: BID

De salientar que os contratos estabelecidos não significam que os anúncios de *procurement* para um dado projeto estejam encerrados. De facto, aconselha-se a consulta regular do *site* do BID para se inteirar de novas oportunidades de adjudicação.

De seguida, apresenta-se uma breve descrição de alguns projetos ativos na Colômbia, cujo foco é primordialmente o setor do ambiente e energia, nas vertentes de maior interesse para as empresas portuguesas (água, resíduos e energia).

Projeto CO-T1326 - Desenvolvimento e Fortalecimento de Políticas de Abastecimento de Água e Saneamento

Este projeto pretende apoiar o governo na sua política pública de gestão integrada de resíduos sólidos, na sua política pública de gestão de sistemas urbanos de drenagem e na implementação de um projeto-piloto em esquema de parceria público-privada para as águas residuais.

Para alcançar os objetivos previstos, o projeto contempla, entre outros, investimentos em estudos, imobilizado, capacitação e divulgação de documentos elaborados. O projeto inclui as seguintes componentes:

- Gestão integrada de resíduos sólidos - atividade de aproveitamento e deposição final. Aqui pretende-se desenvolver um estudo técnico, jurídico, económico, institucional e ambiental de apoio à alteração do enquadramento legal e normatividade técnica na deposição de resíduos sólidos, sinalizando a minimização de impactes ambientais, aproveitamento económico de materiais recuperados, aplicabilidade de novas tecnologias disponíveis em mercados internacionais na Colômbia, aproveitamento de economias de escala, etc.;
- Gestão de águas pluviais urbanas. Através de um caso piloto a desenvolver numa cidade de nível intermédio, prevê-se apoiar a revisão do marco normativo setorial, criando regras mais claras para a gestão atual e futura deste serviço público;
- Estruturação de um modelo de estimativa de necessidades de investimento de água potável e saneamento básico em grandes cidades a médio e longo prazo;
- Apoio técnico para dar seguimento à estruturação, conceção e implementação do Sistema de Investimentos em Água Potável e Saneamento Básico (SINAS).

O projeto foi aprovado em agosto de 2014 e tem um custo estimado de 750 mil dólares.

Projeto CO-L1105 - Programa de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais em Zonas Rurais

Este projeto procura diminuir as deficiências de cobertura entre regiões e entre as zonas urbana e rural, dando prioridade às comunidades isoladas com elevados níveis de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas.

O objetivo geral do programa é incrementar a cobertura de abastecimento de água e saneamento em comunidades rurais, seguindo critérios de sustentabilidade operacional e financeira. O foco será no incentivo e consolidação de esquemas de gestão comunitária dos sistemas. O projeto consiste nas seguintes componentes:

- Desenvolvimento comunitário e fortalecimento institucional dos prestadores. Financiam-se ações de capacitação e formação nas áreas legal, técnica, contabilística, administrativa e financeira, sensibilização e capacitação de comunidades relativamente a aspetos relacionados com saúde, higiene, uso racional da água, equidade de género e proteção de fontes de água, bem como a contratação de obras e serviços e a aquisição de bens;
- Infraestrutura. O objetivo é estruturar e executar projetos-piloto para a construção, ampliação e reabilitação de sistemas de abastecimento de água e saneamento em comunidades rurais, incrementando o seu acesso e qualidade. Financiam-se a preparação de projetos integrais, desenvolvimento de estudos de viabilidade e análises alternativas, construção, ampliação e/ou reabilitação de sistemas de abastecimento de água e saneamento, etc.;
- Assistência técnica e modelos de apoio pós-construção em zonas rurais. Financia diagnósticos e estudos legais, financeiros e de desenho institucional necessários à identificação, promoção e instrumentalização de esquemas associativos para a prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento em zonas rurais, acompanhamento de organizações comunitárias, etc.;
- Administração, seguimento e avaliação.

O projeto foi aprovado em junho de 2012 e tem um custo estimado de 60 milhões de dólares.

Projeto CO-L1028 - Programa de Água Potável e Saneamento para o Município de Pasto

O governo colombiano procura a prestação universal dos serviços de abastecimento de água e saneamento de forma eficiente e sustentável, através de 3 pilares, a saber:

- Promoção de empresas regionais;
- Melhor distribuição e focalização dos recursos do Estado;
- Diminuição da contaminação nas bacias hidrográficas.

O projeto dirige-se ao município de Pasto e inclui a ampliação da cobertura dos serviços a utilizadores que não dispõem deles, fortalecimento da capacidade empresarial do operador local, a EMPOPASTO e das organizações rurais, bem como a recuperação de níveis ambientais adequados nos corpos de água internos da cidade, reduzindo o risco de inundações.

Projeto CO-L1034 - Programa de Saneamento do Rio Medellín - Segunda Etapa

O projeto proposto contempla a execução de obras do programa de saneamento do rio Medellín, incluindo a estação de tratamento de águas residuais (ETAR) Bello, o intercetor norte do rio Medellín e as junções entre os coletores e o intercetor norte. Adicionalmente, o projeto contempla ainda um componente de fortalecimento institucional que apoia a implementação de normas internacionais de informação financeira ao grupo EPM (Empresa de servicios públicos de Colombia) e capacitação nas áreas relacionadas com a prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento.

O custo do projeto ultrapassa os 581 milhões de dólares.

Projeto CO-T1337 - Análise, Avaliação e Recomendações para a Implementação de uma Rede Inteligente

Esta operação propõe soluções, padrões e regulamentação necessária para desenvolver e implementar uma rede de energia inteligente na Colômbia, recorrendo ao exemplo de países que já tenham soluções deste tipo implementadas (*benchmarking*), quantificando os benefícios da sua introdução no país, de modo a que o governo, reguladores e empresas do setor da energia aprovem a sua introdução.

Identificação e Breve Caracterização dos Projetos em *Pipeline*

No setor do ambiente e energia, existe apenas um projeto em *pipeline* na Colômbia. Trata-se de um projeto-piloto para a adoção de autocarros elétricos no país, inserido na vertente meio ambiente e desastres naturais, avaliado em 1,5 milhões de dólares.

Modalidades de Financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento

O banco financia programas nacionais e regionais através de produtos financeiros e de cooperação técnica em áreas que vão desde o fortalecimento institucional até á transferência de conhecimentos.

De seguida, apresenta-se uma breve caracterização de cada um dos modelos de financiamento disponíveis junto do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Identificação de Produtos Financeiros

Os produtos financeiros do Grupo BID incluem:

- ***Empréstimos***
- ***Subsídios***
- ***Doações***
- ***Garantias***
- ***Investimentos***

Empréstimos

A maioria dos projetos e programas de cooperação técnica do BID financia-se através de empréstimos, e a preços de mercado ou mediante o uso de recursos em condições favoráveis.

Os diferentes tipos de empréstimo são descritos de seguida.

Empréstimos com Garantia Soberana

O BID oferece financiamento aos governos e às instituições controladas pelo governo para apoiar o desenvolvimento e projetos sociais.

O BID oferece três tipos de empréstimos ao setor público, também conhecidos como empréstimos com Garantia Soberana (SG, segundo as iniciais em inglês) e são:

- **Empréstimos de Investimento**
  Este tipo de empréstimo apoia projetos de investimento público e privado na América Latina e Caribe.
- **Empréstimos baseados em Políticas**
  Estes empréstimos apoiam alterações institucionais e de política ao nível do setor e subsetor através de fundos de rápido desembolso.
- **Empréstimos de Emergência**
  Estes empréstimos apoiam os países de forma a estes enfrentarem crises financeiras ou económicas e desastres naturais.

Empréstimos sem Garantia Soberana

O BID oferece financiamento para projetos do setor privado que contribuam para o desenvolvimento do país.

Estes empréstimos podem enquadrar-se nas seguintes tipologias:

- **Empréstimos A/B**
  O Grupo BID pode atrair bancos e investidores institucionais para cofinanciar projetos do setor privado através de subscrições de empréstimos A/B.
- **Pequena Empresa**
  O fundo de investimento para a pequena empresa do FUMIN, foi criado para proporcionar financiamento que permita ampliar a participação dos pequenos empresários nas suas economias locais.
- **Programa do Empresário Social**
  Este programa, também conhecido como PES, promove a implementação de mecanismos de financiamento que permitam contribuir com soluções.
- **Oportunidades para a Maioria**
  Promove e financia modelos de negócio sustentáveis e baseados no mercado e que facilitem a participação de empresas do setor privado, governos locais e comunidades no desenvolvimento e na entrega de produtos e serviços de qualidade para a maioria da população da América Latina e Caribe. O seu propósito é melhorar a qualidade de vida das comunidades com baixos rendimentos.

Subsídios

O BID concede subsídios, ou fundos não reembolsáveis, a programas de cooperação técnica nos países membros mutuários. A instituição também oferece a estes programas financiamento de recuperação contingente, que se reembolsa unicamente se o programa obtiver financiamento adicional, seja do mesmo banco ou de outra fonte.

Doações

As doações são recursos não reembolsáveis fornecidos para programas de cooperação técnica. Algumas doações podem ser restituídas ao BID, caso o programa eventualmente obtenha um empréstimo, seja do próprio Banco ou de outra fonte.

As doações podem ser financiadas pelos próprios recursos financeiros do BID ou recursos de terceiros.

Dependendo da fonte de financiamento, cada doação possui os seus próprios termos e condições.

Garantias (GUA)

O BID garante empréstimos concedidos por instituições financeiras privadas aos setores públicos e privados da América Latina e Caribe para promover o investimento nos países mutuários. Desta forma, concede garantias com ou sem contrapartida do governo do país mutuário.

Apresentam-se de seguida as garantias disponibilizadas.

Garantias (Soberanas) do Setor Público

O BID estabeleceu um programa de empréstimos que permite desembolsar os empréstimos em forma de garantia.

Este programa permite ao mutuário exercer a opção de conseguir a totalidade ou uma parte do desembolso do empréstimo como garantia, e utilizá-la para obter condições de crédito mais favoráveis por parte das fontes privadas de financiamento, como por exemplo, alargar o prazo de vencimento dos empréstimos, reduzir as taxas de juro ou aumentar a sua capacidade de crédito.

Garantias (não Soberanas) do Setor Privado

Até 10% do total dos empréstimos e garantias pendentes de não-emergência do banco podem ser entregues diretamente às empresas privadas e às entidades regionais dos governos sem garantia governamental, usando preços baseados no mercado.

As operações de garantia do BID incluem garantias para cobrir os riscos políticos e de crédito parcial a que estão expostos os projetos do setor privado financiado com dívida privada.

As garantias disponíveis são as seguintes:

- **Garantias de Crédito**

  Encontram-se disponíveis várias modalidades de garantias de crédito contra todo o risco. As mesmas garantias cobrem todos os riscos relacionados com as condições de crédito específicas que estipule o mutuário comercial. As garantias de crédito não podem superar 25% do custo total do projeto, até um teto de 200 milhões de dólares.

- **Garantias de Risco Político**

  O banco oferece diversos tipos de garantias para cobrir os riscos políticos a que estão expostos os instrumentos de dívida, como por exemplo garantias contra incumprimento do contrato, risco de convertibilidade e transferências monetárias. O montante da cobertura determina-se em função das características do projeto, a fim de que cubra riscos específicos atribuídos a fatores não comerciais. A cobertura máxima equivale a 50% do custo do projeto, até um máximo de 150 milhões de dólares, adotando-se o menor valor.

Investimentos

O Banco Interamericano de Desenvolvimento não investe nem adquire participações de capital em empresas privadas, mas o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) e a Corporação Interamericana de Inversões (CII), ambas entidades inseridas no Grupo do BID, investem em empresas do setor privado.

O FUMIN investe em fundos de investimento de capital e em instituições microfinanceiras. Estas, por sua vez, assistem as pequenas e micro empresas na América Latina e Caribe. Os investimentos do FUMIN constituem ferramentas para o desenvolvimento, cuja eficácia não se mede só através de resultados financeiros, mas também pelas características do desenvolvimento.

Entre os muitos exemplos destas últimas, podemos citar a inovação, o efeito demonstrativo, a criação de postos de trabalho, a transferência de tecnologia, a promoção do investimento direto estrangeiro, o desenvolvimento empresarial, o fomento do sentido de propriedade de capital, a mobilização das poupanças e a contribuição para o desenvolvimento e o estabelecimento dos mercados de capital.

A maioria dos intermediários das microfinanças que receberam fundos de investimento do FUMIN são instituições do setor privado. A criação de uma rede de intermediários estáveis é uma meta principal dos investimentos do FUMIN.

A Corporação Interamericana de Investimentos (CII), instituição multilateral de investimentos, filiada do Grupo BID como entidade independente, investe em projetos nas pequenas e médias empresas privadas, diretamente ou através de participações em capital.

A CII pode adquirir até 33% do capital social de uma empresa. Contudo, não assume funções de gestão ou administração nas empresas em que investe. Não obstante, em certos casos solicita representação no Conselho de Administração.

A CII pode retirar a sua participação mediante:

- A venda das suas ações no mercado de valores do país;
- A colocação destas ações em terceiros interessados;
- A venda das suas ações aos patrocinadores do projeto, ao abrigo de uma opção de venda previamente acordada;
- O resgate das ações por parte da empresa.

Da mesma forma, o CII investe em fundos de participação no capital e canaliza estes investimentos para fundos setoriais, nacionais e regionais que investem em empresas de média dimensão na América Latina que não contem com outras fontes apropriadas de capital.

Cooperação Técnica

O BID financia programas de cooperação técnica para o fortalecimento institucional, transferência de conhecimento e estudos, incluindo diagnósticos, estudos de pré-investimento e setoriais, que apoiem a formulação e preparação de projetos. Os programas podem ser destinados a projetos específicos de um só país ou para iniciativas regionais.

Os programas de cooperação técnica podem ser não reembolsáveis (subsídios), reembolsáveis (empréstimos), ou de recuperação contingente (reembolsáveis se o programa obtiver financiamento adicional).

Os países membros com rendimento *per capita* relativamente baixo são elegíveis para receber financiamento do fundo para operações especiais (FOE), a janela de empréstimos *soft-lending* do banco. Este fundo estabeleceu-se em 1960 a fim de conceder empréstimos concessionais (em condições muito favoráveis) a certos países e a projetos específicos. O banco administra mais de 40 fundos. Cada fundo tem os seus próprios critérios de elegibilidade.

Tipos de Programas de Cooperação Técnica

Existem vários tipos de programas de cooperação técnica**:** o banco financia cooperações técnicas para a transferência de conhecimento e *know-how* que complemente e consolide a capacidade técnica de instituições nos países em desenvolvimento. O financiamento determina-se maioritariamente segundo a área de atividade onde se localiza um projeto e o nível relativo de desenvolvimento da região, país ou países envolvidos.

O programa pode adotar uma das seguintes características:

- **Cooperação Técnica com Financiamento não Reembolsável**
  É um valor que o banco subsidia a um país para as suas atividades de cooperação técnica. Esta modalidade emprega-se principalmente para os países menos desenvolvidos na região, ou para aqueles com mercados financeiros pouco desenvolvidos.

- **Cooperação Técnica com Recursos de Recuperação Contingente**
  Financia atividades de cooperação técnica onde exista uma possibilidade razoável de obter um empréstimo, seja do banco ou de outra instituição financeira. Se o beneficiário obtiver um empréstimo de outra fonte para o projeto para o qual foi concedida uma cooperação técnica, o mutuário deve reembolsar os fundos do banco.
- **Cooperação Técnica com Recursos Reembolsáveis**
  Trata-se de um empréstimo financiado pelo BID para realizar atividades de cooperação técnica.

Aquisições

O Grupo BID oferece oportunidades de negócio para empresas e consultoras de todos os países membros do BID, através do seu programa de empréstimos para países da América Latina e Caribe. Os processos de aquisição para projetos do setor público financiados pelo BID geram 20.000 oportunidades contratuais todos os anos.

Além disso, os potenciais fornecedores também podem oferecer bens e serviços diretamente ao BID através da sua aquisição empresarial.

No quadro de projetos para o setor privado, existem algumas oportunidades de consultoria para estudos gerais destinados a determinar a viabilidade relacionada com operações de garantia não soberana, assim como também para realizar estudos destinados a determinar a viabilidade ambiental dos projetos.

Fontes de Financiamento dos Empréstimos e Doações aos Países Membros

Os empréstimos do banco e as suas doações aos países membros financiam-se a partir de quatro fontes:

- Subscrições e contribuições dos países membros;
- Empréstimos dos mercados financeiros;
- Capital acumulado desde o início da formação do banco;
- Cofinanciamento conjunto.

Estes recursos estão disponíveis aos mutuários através de:

- Capital Ordinário (CO);
- Fundo para Operações Especiais (FOE);
- Fundo de Doações do BID;
- Facilidade de Financiamento Intermédio;
- Vários *Trust Funds* estabelecidos por um só país ou grupos de países.

Descreve-se em seguida, a 1ª fonte (subscrições e contribuições dos países membros), em maior detalhe, de modo a que se perceba em que medida os países membros do banco são chamados a contribuir.

Subscrições e Contribuições dos Países Membros

Capital Social Subscrito e Contribuições

- **Capital Autorizado**

  O capital autorizado consiste no capital a pagar e no capital exigível. Depois da aprovação do novo aumento de capital geral (BID-9) em julho de 2010, o capital autorizado total do BID ascende a 170,9 mil milhões de dólares, composto por 6 mil milhões de dólares em capital a pagar e 164,9 mil milhões de dólares em capital exigível.

- **Poder de Votação**

  O poder de votação atribui-se baseado no capital autorizado subscrito. De acordo com os términos estabelecidos no Convénio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, cada país membro tem 135 votos mais um voto para cada ação mantida por esse país.

- **Estrutura de Capital**

  Existem 48 países membros dos quais 26 são membros regionais mutuários da América Latina e do Caribe, 2 são membros regionais não mutuários (Canadá e Estados Unidos) e 20 são países membros não regionais não mutuários da Ásia e Europa.

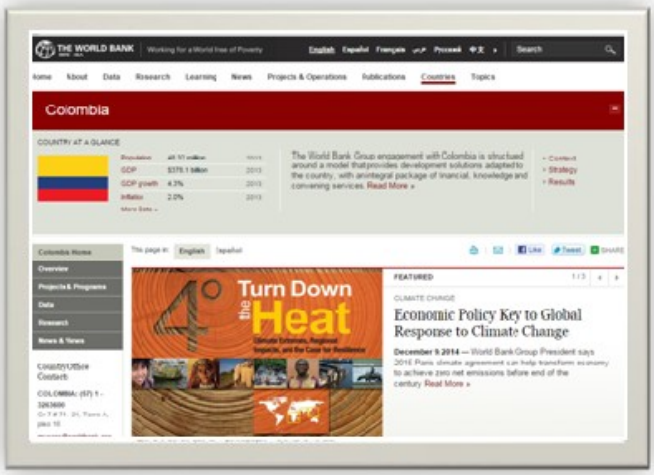
  O poder de votação dos países membros do BID é o seguinte: América Latina e Caribe têm 50.015%, Estados Unidos 30.006%, Canadá 4.001% e os membros não regionais 15.979%.

Contribuições do FOE

As contribuições do FOE fazem-se em efetivo ou mediante a emissão de valores não negociáveis, sem pagamento de juros. O pagamento das contribuições está condicionado a que os membros adjudiquem os fundos necessários mediante os seus processos orçamentais e legislativos.

Para as decisões relacionadas às operações do FOE, o número de votos e as percentagens do poder de votação para cada país membro são as mesmas que se utilizam nas decisões que se tomam para o capital ordinário.

Banco Mundial (BM)



http://www.worldbank.org/en/country/colombia

Breve Caracterização

O Grupo Banco Mundial (BM), fundado em 1944 pelos acordos de *Bretton Woods*, é um grupo de Instituições Financeiras Internacionais (IFI) cujo principal objetivo consiste em fomentar o crescimento económico e a cooperação à escala global, contribuindo assim para a promoção do processo de desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento membros dessas instituições. O Grupo Banco Mundial, sedeado em Washington, é constituído por 5 instituições distintas, fortemente interligadas por uma vocação institucional comum orientada para os problemas de desenvolvimento dos países mais pobres.

As cinco instituições que compõem o Banco Mundial são:

- **Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);**
- **Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA);**
- **Sociedade Financeira Internacional (IFC);**
- **Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA);**
- **Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID).**

Estas 5 instituições, embora especializadas nos diversos aspetos do processo de desenvolvimento, atuam em colaboração e têm como objetivo comum a redução da pobreza. O termo Banco Mundial (BM) quando usado correntemente refere-se somente ao BIRD e à IDA, enquanto que o termo Grupo Banco Mundial (GBM) se refere às cinco instituições.

O **BM** tem como objetivo institucional reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida nos países em vias de desenvolvimento (PvD) e atua através de financiamentos (empréstimos e doações) e assistência técnica. Os seus clientes são os governos dos países beneficiários da ajuda.

O **BIRD** presta assistência aos países de rendimento médio e aos PvD com bom risco de crédito, enquanto a IDA se concentra exclusivamente nos países mais pobres que, de outro modo, não teriam acesso aos mercados financeiros internacionais. As duas instituições partilham a mesma estrutura hierárquica e pessoal, diferenciando-se no entanto pelo tipo de financiamentos e pela fonte de financiamento dos seus fundos.

O BIRD, fundado em 1945, inicialmente para ajudar a reconstruir a Europa, fornece aos países beneficiários dos seus empréstimos acesso a capital em condições mais favoráveis em relação aos mercados financeiros internacionais, com maiores prazos de maturidade, tendo como objetivo a sustentabilidade financeira dos países. Uma parte significativa dos fundos do BIRD é originada nos mercados financeiros internacionais.

Por sua vez, a **IDA**, fundada em 1960, concede empréstimos a taxas de juros bonificadas, com um período de carência de 10 anos e uma maturidade que varia entre os 35 e os 40 anos a países que não têm acesso aos mercados financeiros. A IDA, ao contrário do BIRD, é um fundo reconstituído de 3 em 3 anos e é financiada por contribuições dos governos dos países mais ricos.

As três instituições restantes ocupam-se do desenvolvimento do setor privado e são:

- **Sociedade Financeira Internacional (IFC)**
- **Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA)**
- **Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID)**

Apresenta-se de seguida uma breve descrição de cada uma.

Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

O objetivo do BIRD é reduzir a pobreza nos países de investimento médio e nos países pobres com capacidade de crédito, mediante a promoção do desenvolvimento sustentável com empréstimos, garantias, produtos de gestão de risco e serviços analíticos e de assessoria. O BIRD foi fundado em 1944 e foi a primeira instituição do Grupo do Banco Mundial. Possui uma estrutura similar à de uma cooperativa, isto é, é propriedade dos seus 188 países membros, que o administram em benefício próprio.

O BIRD obtém a maioria dos seus fundos nos mercados financeiros mundiais e converteu-se num dos maiores mutuários institucionais desde que emitiu o seu primeiro vínculo em 1947. Os investimentos gerados pelo BIRD, com o passar dos anos, permitiram-lhe financiar atividades de desenvolvimento e garantir a sua solidez financeira. Isto dá-lhe a possibilidade de obter empréstimos a baixo custo e oferecer aos seus clientes, boas condições nos empréstimos.

A fim de satisfazer os pedidos cada vez mais específicos dos países de investimento mediano, o BIRD está a renovar os seus produtos financeiros e de gestão de risco, ampliando a provisão de serviços e facilitando aos clientes o diálogo com o banco.

Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA)

A IDA é a entidade do Banco Mundial que oferece ajuda aos países mais pobres. Criada em 1960, a IDA procura reduzir a pobreza através de empréstimos (denominados créditos) e doações para programas que contribuam para fomentar o crescimento económico, reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população.

A IDA complementa o trabalho da entidade de crédito original do Banco Mundial, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que foi criado para funcionar como uma entidade autossustentável que oferece empréstimos e assessoria aos países de investimento médio e países com capacidade para pagar.

O BIRD e a IDA partilham o mesmo pessoal e a mesma sede, e avaliam os projetos com os mesmos parâmetros rigorosos.

Além de ser uma das maiores fontes de assistência para os 81 países mais pobres, 39 dos quais no continente africano, a IDA é o principal fornecedor de fundos de doadores para os serviços sociais básicos nesses mesmos países. As operações que financia geram mudanças positivas para 2.500 milhões de pessoas, sendo que a maioria das quais vive com menos de 2 dólares por dia.

A IDA empresta dinheiro em termos concessionários, o que significa que os seus créditos não implicam juros ou são muito baixos, e o prazo de reembolso situa-se entre os 25 e os 40 anos, incluindo um período de carência de 5 a 10 anos. A associação também oferece doações aos países em risco ou com problemas de endividamento.

Além dos empréstimos em condições concessionárias e doações, a IDA oferece níveis consideráveis de perdão da dívida através da Iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (PPME) e a Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM).

Desde a sua criação, a IDA apoiou atividades em 108 países. O financiamento que concede tem aumentado continuamente e alcançou uma média de 15.000 milhões de dólares durante os últimos três anos, sendo que metade deste valor tem como destino África. No exercício de 2013, os fundos comprometidos chegaram aos 16.300 milhões de dólares, repartidos em mais de 160 novas operações.

A IDA concede empréstimos sem juros, ou créditos, assim como doações aos governos dos países mais pobres.

Sociedade Financeira Internacional (IFC)

A IFC, membro do Grupo do Banco Mundial, é a maior instituição internacional de desenvolvimento dedicada exclusivamente ao setor privado. Ajuda os países em desenvolvimento a alcançar um crescimento sustentável, financiando investimentos, mobilizando capitais nos mercados financeiros internacionais e a prestação de serviços de assessoria a empresas e governos.

Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA)

A MIGA foi criada em 1988 como membro do Grupo do Banco Mundial para promover o investimento direto estrangeiro nos países em desenvolvimento, apoiar o crescimento económico, reduzir a pobreza e melhorar a vida das pessoas. A MIGA cumpre este mandato oferecendo seguros contra riscos políticos (garantias) a investidores.

Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID)

O ICSID é uma instituição internacional autónoma criada sob a alçada da "Convenção sobre Resolução de Conflitos relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de Outros Estados", num círculo de mais de 140 Estados membros.

A convenção estabelece o mandato do ICSID, a sua organização e funções principais. O propósito primário do ICSID é promover a conciliação e arbitragem de disputas de investimento internacional.

Breve Descrição do Funcionamento

Os projetos ativos do BM são cerca de 2.000 e cada um desses projetos dá origem a um número indefinido de contratos, segundo o tipo de projeto. Num ano, celebram-se de 20 a 30 mil contratos num valor total de cerca de 20 a 30 mil milhões de dólares. O ponto de partida para a procura de uma oportunidade de negócio é pois a identificação de um projeto interessante.

A consulta do *site http://worldbank.org* é um requisito fundamental para obter informação pertinente. Uma forma de pesquisa é através das regiões e países, outro modo de pesquisa importante é a pesquisa setorial. É possível efetuar a pesquisa por conjunto país/setor dentro das páginas regionais, ou efetuar pesquisas por palavras-chave ou número identificador do projeto na base de dados de projetos. Dentro da base de dados é também possível pesquisar projetos por região, país, tema, objetivo do projeto e setor económico.

Ciclo dos Projetos - Oportunidades da Fase de Identificação à Fase de Implementação

Enquadramento

A vida de um projeto está dividida em diferentes fases cujo conjunto é definido como o ciclo do projeto. As oportunidades de negócio, bem como o papel e responsabilidade do BM e dos países beneficiários do financiamento, mudam consoante a fase do ciclo do projeto.

Estas fases são:

- **Conceção;**
- **Identificação;**
- **Preparação;**
- **Avaliação;**
- **Negociação e Aprovação;**
- **Implementação/Supervisão;**
- **Relatório Final e Avaliação do Projeto.**

As 5 primeiras fases constituem o período de preparação (”*pipeline*”). A fase de implementação é também denominada fase de supervisão, uma vez que é durante este período que o pessoal do BM verifica se a execução do projeto é efetuada em consonância com os parâmetros da sua aprovação.

Antes da identificação existe ainda uma fase de pré-preparação, mais conceptual, durante a qual são efetuados uma série de estudos de vários tipos destinados a delinear o quadro estratégico de referência para a identificação do projeto final.

De seguida, apresenta-se uma breve caracterização de cada uma das fases do ciclo de projeto.

Conceção

Durante este período são efetuados estudos que serão o ponto de referência do enquadramento teórico durante a programação e identificação dos projetos.

Os estudos económicos e setoriais (*Economic and Setor Work* (ESW)) fornecem dados úteis para a estratégia económica/política do BM nos diversos setores de um determinado país.

Os estudos estratégicos de redução da pobreza (*Poverty Reduction Strategy Papers* (PRSP)) são elaborados pelos países beneficiários do financiamento e descrevem as suas políticas macroeconómicas e sociais, os programas de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento económico. O PRSP inclui os objetivos prioritários do país e fornece informações que podem ajudar as empresas a obter uma visão ampla e geral sobre as prioridades da sua agenda de desenvolvimento.

O documento sobre a estratégia de assistência aos países (*Country Assistance Strategies* (CAS)) é elaborado pelo BM em consulta e colaboração com os países beneficiários do projeto. No CAS são descritas as prioridades, a estratégia e o envolvimento financeiro global que o BM prevê para um determinado país num período de 3, 4, ou 5 anos (depende de caso para caso). Estes estudos são uma primeira indicação sobre os setores em que serão implementados futuros investimentos e projetos num determinado país.

Identificação

Com base nos setores prioritários e na estratégia definida por um determinado país, o BM e o país mutuário identificam os projetos coerentes com os objetivos de desenvolvimento definidos. Uma vez identificada a entidade executora e definido o pessoal responsável pela gestão do projeto, é conduzido um estudo de viabilidade (*feasibility*). O BM, durante esta fase, fornece assistência e monitorização ao estudo em curso.

Normalmente, um projeto é gerido pelo ministério da tutela do setor de intervenção – ou seja, um projeto no setor do ambiente será administrado e implementado pelo Ministério do Ambiente do país beneficiário do financiamento. A fase de identificação pode durar até um ano e meio.

Uma série de documentos de referência são, nesta fase, colocados à disposição do público no *site* do BM. O *Monthly Operational Summary* (MOS) faz uma breve descrição dos objetivos principais de cada um dos projetos que o BM tenciona financiar.

Os projetos são listados no MOS a partir da fase de identificação até ao momento da sua eventual aprovação pelo Conselho de Administração e à assinatura do documento legal entre o BM e o país beneficiário. O estado dos projetos é atualizado mensalmente. O MOS é uma fonte muito útil para monitorizar o progresso de um projeto ao longo das suas diferentes fases.

O *Project Information Document* (PID) é um estudo/documento geralmente redigido pelo responsável do projeto (*Task Manager*) e é atualizado periodicamente até à aprovação do projeto. O PID descreve em 8-10 páginas os objetivos, componentes e riscos financeiros do projeto e está disponível no *site* do BM.

Preparação

O país cliente é responsável pela segunda fase do projeto, a preparação, que tem uma duração de um ou dois anos, durante a qual o BM presta apenas assistência técnica e financeira. Nesta fase, devem ser definidos todos os aspetos técnicos, institucionais, económicos, ambientais e financeiros necessários ao sucesso do projeto.

Também nesta fase, são conduzidos estudos de avaliação do impacto que o projeto poderá vir a ter. Estes estudos ajudam a definir com maior detalhe os objetivos, o plano de atuação e a responsabilidade institucional do projeto. Na fase de preparação, os documentos de referência continuam a ser o PID e o MOS, numa versão revista e atualizada.

Avaliação

A avaliação é da responsabilidade do pessoal do BM que controla todos os documentos produzidos nas fases precedentes, incluindo o plano de aquisição (*Procurement Plan*). Neste documento, são identificadas a quantidade e montante de bens, serviços, equipamentos e horas de trabalho que serão necessárias à implementação do projeto.

No final da avaliação é redigido o *Project Appraisal Document* (PAD), uma descrição detalhada e exaustiva do projeto. O PAD inclui informações fundamentais sobre o setor no qual foi identificado o projeto e descreve os objetivos e riscos, o financiamento e as condições para atuação do projeto. É acessível apenas após aprovação do financiamento pelo Conselho de Administração e está disponível na base de dados de projetos do BM.

A fase de avaliação dura de 3 a 6 meses. O MOS e o PID continuam a ser documentos de referência.

Negociação e Aprovação

Durante a negociação, o BM e o país mutuário acordam entre si as condições do financiamento do projeto. Geralmente a negociação dura cerca de 1 ou 2 meses. No final da negociação, o PAD e outra documentação relevante, são submetidos ao Conselho de Administração de Diretores Executivos para aprovação.

Já durante esta fase pode ser publicado no país beneficiário um aviso geral de concursos para aquisição (*General Procurement Notice* (GPN)). O GPN fornece uma descrição geral do tipo de bens e serviços que serão adquiridos durante a implementação do projeto em causa.

Para os projetos com contratos de consultoria superiores a 200 mil dólares ou contratos para fornecimento de bens e serviços que deverão ser submetidos a um concurso internacional (*International Competitive Bidding* (ICB)), o GPN deve ser publicado num dos jornais nacionais do país e na base de dados da *United Nations Development Business* e *dgMarket*.

Implementação / Supervisão

A fase de implementação do projeto é da total responsabilidade do país beneficiário, tendo o Banco um papel de supervisão. Uma vez aprovado o financiamento, o mutuário prepara com a assistência técnica do banco, os requisitos técnicos do concurso e avalia as propostas (*bids*) para o fornecimento de bens e serviços do projeto e de consultoria.

O BM controla se a aplicação dos processos dos concursos está de acordo com as linhas–mestras definidas sobre o *procurement* e dá a autorização para o desembolso dos fundos. O setor financeiro do BM supervisiona a gestão dos fundos e pode requerer a verificação e controle da documentação financeira.

Durante a fase de implementação, o aviso específico para o fornecimento de bens e serviços (*Specific Procurement Notice* (SPN)) e o requerimento de expressão de interesse em participar no concurso para atividades de consultoria (*Request for Expression of Interest* (REI)) são publicados no país beneficiário.

Os SPN são avisos para apresentações de propostas que tenham como objetivo o fornecimento de meios, equipamentos ou contratos para trabalhos. O REI é um aviso a consultores para manifestar o interesse numa consultoria associada ao projeto. Estas expressões de interesse são avaliadas pelo país beneficiário, o qual elabora uma lista restrita de empresas/indivíduos que poderão enviar uma proposta detalhada.

O SPN e o REI fornecem as instruções às partes interessadas, incluindo os documentos necessários para elaborar uma proposta (*bid*) e os termos nos quais se enquadra a sua participação no projeto.

Os contratos de montantes elevados (de valor superior a 10 milhões de dólares para o fornecimento de bens, serviços ou horas de trabalho e superior a 200 mil dólares no caso de serviços de consultoria) e os contratos mais especializados, são publicados nas bases de dados *United Nations Development Business* (UNDB) e *dgMarket*.

A notificação para contratos menores pode ser publicada nestas bases de dados mas não é obrigatória. Os países mutuários são obrigados a publicar a lista de vencedores no prazo de duas semanas após a adjudicação. É a empresa adjudicatária que pode subcontratar partes do contrato, se tal estiver previsto na proposta.

Uma outra base de dados sobre os contratos adjudicados é fornecida pelo BM (*Contract Award Database*).

Relatório Final e Avaliação do Projeto

Concluído o desembolso dos fundos (máximo de 10 anos), o BM inicia o procedimento de monitorização e avaliação sobre o estado de evolução do projeto, no final do qual é redigido um relatório de avaliação global, o *Implementation Completion Report*, que é submetido a discussão e aprovação do Conselho de Administração.

Uma vez concluído um projeto, o departamento independente responsável pela avaliação *ex-post (Independent Evaluation Group)* analisa o projeto relativamente aos seus objetivos iniciais, submetendo um relatório (não disponível ao público) ao Conselho de Administração do BM. Os resultados deste relatório de avaliação *ex-post* serão tomados em consideração em operações futuras.

Oportunidades para as Empresas no Ciclo do Projeto

Existem oportunidades de negócio e consultoria em todas as fases do ciclo do projeto. No entanto, o tipo de oportunidade varia segundo as diversas fases do projeto. A figura seguinte apresenta essas mesmas fases.

Figura 1 – Ciclo do projeto – oportunidades de consultoria ou de fornecimento de bens e serviços

Fonte: Banco Mundial

O quadro seguinte apresenta o tipo de oportunidade, o cliente e a fonte onde deve ser recolhida informação. O tipo de concurso depende da natureza, finalidade e montante do contrato.

Quadro 29 – Ciclo do projeto – oportunidades de consultoria ou de fornecimento de bens e serviços

Ciclo do Projeto	Tipo de Oportunidade	Cliente	Fonte de Informação
Conceção	Consultoria de curto prazo até USD 100.000	Banco Mundial	CAS, ESW, PRSP e para contratos superiores a USD 50.000 é publicado pedido de manifestação de interesse (REI)
Identificação	Consultoria de curto prazo	Banco Mundial	MOS, PID e para contratos superiores a USD 50.000 é publicado um pedido de manifestação de interesse (REI)
Preparação	Consultoria de curto/médio prazo até USD 200.000	País beneficiário do financiamento	MOS e PID
Avaliação	Consultoria de curto prazo	Banco Mundial	MOS, PID e para contratos superiores a USD 50.000 é publicado um pedido de manifestação de interesse (REI)
Negociação e Aprovação	-	-	GPN
Implementação	Consultoria, fornecimento de bens e horas de trabalho	País beneficiário e BM (consultoria de curto prazo)	PID, PAD, GPN, REI, SPN, PRCA
Supervisão	Consultoria de curto prazo	Banco Mundial	PID, PAD, GPN, REI, SPN, PRCA
Avaliação ex-post	Consultoria de curto prazo	Banco Mundial	PID, PAD, GPN, REI, SPN,

Fonte: Banco Mundial

Identificação das Diferentes Agências e *Trust Funds* Associados

Quadro 30 – *Trust Funds* do Banco Mundial

A	**C**	External Gender Consultative Group
Afghanistan Reconstruction Trust Fund (ATRF)	Capacity Development and Linkages for EIA in Africa	**F**
Africa Capacity Building Foundation (ACBF)	Caspian Environment Program (CEP)	Financial Setor Reform & Strengthening (FIRST)
Africa Land and Water Initiative	Cities Alliance (CITIES)	Flagship Program on Health Setor Reform & Sustainable Financing
Africa Water Resource Management	Clean Air Initiative	Food for Education Evaluation
Africa Water Resources Management Initiative	Collaborative Program Livestock Development	**G**
African Program for Onchocerciasis Control (APOC)	Communities and Small-Scale Mining	Global Development Learning Network (GDLN)
African Virtual University (AVU)	Consultant Trust Fund (CTF) Program	Global Development Network
Agriculture and the WTO	Consultative Group for International Agricultural Research(CGIAR)	Global Environment Facility (GEF)
Asia-Africa Trade & Investment Facilitation	Consultative Group to Assist the Poorest (CGAP)	Global Fund for AIDS, TB & Malaria
Asia Alternative Energy Program (ASTAE)	**D**	Global Facility for Disaster Reduction and Recovery (GFDRR)
Asia-Europe Meeting (ASEM)	Development Gateway Foundation	Global Fund for Indigenous Peoples
Avian Flu Trust Fund Facility (AHIF)	Development Market Place	Global Gas Flaring Reductioning Public-Private Partnerships
B	**E**	Global Partnership on Output-Based Aid
Bank-Netherlands Partnership (BNPP)	East Timor Transition Support	**I**
BioCarbon Fund	Energy Setor Management Program (ESMAP)	Information for Development (infoDev)

Quadro 30 – *Trust Funds* do Banco Mundial (conclusão)

Italian Fund for Culture and Sustainable Development (CFCSD)	Norwegian Trust Fund for Environmentally Socially & Sustainable Development	Robert McNamara Fellowships
J	Norwegian Trust Fund for Private Setor and Infrastructure (NTF-PSI)	**S**
Japan Policy and Human Resources Development Fund (PHRD)	**P**	Supporting Insurance Supervision
Japan Social Development Funds (JSDF)	Pacific Facility	Standards & Trade Development Facility
Japan/World Bank Graduate Scholarship Program (JS/WBGSP)	Participatory Reforms in Irrigation & Drainage	South-South Exchange (SEETF)
K	Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest	Special Program for African Agricultural Research (SPAAR)
Knowledge for Change Program	Post Conflict Partnership Program (PCP)	Statistical Capacity Building (TFSCB)
M	Poverty Alleviation & Legal Rights (Egypt)	Stop Tuberculosis Partnership
Managing the Environment in Sub-Saharan Africa (Melissa)	Poverty Reduction Strategy Support Trust Fund (PRSTF)	Strengthening LDC Governments Engagements
Mediterranean Environmental Technical Assistance Program (METAP)	Priority Reconstruction Program in Bosnia-Herzegovina	Sub-Saharan Transport Policy
Metropolitan Environment Improvement Program (MEIP) in Asia	PROFOR Program on Forests	Sudan Multi-Donor Trust Funds (MDTFs)
Millenium Project:Research and Data Activities	Prototype Carbon Fund (PCF)	**T**
Multilateral Fund for the Implementation of the Montreal Protocol (MFMP) /Ozone	ProVention Consortium	Trade Liberalization, Poverty & Environment
N	Public-Private Infrastructure Advisory Facility (PPIAF)	**W**
Nile Basin Initiative	**R**	Water and Sanitation Program
Norwegian Gender and Development	Regional Environmental Information Management	West Bank and Gaza Program

Fonte: Banco Mundial

Identificação das Pessoas de Contacto

O quadro seguinte apresenta as pessoas de contacto de topo do Grupo Banco Mundial.

Quadro 31 – Pessoas de contacto de topo do Grupo Banco Mundial

BANCO MUNDIAL	
Presidente	*Jim Yong Kim*
Diretor Geral & CEO	*Sri Mulyani Indrawati*
Diretor Geral & CFO	*Bertrand Badré*
Vice-Presidente para América Latina e Caribe	*Jorge Familiar Calderon*
Vice-Presidente para a Europa e Asia Central	*Laura Tuck*
CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL	
Vice-Presidente Executivo & CEO	*Jin-Yong Cai*
Vice-Presidente para África Subsariana, América Latina e Caribe	*Jean Philippe Prosper*
Vice-Presidente para Europa de Leste e Sul, Ásia Central, Médio Oriente e Norte de África	*Dimitris Tsitsiragos*
AGÊNCIA MULTILATERAL DE GARANTIAS DE INVESTIMENTOS (MIGA)	
Vice-Presidente Executivo & CEO	*Keiko Honda*

Fonte: Banco Mundial

Contactos de Nacionalidade Portuguesa

Nuno Mota Pinto

Cargo: Administrador suplente no Conselho de Administradores e representante de Portugal no BIRD/IFC/IDA, Grupo do Banco Mundial

Endereço: Washington, D.C. 20433, USA

Telefone: +202 458 2540

E-mail: nmotapinto@worldbank.org

Mecanismos de Financiamento do Banco Mundial

O Banco Mundial é uma instituição financeira comprometida em providenciar assistência aos países em desenvolvimento, pelo mundo inteiro.

Como parte integrante da organização interna do Grupo, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) trabalha com países de médios rendimentos e merecedores de crédito, enquanto a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) focaliza-se nas áreas mais pobres do mundo.

O Banco Mundial providencia assistência por intermédio de empréstimos, créditos financeiros livres de juros e garantias nos setores principais da agricultura e gestão de recursos ambientais, comunicação, educação, saúde, infraestrutura e desenvolvimento do setor privado.

O Banco Mundial estabeleceu também um mecanismo dedicado à gestão de garantias e empréstimos concessionais: o Financiamento de Concessão e Parceiros Globais (CFP).

A Vice-Presidência do Financiamento de Concessão e Parceiros Globais é a unidade do Grupo do Banco Mundial responsável pela mobilização e gestão de concessões e financiamento de doações. A CFP atua como um intermediário na função de fazer corresponder as necessidades dos destinatários com as prioridades dos doadores através de um conjunto de empréstimos e instrumentos de doação.

A Vice-Presidência está organizada de modo a compreender as atividades elencadas de seguida.

Mobilização de Recursos da IDA (CFPIR)

O Departamento de Mobilização Recursos da IDA (CFPIR) é responsável pela reposição e pelo comissariado dessa instituição, sendo o principal mecanismo de empréstimo para providenciar altos recursos de concessão aos países mais pobres a nível mundial. O departamento é o foco institucional para o restabelecimento dos recursos da IDA, que se realiza a cada três anos.

Parcerias Globais e Operações de Trust Funds (CFPTO)

O Departamento para as operações de *Trust Funds* e Parcerias Globais é responsável pela criação e disseminação das políticas e processos de negócios dos *trust funds* administrados pelo banco. Este departamento ajuda também no desenvolvimento e na gestão das operações dos negócios de *trust funds* e parceiros dos Bancos, servindo como ligação entre clientes internos e externos, em temas como estratégia, política, gestão de programas e boas práticas. Adicionalmente, o departamento providencia formação e suporte aos gestores e utilizadores dos *trust funds*.

Fiduciário Multilateral e Financiamento Inovador (CFPMI)

O Departamento Fiduciário Multilateral e do Financiamento Inovador serve duas funções primárias:

- Desenvolver, implementar e gerir o quadro de negócios, finanças e operações para multidoadores e iniciativas e *trust funds* multilaterais;
- Providenciar o aconselhamento e gerir o processo de criação e implementação para iniciativas de financiamento inovadoras.

Gestão Financeira

O Departamento de Gestão Financeira (CFPFM) providencia aconselhamento financeiro, gestão de risco e serviços na área da I&D, atravessando todas as equipas do espectro do Financiamento de Concessões e Parcerias Globais (CFP).

Por este mecanismo, são também geridos os seguintes programas e fundos especiais**.**

Fundo de Desenvolvimento Social do Japão (JSDF)

Este fundo serve para a provisão da assistência financeira aos países de baixos rendimentos, em parceria com o governo do Japão. Desde o ano 2000, o governo do Japão providenciou mais de 625 milhões de dólares para a JSDF e aprovou 444 garantias, totalizando 577 milhões de dólares.

Concessão para o Desenvolvimento (DGF)

A Concessão para o Desenvolvimento (*Development Grant Facility* - DGF) foi estabelecida em 1997 de forma a integrar a estratégia geral, atribuições e gestão de atividades de execução de concessão, fundadas a partir do Orçamento Administrativo, sob o espectro de um único mecanismo abrangente.

- **Estratégia da concessão**

  A DGF (*Development Grant Facility*) estabelece execuções de concessões como parte integrante do trabalho de desenvolvimento do banco e um complemento importante aos seus serviços de empréstimo e de consultoria. Estabelece a estratégia geral do banco para o uso de subsídios para:

  - Encorajar a inovação;
  - Fomentar as parcerias;
  - Alargar o âmbito dos serviços do banco.

  Além disso, todas as concessões deverão estar direcionadas para prioridades setoriais e institucionais, serem de elevada qualidade e estarem em conformidade com os critérios de elegibilidade da DGF.

- **Atribuições e Administração**

  O mecanismo de atribuições da DGF requer que cada proposta de concessão tenha o patrocínio do banco, para que por ele seja revista e priorizada dentro dos setores e redes, e então ser considerada nas prioridades institucionais através de um conselho da DGF do banco. Este conselho é suportado por uma pequena equipa de secretariado da DGF que está preparada a prestar assistência.

Fundos de Investimento para o Clima

Os Fundos de Investimento para o Clima (CIF) são instrumentos únicos de financiamento, criados para iniciar transformações no sentido do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono e aumentar a resiliência face às alterações climáticas, através de financiamento em grande escala canalizado para as Instituições Financeiras Internacionais.

Com o reconhecimento de que a redução da pobreza, o crescimento da economia e as alterações climáticas deverão ser conduzidas em conjunto, o CIF acordou em 2008, em criar a oportunidade de juntar os fundos do CIF com os fundos de outras IFI e recursos para o desenvolvimento do setor privado e nacional, alavancando fundos adicionais substanciais.

Os dois fundos do CIF são:

- **Fundo para a Tecnologia Limpa (*Clean Technology Fund* - CTF)**, que financia demonstrações em grande escala, implementação e transferência de tecnologias de baixo carbono para redução relevante de gases com efeito de estuga (GEE) dentro dos planos de investimento dos países;
- **Fundo Climático Estratégico (*Strategic Climate Fund* - SCF)**, que financia desde programas alvo para o desenvolvimento de países até projetos piloto em novas abordagens climáticas ou setoriais.

Fundo Para o Meio Ambiente Mundial - FMAM (GEF - Global Enviromment Facility)

O Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM) foi criado em Outubro de 1991, como um programa piloto do Banco Mundial, dotado de 1.000 milhões de dólares para contribuir para a proteção do meio ambiente mundial e promover o desenvolvimento ambientalmente sustentável. O FMAM tinha a missão de garantir doações novas ou adicionais e financiamento em condições concessionais para enfrentar os custos "incrementais" ou adicionais de transformar projetos extintos a nível nacional em iniciativas que proporcionem benefícios ambientais mundiais.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Banco Mundial foram os três associados que começaram a executar os projetos do FMAM.

Em 1994, na Cimeira Terra Rio, o FMAM submeteu-se a uma reestruturação e separou-se do sistema do Banco Mundial para se converter definitivamente, numa instituição separada. A decisão de transformar o FMAM numa organização independente contribuiu para ampliar a participação dos países em desenvolvimento no processo de tomada de decisão e na execução dos projetos.

Não obstante, desde 1994, o Banco Mundial atua como Depositário do Fundo Fiduciário do FMAM e concede serviços administrativos. Como parte da reestruturação, confiou-se ao FMAM a função de mecanismo financeiro do Convénio das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica e a Convenção Marco das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas.

Caracterização da Atividade Recente do Banco Mundial

Número de Projetos e Montantes Financiados pelo Banco Mundial na Colômbia

Os quadros seguintes apresentam os projetos e montantes investidos pelo Banco Mundial na Colômbia, entre 2010 e 2014. Para 2015, prevê-se um investimento na ordem dos 1.413 milhões de dólares.

Quadro 32 – Número de projetos financiados pelo Banco Mundial na Colômbia, 2010-2014

Número de Projetos por Ano	
Ano	*Número de Projetos*
2014	5
2013	3
2012	6
2011	6
2010	5
TOTAL	**25**

Fonte: Banco Mundial

Quadro 33 – Montantes financiados pelo Banco Mundial na Colômbia, 2010-2014

Montantes Financiados por Ano	
Ano	*Valor (USD Milhões)*
2014	873
2013	600
2012	664
2011	318
2010	1.180
TOTAL	**3.635**

Fonte: Banco Mundial

Montantes Financiados pelo Banco Mundial na Colômbia no Setor do Ambiente e Energia

Ao longo da sua atividade na Colômbia, que se iniciou em 1949, o Banco Mundial já financiou 267 projetos no país, com um valor global de 22.791,23 milhões de dólares.

Desses 267 projetos, 12 foram desenvolvidos no âmbito do setor do abastecimento de água, outros 12 no âmbito do setor da água, saneamento e proteção contra cheias (inclui os setores da água e da gestão de resíduos) e 22 foram desenvolvidos no setor da hidroeletricidade. Para além destes projetos, foram desenvolvidos inúmeros outros projetos em que o foco não foi o setor do ambiente, mas que esteve de alguma forma envolvido.

Identificação, Breve Caracterização dos Projetos Financiados e das Empresas/Consórcios Vencedores (Locais e Internacionais)

Neste momento (dezembro de 2014), estão ativos ou em *pipeline*, 33 projetos do BM na Colômbia. Desses 33 projetos, 19 contemplam alguma vertente do setor do ambiente e energia. Dos 19 projetos identificados, dois encontram-se em *pipeline*.

O quadro seguinte apresenta os 17 projetos ativos no setor do ambiente e energia colombiano, no valor de mais de 1.800 milhões de dólares, bem como alguma informação complementar sobre os mesmos.

Quadro 34 – Quadro descritivo dos projetos ativos na Colômbia (Banco Mundial) na área do ambiente e energia

ID Projeto	Projeto	Montante (USD Milhões)	Data de Conclusão	Setores de interesse
P145766	Second Programmatic Productive & Sustainable Cities Development Policy Loan	700,00	n.d.	Cidades sustentáveis
P144271	Forest Conservation and Sustainability in the Heart of the Colombian Amazon	45,85	n.d.	Biodiversidade, Silvicultura
P129531	Colombia Partnership for Market Readiness (PMR)	3,00	n.d.	Energia, Resíduos, Alterações Climáticas
P132851	Commercial Reforestation on Lands Dedicated to Extensive Cattle Grazing in Magdalena Bajo Seco Region	3,26	31/12/2017	Alterações Climáticas, Silvicultura
P126583	Second Disaster Risk Management DPL with Catastrophe Deferred Draw Down Option	250,00	10/07/2015	Gestão de Recursos Hídricos, Gestão de Desastres Naturais
P115639	Colombia Sustainable Development Investment Project - Additional Financing	11,00	n.d.	Água, Resíduos, Proteção contra Cheias, Gestão de Poluição
P112106	Additional Financing for the National Protected Areas Project	4,00	n.d.	Biodiversidade, Silvicultura
P111479	CO Rio Bogota Environmental Recuperation and Flood Control Project	487,00	30/06/2015	Água, Resíduos, Proteção contra Cheias, Gestão de Poluição

Quadro 34 – Quadro descritivo dos projetos ativos na Colômbia (Banco Mundial) na área do ambiente e energia (conclusão)

ID Projeto	Projeto	Montante (USD Milhões)	Data de Conclusão	Setores de interesse
P104687	Mainstreaming Sustainable Cattle Ranching	41,99	31/01/2018	Biodiversidade
P101279	Solid Waste Management Program Project	31,50	30/06/2015	Resíduos
P098615	Colombia: San Nicolas Carbon Sequestration Project	18,00	31/12/2018	Alterações Climáticas, Silvicultura
P086455	CO-Furatena Agroindustry Carbon Offset	1,75	n.d.	Biodiversidade, Alterações Climáticas
P096965	CO APL1 La Guajira Water & Sanitation Infrast and Service Mngmt Proj	158,20	15/10/2015	Água
P100738	Caribbean Savannah Carbon Sink project	2,60	31/12/2017	Biodiversidade, Alterações Climáticas
P082520	CO Sustainable Development Inv Project	8,05	29/04/2015	Água, Gestão de Recursos Hídricos, Gestão de Poluição
P074426	Jepirachi Carbon Off Set Project	21,00	30/06/2024	Energias Renováveis

** n.d. - Não disponível*

Fonte: Banco Mundial

O quadro seguinte apresenta informação sobre empresas/consórcios vencedores em cada um destes projetos.

Quadro 35 – Empresas/consórcios vencedores nos concursos ativos no setor do ambiente e energia colombiano, financiados pelo BM

ID Projeto	Obras e Fornecimentos	Consultoria
P145766	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P144271	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P129531	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P132851	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P126583	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P115639	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P112106	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P111479	FCC Construccion S.A., Rex Ingenieria S.A, Land Developer Investment INC., Orlando Fajardo	Estudos Tecnicos S.A.S - ETSA, Aguas y Estructuras S.A.U. - AYESA, Geocing S.A.S. Ingenieria de Proyectos S.A.S, Hazen and Sawyer, PC, Fundacion Granja Ecologica el Porvenir
P104687	DELL Colombia INC	America Astrid Melo Velandia, Jairo Arboleda, CATIE - Centro Agr. Trop. de Inv. Ens., Fernando Trujillo, Soluciones Laborales Horizonte, Amezquita & Cia S.A., consultores individuais

Quadro 35 – Empresas/consórcios vencedores nos concursos ativos no setor do ambiente e energia colombiano, financiados pelo BM (conclusão)

ID Projeto	Obras e Fornecimentos	Consultoria
P101279	Compania Ingenieria Sanitaria-CODINSA, Juan Carlos Torres Hurtado, Leonardo Favio Rosero, INGELEC S.A.S, Oscar Oswaldo Melo, Mireya Melo Rodriguez, Consorcio Ipiales	Consorcio CYG Consultores, Gestion y Resultados, Geovanis Arrieta Bernate Consultores
P098615		Corporacion ECOVERSA, Fundacion Jardin Botanico, Universidad Catolica de Oriente, Corporacion Carbono & Bosques, Masbosques, ADOA
P086455	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P096965	Jose Jaime Daza GNECCO, Mejia Villegas Constructores S.A, Jose Salvador Daza Morales, ACCIONA Optimizacion Gestion RIOHACHA, Excavaciones Jobepa S.L, ICG Ltda, Carlos Vengal Perez, Consorcio MERCAVI 2010, Vinas Russi, S.A.S, Jimenez Ingenieria	Yali Milena Espeleta Jacome, CORDESA, Marinella Mejia Onate, EUCO LTDA, Edgar Uribe & CIA LTDA, ACUAGUAJIRA, Aguas de Bogota S.A., E.S.P., Ingenieria y Laboratorio Ambiental - ILAM, B&P Servicios LTDA, Selfinver Banca de Inversion LTDA, Rosmy Ruth Lopez Bolivar, Edith Maria de la Valle Vasquez, Sociedad Interamericana de Aguas y Servicios S.A Sigla, Union Temporal VRJ 2012, MGI Paez y Asociados, Walter Marino Ruiz Duque, Miguel Antonio Murgas Nunez
P100738	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P082520	BIO Solutions Limitada	David Cruz, Antonio Rojas, Aurora Abuabara, Jairo Ramos, Nubia Flechas, Claudia Gonzalez, Mauricio Pulido, Walter Parra, Isabel Estupinan, Eugenio Reyes, Speed Wireless Networks, Universidad de los Andes, Andrea Hernandez, Maria Alarcon, Sergio Cruz, Pedro Vasquez, Olga Martinez, Informatica y Tecnologia-Infotec, Axesnet S.A., Cinara, Centro De Ciencia y Tecnologia de Antioquia, Alejandra Dromgold, Rocio Trujillo, Diana Jimenez, Carlos Pardo, Fundacion de Estudios para Desarrollo, Lilia Leal
P074426	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	

Fonte: Banco Mundial

De salientar que os contratos estabelecidos não significam que os anúncios de *procurement* para um dado projeto estejam encerrados. De facto, aconselha-se a consulta regular do *site* do Banco Mundial para se inteirar de novas oportunidades de adjudicação.

Analisando os contratos estabelecidos até ao momento, percebe-se que a esmagadora maioria das empresas vencedoras são de origem colombiana. Ao nível das empresas estrangeiras, destaque para algumas empresas espanholas (FCC Construccion S.A., Aguas y Estructuras S.A.U. - AYESA, Excavaciones Jobepa S.L), norte-americanas (Hazen and Sawyer, PC) panamenses (Land Developer Investment INC.) e costarriquenhas (CATIE - Centro Agr. Trop. de Inv. Ens.).

De seguida, apresenta-se uma breve descrição de alguns projetos ativos na Colômbia, cujo foco é primordialmente o setor do ambiente e energia, nas vertentes de maior interesse para as empresas portuguesas (água, resíduos e energia).

Projeto P111479 - CO Rio Bogota Environmental Recuperation and Flood Control Project

O objetivo deste projeto passa por tornar o Rio Bogotá um importante ativo ambiental para a região metropolitana de Bogotá, através de uma melhoria na qualidade da água, reduzindo o risco de cheias e criando áreas multifuncionais ao longo do rio.

O projeto compreende 4 componentes diferentes.

A primeira componente refere-se ao *upgrade* e expansão da ETAR de Salitre.

A segunda componente envolve trabalhos de restauro para controlo de cheias no rio Bogotá. Esta componente resultará numa diminuição do risco de cheias e no estabelecimento de zonas multifuncionais ao longo do rio Bogotá, por via de trabalhos de controlo ambiental e melhoria ambiental, incluindo dragagem do rio, construção de barragens, restauração de *habitats*, meandros e zonas húmidas, aquisição de terrenos, deslocalização de pessoas, atividades de paisagismo e estabelecimento de parques, bem como a prestação de serviços de consultoria para a conceção, construção e supervisão dos trabalhos necessários.

A terceira componente está relacionada com estudos ambientais e sobre a água.

Finalmente, a quarta componente refere-se ao *project management*. Esta componente fortalece a capacidade do mutuário (Corporacion Autonoma de Cundinamarca) para lidar com a implementação diária do projeto, incluindo o cumprimento de requisitos financeiros, ambientais e de *procurement*, necessidades de reporte, monitorização e supervisão de atividades, implementação de planos de repovoamento e gestão ambiental, política de comunicação, formação e provisão de serviços de consultoria.

O investimento previsto é de 487 milhões de dólares, 250 dos quais a cargo do Banco Mundial, sendo o projeto implementado conjuntamente pela Corporacion Autonoma de Cundinamarca e pela empresa pública Empresa de Acueducto de Bogotá.

O projeto foi aprovado em dezembro de 2010, devendo estar concluído em junho de 2015.

Foram já adjudicados diversos contratos no âmbito deste projeto (sendo o mais relevante o contrato atribuído à espanhola FCC Construccion S.A., no valor de 53 milhões de dólares). Adicionalmente, existem ainda diversas oportunidades de *procurement* para as empresas portuguesas, que podem ser consultadas por via do *site* do Banco Mundial.

Projeto P101279 - Solid Waste Management Program Project

O objetivo deste projeto é apoiar a implementação do programa de melhoria da qualidade e cobertura dos serviços de gestão de resíduos desenvolvido pelo governo da Colômbia. O projeto incorpora três componentes distintas, a saber:

- *Desenvolvimento e investimento em sistemas de deposição de resíduos sólidos.*

  Esta componente financia a construção de infraestruturas de gestão de resíduos, ao nível de obras civis, equipamentos e serviços de suporte à reabilitação, construção e/ou expansão de aterros e estações de transferência em cidades selecionadas e encerramento de lixeiras a céu aberto. Financiará também a reabilitação e expansão de aterros que possam estar a operar a níveis subsanitários.

- *Fortalecimento institucional na gestão de resíduos.*

  Esta componente financia 3 áreas-chave de assistência técnica: fortalecimento do enquadramento legal e capacitação, fortalecimento dos sistemas de planeamento de gestão de resíduos sólidos, e avaliação nacional dos mercados da reciclagem e enquadramento estratégico.

- *Project management*.

  Esta componente financia os custos associados à gestão do projeto como bens, obras, serviços e custos operacionais associados a auditorias financeiras e avaliações de meio e final de projeto.

Trata-se de um projeto aprovado em agosto de 2009, com encerramento previsto para junho de 2015. Contempla um investimento global de 31,5 milhões de dólares, sendo 20 milhões suportados pelo Banco Mundial.

No momento de elaboração deste estudo (Dezembro 2014), encontravam-se abertos avisos de *procurement* para a prestação de serviços na área dos resíduos para os departamentos de Chocó, Bolívar, Risaralda e Tolima. Aconselha-se assim a consulta regular do *site* do Banco Mundial, de modo a conhecer permanentemente os avisos de *procurement* ativos.

No âmbito deste projeto, foram já adjudicados 10 contratos, todos eles a entidades colombianas. De destacar a participação de empresas como CODINSA - Compania Ingenieria Sanitaria, Consorcio Ipiales, Consorcio CYG Consultores ou Juan Carlos Torres Hurtado.

Projeto P096965 - CO APL1 La Guajira Water & Sanitation Infrast and Service Mngmt Proj.

O propósito do projeto de infraestruturas e serviços de abastecimento de água e saneamento de La Guajira é suportar a implementação de uma estratégia global de melhoria do acesso a água e saneamento em La Guajira, no sentido de atingir uma cobertura completa de abastecimento de água nas áreas urbanas.

Os resultados esperados no final da implementação do projeto são os seguintes:

- Cobertura contínua de 90% no abastecimento de água canalizada e tratada, para os residentes urbanos dos municípios participantes;
- Cobertura de 72% na ligação a redes de saneamento e serviços de tratamento de águas residuais para a população urbana dos municípios participantes;
- Implementação de pequeno subprojeto-piloto rural para o abastecimento de água e saneamento, no sentido de prestar serviços básicos a 11-16 comunidades rurais;
- Definição de estratégia global para o abastecimento de água e saneamento.

O projeto compreende três componentes distintas, a saber:

- Financiamento das obras, equipamentos e serviços para o abastecimento de água e saneamento nas municipalidades participantes de La Guajira;
- Financiamento de atividades piloto no sentido de melhorar o acesso a serviços nas zonas rurais, particularmente a comunidades indígenas Waybu;
- Estudos analíticos na área dos recursos hídricos subterrâneos, bem como atividades de melhoria da transparência e *accountability*, através de gestão da performance e disseminação de informação sobre a *performance* de *utilities* e do setor.

O projeto foi aprovado em março de 2007 e deve terminar em outubro de 2015. O valor de investimento previsto é de 158,20 milhões de dólares, 90 dos quais financiados pelo Banco Mundial.

Em Dezembro de 2014, havia avisos abertos para os municípios de Riohacha e Uribía, entre outros municípios do departamento de La Guajira.

Alguns contratos de relevo no âmbito deste projeto foram celebrados em 2009 com as colombianas Aguas de Bogotá, Selfinver Banca de Inversion Ltda., B&P Servicios Ltda. e ILAM - Ingenieria y Laboratorio Ambiental (cada um destes contratos ultrapassou os 6,5 milhões de dólares).

No entanto, o contrato mais importante foi rubricado em 2013, com a também colombiana Acciona Optimizacion Gestion Riohacha, no valor de 24,6 milhões de dólares. Este contrato contempla a otimização e gestão hidráulica do aqueduto de Riohacha. Ao nível das empresas estrangeiras envolvidas no projeto, destaque para a espanhola Excavaciones Jobepa S.L, com um contrato de cerca de 1 milhão de dólares.

Projeto P074426 - Jepirachi Carbon Off Set Project

O objetivo do projeto de compensação das emissões de carbono de Jepirachi passa por contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) provenientes do setor energético, através do desenvolvimento de uma instalação de geração de energia eólica de 19,5 MW. Ao longo de 21 anos, espera-se que o projeto possa compensar cerca de 1.168 milhões de toneladas métricas de dióxido de carbono, bem como suportar um programa social que irá contribuir para a melhoria do bem-estar das populações locais.

O projeto foi aprovado em 2002 e tem duração prevista até 2024, com um valor estimado de 21 milhões de dólares. Neste momento (Dezembro 2014) não há avisos de *procurement* relacionados com este projeto. O projeto é desenvolvido pela EPM - Empresas Publicas de Medellín.

Identificação e Breve Caracterização dos Projetos em *Pipeline*

No setor do ambiente e energia, existiam em Dezembro 2014, 2 projetos em *pipeline* na Colômbia, como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 36 – Quadro descritivo dos projetos em *pipeline* na Colômbia (Banco Mundial) na área do ambiente e energia

ID Projeto	Projeto	Montante (USD Milhões)	Data de Conclusão	Setores de interesse
P130456	National Disaster Vulnerability Reduction Project Phase 2	100,00	n.d.	Gestão de Desastres Naturais, Proteção contra Cheias
P145732	AF - CO Mainstreaming Sust. Cattle Ranching Project	20,70	n.d.	Biodiversidade, Alterações Climáticas, Silvicultura

Fonte: Banco Mundial

Os projetos em *pipeline* não têm ainda avisos de *procurement* associados.

Identificação e Caracterização dos Modelos de Financiamento de Compensação de Carbono Utilizados pelo Banco Mundial

A Unidade de Financiamento de Carbono do Banco Mundial é dedicada à criação de fundos para a compra de créditos de redução de gases com efeito de estufa que estejam certificados, em países em desenvolvimento e economias em transição no âmbito dos mecanismos flexíveis do Protocolo de Quioto. Esta unidade não trabalha com base em projetos, mas aproveita, por um lado, investimentos públicos e privados em transações comerciais resultantes em créditos de carbono, e por outro, em atividades pró-desenvolvimento. Entre os fundos de carbono operados pelo Banco Mundial estão:

- **Fundos Nacionais de Carbono** criados para ajudar os governos a cumprir com os seus compromissos no âmbito do Protocolo de Quioto.
- **Fundo de Carbono para o Desenvolvimento da Comunidade**, criado para combinar atividades energéticas limpas e de baixa emissão, focando-se especificamente no desenvolvimento das comunidades.
- **Mecanismo para Parceria do Carbono Florestal**, para ajudar os países em desenvolvimento a reduzir as emissões resultantes da desflorestação e degradação do solo.
- **Mecanismo para Parceria de Carbono** direcionada no período de comprometimento pós-2012 do Protocolo de Quioto.

Corporação Andina do Fomento (CAF)

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

http://www.caf.com/es/paises/colombia

Breve Caracterização

A CAF é um banco de desenvolvimento criado em 1970 e composto atualmente por 18 países da América Latina, Caribe e Europa, e por 14 bancos privados da região andina.

A Instituição promove um modelo de desenvolvimento sustentável mediante operações de crédito, subsídios e apoio na estruturação técnica e financeira de projetos do setor público e privado na América Latina.

Com sede em Caracas, Venezuela, a CAF tem escritórios em Buenos Aires, La Paz, Brasília, Bogotá, Quito, Cidade do Panamá, Lima, Montevideo e Madrid.

A missão da CAF é promover o desenvolvimento sustentável e a integração regional através de uma mobilização eficiente de recursos para a prestação oportuna de vários serviços financeiros, de alto valor agregado, aos clientes dos setores público e privado dos países acionistas.

Desde o seu inicio, a Corporação Andina de Fomento tem sido uma fonte importante de financiamento e assistência técnica nos seus países acionistas.

Em 1980, criou-se o Fundo de Assistência Técnica (FAT), em 1988 o Fundo Especial para a Bolívia e o Fundo para o Equador (FEE), em 1992 o Fundo Andino de Conservação Energética (FACE) e em 1995 o Fundo para o Desenvolvimento Humano (FONDESHU), que se rege pelo seu próprio regulamento devido á natureza especial das suas operações. Tem como objetivo financiar operações que promovam o desenvolvimento humano sustentável entre os setores sociais desfavorecidos que pertençam aos países membros.

Países Acionistas

Os países acionistas da CAF são:

Argentina	Chile	Equador	México	Peru	Trinidad & Tobago
Bolívia	Colômbia	Espanha	Panamá	Portugal	Uruguai
Brasil	Costa Rica	Jamaica	Paraguai	República Dominica	Venezuela

Portugal e Colômbia na CAF

A 30 de novembro de 2009, Portugal tornou-se um acionista (acionista da *série C*) da CAF (o tema dos vários tipos de *ações - A,B e C* - será explicado com detalhe, mais à frente).

Este facto concretizou-se após Portugal assinar o acordo para subescrever 15 milhões de euros de capital ordinário da CAF e 60 milhões de euros de capital de garantia.

A assinatura do acordo foi realizada durante a XIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, no Estoril.

A Colômbia é acionista fundadora da CAF e representa 21,7% do total do capital subscrito e integralizado da CAF, em 31 de dezembro de 2009.

Em 2009, a CAF aprovou operações a favor da Colômbia no valor de USD 2.050 milhões, das quais 52,2% (USD 1.070 milhões) corresponderam a operações de risco soberano e 47,8% (USD 980 milhões) a operações de risco privado.

Breve Descrição do Funcionamento

Assembleia de Acionistas

A Assembleia de Acionistas é o órgão supremo da CAF e pode-se reunir em sessão ordinária – uma vez por ano, dentro de noventa dias após o término do exercício anual – ou extraordinária, de acordo com a matéria submetida para sua consideração. A Assembleia é composta pelos acionistas das *séries A, B e C.*

Os acionistas das séries *A,B, e C* possuem respetivamente ações *do tipo A,B e C*.

A Assembleia aprova o informe anual do Diretório, as demonstrações financeiras devidamente auditadas e determina o destino do lucro obtido pela CAF. Além disso, elege os membros do Diretório de acordo com as normas previstas pelo Convênio Constitutivo, designa os auditores externos e toma conhecimento de qualquer outro assunto que seja submetido.

Diretório

O Diretório é composto pelos representantes dos acionistas das *séries A, B e C.* Estabelece as políticas da CAF, nomeia o Presidente Executivo, aprova as operações de crédito, o orçamento anual de gastos, o outorgamento de garantias ou investimentos e qualquer outra operação dentro dos objetivos da CAF. A aprovação de certas operações é delegada ao Comité Executivo ou ao Presidente Executivo, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Diretório.

Comité Executivo

O Comité Executivo foi criado pelo Diretório em 1971. É integrado por diretores designados pelos acionistas das *séries A, B e C* e presidido pelo Presidente Executivo. O Comité deve aprovar as operações financeiras que não excedam os limites estabelecidos pelo Diretório.

Comité de Auditoria

O Comité de Auditoria foi criado pelo Diretório em julho de 1996. É integrado pelo Presidente do Diretório, que o preside, assim como diretores eleitos pelo Diretório por um período de dois anos e o Presidente Executivo da CAF.

Corresponde a este Comité:

- Recomendar a seleção e contratação dos auditores externos;
- Conhecer seu plano anual de trabalho;
- Rever o relatório anual e as demonstrações financeiras da Instituição com o correspondente parecer dos auditores externos, antes que sejam apresentados ao Diretório e à Assembleia de Acionistas;
- Conhecer os relatórios apresentados pela Auditoria Interna sobre os principais assuntos relacionados com a vigência da estrutura do sistema de controlo interno;
- Conhecer o programa anual para a administração e controlo de risco de carteira e investidores, e o relatório anual de execução deste programa.

Estrutura do Capital

O capital autorizado da CAF é de dez mil milhões de dólares (USD 10.000.000.000), distribuído em ações de **Capital Ordinário** e em **Capital de Garantia.**

Capital Ordinário

Chega a 6,5 mil milhões de dólares (USD 6.500.000.00) e é dividido em ações de 3 séries: A, B e C, compostas da seguinte forma:

- **Ações da Série "A"** constituídas por quinze (15) ações nominativas, de um milhão e duzentos mil dólares (USD 1.200.000) cada uma, no valor global de dezoito milhões de dólares (USD 18.000.000). A subscrição das ações da Série "A" de capital ordinário está disponível ao governo de cada um dos países membros ou a instituições públicas, semipúblicas ou de direito privado com finalidade social ou pública designados por este.

  Atualmente, a titularidade destas ações, de uma forma direta ou através de instituição designada pelo governo, pertence aos seguintes estados: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

- **Ações da Série "B"** constituídas por um milhão (1.000.000) de ações nominativas, de cinco mil dólares (USD 5.000) cada uma, no valor global de cinco mil milhões de dólares (USD 5.000.000.000). A subscrição das ações da Série B de capital ordinário está disponível aos governos ou a entidades públicas, semipúblicas ou privadas dos países membros. As ações da Série "B" podem ser subscritas por entidades privadas dos países membros sempre e quando a percentagem da sua participação nas ações, não supere quarenta e nove por cento (49%) do total acionista correspondente a tal série, por país acionista.

- **Ações da Série "C"** constituídas por duzentas e noventa e seis mil e quatrocentas ações nominativas (296.400), de cinco mil dólares (USD 5.000) cada uma, no valor global de um 1.482 milhões de dólares (USD 1.482.000.000).

  A subscrição das ações da Série "C", de capital ordinário está disponível a entidades legais ou pessoas naturais provenientes de fora da sub-região.

  As ações da Série "C" de capital ordinário podem ser convertidas em ações da Série "B" de capital ordinário, uma vez que sejam cumpridas as condições acordadas pela Assembleia de Acionistas para a adesão ao Convénio Constitutivo por parte do respetivo país membro.

Capital de Garantia

O Capital de Garantia da CAF é de 3,5 mil milhões de dólares (USD 3.500.000.000) e é composto por ações das séries "B" e "C", distribuídas da seguinte forma:

- **Ações da Série "B" -** Constituídas por quinhentas mil (500.000) ações nominativas, de cinco mil dólares (USD 5.000) cada uma, no valor global de 2,5 mil milhões de dólares (USD 2.500.000.000). A subscrição das ações da série "B", de capital de garantia corresponde aos governos ou entidades públicas, semipúblicas ou privadas dos países membros.

- **Ações da Série "C" -** Constituídas por duzentas mil ações nominativas, de cinco mil dólares (USD 5.000), cada uma, no valor global de mil milhões de dólares (USD 1.000.000.000).

A subscrição das ações da Série "C" de capital de garantia corresponde a pessoas jurídicas ou naturais de fora da sub-região.

O pagamento das ações de capital de garantia está sujeito ao requerimento prévio da CAF, de prévio acordo o Diretório, quando tal capital for necessário para cumprir as obrigações da Instituição, no caso da CAF não ter capacidade para cumpri-las com os seus próprios recursos.

Novos Membros Plenos

Em 2005, a Assembleia Extraordinária de Acionistas aprovou o Protocolo de Modificação ao Convénio Constitutivo da CAF para permitir que qualquer país latino-americano se possa converter em país membro da corporação, tendo que cumprir para este efeito, dois requerimentos: aderir aos artigos do acordo e subescrever ações do tipo A.

Este mesmo protocolo foi então ratificado pelo congresso em que estavam todos os países que eram na altura, membros plenos da CAF. Este protocolo teve efeito a 9 de julho de 2008.

Como resultado, a Argentina, Brasil, Panamá, Paraguai e Uruguai subscreveram acordos de capital ordinário adicional para um total de 1.500 milhões de dólares (USD 1.500.000.000).

Atualmente, Argentina, Brasil, Panamá, Paraguai e Uruguai são membros plenos. A incorporação destes países como membros plenos da CAF fortalece a sua posição financeira na medida em que, ao expandir o seu campo de ação regional, aumenta as expectativas de crescimento das suas operações, resultando num aumento no volume e uma maior diversificação das operações.

Composição do Diretório da CAF

Ações Série "A" Período 2014 - 2017

País: Argentina **Titular:** Axel Kicillof *Ministro da Economia e Finanças Públicas*	**País: Bolívia** **Titular:** Elba Viviana Caro Hinojosa *Ministra do Planeamento e Desenvolvimento*	**País: Brasil** **Titular:** Miriam Belchior *Ministra do Planeamento, Orçamento e Gestão*	**País: Colômbia** **Titular:** Maurício Cárdenas *Ministro da Fazenda e Crédito Público*
País: Equador **Titular:** Maria Soledad Barrera *Presidente do Diretório da Corporação Financeira Nacional*	**País: Panamá** **Titular:** Dulcidio de La Guardia *Ministro da Economia e Finanças*	**País: Paraguai** **Titular:** Germán Rojas *Ministro da Fazenda*	**País: Peru** **Titular:** Alonso Segura Vasi *Ministro da Economia e Finanças*
País: Uruguai **Titular:** Mario Bergara *Ministro da Economia e Finanças*	**País: Venezuela** **Titular:** Rodolfo Marco Torres *Ministro do Poder Popular para Finanças*		

Ações Série "B" Período 2014 - 2017

País: Bolívia **Titular:** Luís Alberto Arce *Ministro da Economia e Finanças Públicas*	**País: Colômbia** **Titular:** José Darío Uribe *Gerente Geral do Banco da Republica*	**País: Equador** **Titular:** Fausto Herrera *Ministra das Finanças*	**País: Peru** **Titular:** Jorge Luis Ramos *Gerente Geral da Corporação Financeira de Desenvolvimento (COFIDE).*
País: Venezuela **Titular:** Simón Alejandro Zerpa Delgado Vice-ministro da Investimento para Desenvolvimento e Presidente do Banco de Desenvolvimento Económico e Social da Venezuela (BANDES)	**Banca Privada** **Titular:** Efraín Enrique Forero Fonseca *Presidente do Banco Davivienda,S.A. Colombia*		

Ações Série "C" Período 2012 - 2015

País: Espanha **Titular:** Luís de Guindos Jurado *Ministro da Economia e Competitividae*	**País: México** **Titular:** Luis Videgaray *Secretário da Fazenda e Crédito Público*
País: República Dominicana **Suplente:** Simon Lizardo Mezquita Ministro da Fazenda	**País: Chile** **Suplente:** Eduardo Bitran Colodro Vice-presidente Executivo de CORFO

Estrutura da CAF

A Corporação Andina do Fomento encontra-se subdividida nos seguintes setores:

- *Gabinete da Presidência Executiva;*
- *Vice-Presidência para as Estratégias de Desenvolvimento e Políticas Públicas;*
- *Vice-Presidência de Finanças;*
- *Vice-Presidência de Setores Produtivos e Financeiros;*
- *Vice-Presidência de Programas de Países;*
- *Vice-Presidência de Desenvolvimento Social e Ambiental;*
- *Vice-Presidência de Infraestruturas;*
- *Controlo Corporativo;*
- *Secretaria e Relações Exteriores;*
- *Consultoria Jurídica;*
- *Comunicação Estratégica;*
- *Logística e Serviços Administrativos;*
- *Operações e Tecnologia;*
- *Recursos Humanos;*
- *Administração de Crédito.*

Presidente Executivo

O Presidente Executivo é o representante legal da CAF. Exerce a direção geral e a administração da Instituição e é responsável por todos os assuntos que não estejam especificamente atribuído a algum outro órgão.

Além disso, é o encarregado por aprovar os planos estratégicos para países e setores, aprovar as estruturas e os processos institucionais que correspondam ao seu nível de autoridade e aprovar as operações financeiras realizadas pela CAF nos valores que estejam dentro do limite delegado pelo Diretório.

Conta com um Conselho Consultivo integrado por especialistas da comunidade económica, financeira e de negócios da região, cuja principal função é apoiar o Presidente Executivo na análise dos objetivos estratégicos da CAF. Permanece em funções por cinco anos, com a possibilidade de reeleição.

Departamentos da CAF a Destacar

Entre os departamentos que compõem a CAF, destacam-se os seguintes.

Vice-Presidência de Desenvolvimento Social e Ambiental

A Vice-Presidência de Desenvolvimento Social e Ambiental foi criada em março de 2004 para apoiar as iniciativas de negócios com benefícios social e ambiental, com um foco de inovação, replicabilidade, sustentabilidade e territorialidade.

Entre os principais objetivos desta área estão:

- A criação de créditos e outras soluções financeiras de acordo com as condições e necessidades dos setores atendidos pela vice-presidência;
- O apoio ao fortalecimento das políticas públicas e das instituições no campo social e ambiental;
- O apoio a áreas de negócio da CAF para garantir a inclusão de critérios e melhores práticas sociais e ambientais;
- O fortalecimento de parcerias entre o setor público e privado.

Vice-Presidência de Infraestruturas

A Vice-Presidência de Infraestruturas é encarregada por atender projetos sustentáveis de integração física na América Latina e fomentar a participação do setor privado na área das infraestruturas.

Os projetos financiados pela Vice-Presidência de Infraestruturas são avaliados previamente para determinar a sua viabilidade técnica, financeira, económica e institucional. É levado em consideração especialmente o impacto que o projeto possa ter sobre o meio ambiente e sobre as comunidades locais relacionadas diretamente com a zona onde o projeto será executado.

Entre os seus principais objetivos estão:

- Financiar projetos de infraestrutura nos setores público e privado dos países acionistas da CAF em áreas de energia, telecomunicações, água e saneamento, transporte, gás e petróleo e infraestrutura social;

- Prestar apoio técnico aos seus clientes na otimização das soluções técnicas do projeto, na estruturação do financiamento e nos assuntos de políticas públicas e de organização institucional do setor que estejam relacionadas com o desenvolvimento e operação do negócio;
- Realizar estudos sobre a situação de cada uma das áreas de ação da vice-presidência nos países da região andina e em toda a América Latina.

Controlo Corporativo

O Escritório de Controlo Corporativo tem como objetivo fortalecer a estratégia da empresa na gestão integral de riscos.

Este departamento é responsável pela identificação e mitigação de todos os riscos, de qualquer natureza, que possam afetar a CAF, mediante a elaboração de políticas, normas, sistemas e procedimentos de direta aplicação quando necessário, garantindo a sua existência e efetiva implementação, mesmo quando seja responsabilidade de outros departamentos.

Também é sua responsabilidade garantir uma sólida cultura de prevenção do risco, que proporcione um ambiente adequado para o funcionamento das medidas de prevenção e mitigação.

Identificação das Pessoas de Contacto

Contactos de Topo

***Presidente Executivo*:** Enrique García Rodríguez

É o representante legal e máxima autoridade administrativa da Instituição.

As suas funções são:

- Aprovar os planos estratégicos para países e setores;
- Aprovar as estruturas e processos institucionais que correspondam ao seu nível de autoridade;
- Aprovar as operações financeiras cujos valores se encontrem dentro dos limites delegados pelo Diretório.

Permanece nesta função por cinco anos, com possibilidade de reeleição.

***Vice-Presidente Executivo*:** Luis Enrique Berrizbeitia

Desde 1 de dezembro de 1996, o economista Luis Enrique Berrizbeitia dirige a vice-presidência executiva da CAF.

O Vice-Presidente Executivo desenvolve tarefas de supervisão, coordenação e execução de atividades em todas as áreas da Instituição – operacionais, financeiras, assessorias e administrativas – com o objetivo de assistir o Presidente Executivo na gestão geral e acelerar os processos de negócio e apoio.

Permanece nesta função por cinco anos, prazo que pode ser estendido. Substitui o Presidente em todas as suas atribuições na sua ausência.

Contactos de Nacionalidade Portuguesa

Apesar de não existir informação sobre contactos portugueses na Corporação Andina de Fomento, esta instituição tem uma representação em Madrid.

Guillermo Fernández é o atual Diretor da representação da CAF para a Europa. Esta representação tem os seus escritórios sedeados em Madrid (Espanha).

Os contactos da CAF em Madrid são então os seguintes:

Plaza Pablo Ruíz Picasso, s/n

Torre Picasso, planta 24

28020 - Madrid, Espanha

Tel: +34 91 597 38 94 --- Fax: +34 91 597 49 27

Modalidades de Financiamento da CAF

Identificação de Produtos e Serviços Financeiros

A CAF disponibiliza diversas modalidades de financiamento a clientes públicos e empresariais dos países membros, desde empréstimos a garantias ou assistência técnica. Especificamente, os produtos e serviços financeiros disponibilizados pela Corporação Andina do Fomento são os seguintes:

- ***Empréstimos***
- ***Financiamento Estruturado sem Recurso ou com Garantia Limitada***
- ***Empréstimos Sindicados***
- ***Garantias e Avais***
- ***Garantias e Parcerias***
- ***Participações Acionistas***
- ***Serviços de Tesouraria***
- ***Linhas de Crédito***

Apresenta-se de seguida uma breve caracterização de cada um dos produtos e serviços identificados.

Empréstimos

Os empréstimos são um acordo entre a CAF e o seu cliente, nos quais o cliente concorda em devolver à CAF, no prazo fixado, o montante de dinheiro pago por um propósito definido, acrescido de juros, taxas e outras despesas acordadas entre as partes.

Os empréstimos são a principal modalidade operacional da CAF e podem ser de curto prazo (1 ano), médio prazo (de 1 a 5 anos) e longo prazo (mais de 5 anos). Podem ser de diferentes tipos: empréstimos para o comércio (Pré-embarque e Pós-embarque) e de fundo de maneio, empréstimos para projetos e de garantia limitada.

A CAF pode financiar operações de risco soberano e operações de clientes de risco privado. Os empréstimos podem ser outorgados em qualquer etapa da execução dos projetos sob certas circunstâncias. No contexto de uma relação crediária integral, a CAF tem licença para conceder empréstimos para o desenvolvimento de operações comerciais direcionadas ao fomento das exportações e de fundo de maneio a empresas ou instituições financeiras.

O leque de projetos que podem ser financiados pela CAF é muito variado e engloba planos de infraestruturas relacionados com rodovias, transportes, telecomunicações, geração e transmissão de energia, água e saneamento ambiental, bem como projetos que propiciem o desenvolvimento fronteiriço e a integração física entre os países acionistas.

Sobre a área industrial, a CAF investe em projetos destinados a ampliar e modernizar a capacidade produtiva e a inserção das empresas dos seus países acionistas nos mercados regionais e mundiais.

Entre as vantagens oferecidas por esta modalidade estão:

- Acesso a maiores prazos de financiamento com base no apoio de uma instituição multilateral e ajuste às suas necessidades em termos de prazo (curto/médio/longo prazo simultaneamente);
- Flexibilidade e agilidade característica da CAF.

Serão consideradas suscetíveis ao financiamento as operações apresentadas pelos governos dos países acionistas, assim como por empresas do setor privado ou misto, de uma ampla gama de setores económicos.

Financiamento Estruturado sem Recurso ou com Garantia Limitada

O termo *Project Finance* é geralmente utilizado para identificar uma modalidade de financiamento outorgado sob uma estrutura de garantias limitadas ("*limited recourse lending*") e onde os recursos (dívida e capital) aportados para financiar o projeto são recompensados apenas com o fluxo de caixa gerado pelo próprio projeto.

Geralmente, a construção e posterior operação destes projetos são fundamentais em inúmeros e diversos contratos, com os quais é possível realizar uma distribuição dos riscos de forma balanceada entre as partes. De destacar aqueles especialmente destinados a mitigar certos riscos dos credores financeiros.

O financiamento de projetos na CAF é direcionado a entidades que procurem financiar operações relacionadas com o setor das infraestruturas e, geralmente, vêm de contratos de concessão outorgados por governos. Também se utiliza frequentemente para financiar projetos de mineração e exploração de petróleo e gás.

Diante da adoção deste tipo de modalidade de financiamento, as entidades promotoras do projeto minimizam o impacto que alternativamente teriam ao incorporar nas suas demonstrações financeiras a dívida necessária para o projeto. São eleitos para solicitar este tipo de financiamento investidores dos setores privado ou público, associados a entidades promotoras de projetos.

Empréstimo Sindicado

Um empréstimo sindicado é uma estrutura na qual uma instituição financeira exerce a liderança numa transação de crédito e reúne um grupo de bancos e/ou outras instituições (participantes) para atender às necessidades de financiamento de um cliente sob a proteção de um só empréstimo. Com esta estrutura, os credores dividem os mesmos direitos e obrigações (*pro rata*).

A relação entre a CAF e os participantes baseia-se no princípio de *pro rata*, onde os credores do cliente participam proporcionalmente como sócios nos direitos e obrigações que assumiram no contrato de empréstimo, com base no respetivo contributo económico efetuado. É assim que os credores distribuem os lucros e as perdas de acordo com a parte da taxa correspondente.

Os empréstimos sindicados podem ter várias formas, dependendo do nível do juro e risco da instituição financeira líder (titular e/ou administradora do empréstimo) e dos participantes. Com esta premissa, as operações sindicadas na CAF podem assumir a forma de cofinanciamento ou de empréstimo A/B, como se pode ver de seguida.

Cofinanciamento

Por meio deste produto, a CAF e os participantes atendem de forma conjunta às necessidades de financiamento de um cliente. Nesta forma as condições financeiras do crédito podem ser iguais se a CAF e as instituições tiverem condições comuns, ou simplesmente podem estruturar-se de forma independente de acordo com os interesses de cada uma delas.

Um Cofinanciamento pode ser estruturado:

- Sob o mesmo contrato de empréstimo;
- Mediante contratos separados, com um acordo entre os credores.

Empréstimos A/B

Os empréstimos A/B preservam o conceito de *pro rata*, mas modificam a capacidade de cada credor de executar seus direitos. A principal modificação consiste na atuação da CAF como único titular do total do empréstimo A/B (ou seja, Prestador Oficial de Registo / *Lender of Record*), o que acarreta num maior nível de controlo do titular pela a administração.

Como titular do Empréstimo A/B, a CAF:

- Administrará o crédito no seu conjunto frente ao cliente;
- Financiará a parte do empréstimo (parcela A) que não é dos participantes;
- Venderá uma parte do empréstimo (parcela B) sob convénios de participação aos participantes;
- Atuará por conta própria na parcela A e terá certos direitos e obrigações com os participantes da parcela B.

Os empréstimos A/B podem variar em relação à forma de estrutura da parcela B, do seguinte modo:

- Venda de toda a parcela a um grupo de participantes selecionados pela CAF. Cabe salientar que se pode selecionar um banco como *co-arranger* que representará os interesses comuns dos participantes ante a CAF e o cliente.
- Venda de toda a parcela a um fideicomisso, cujo único propósito será a emissão de títulos de valores para serem vendidos a investidores institucionais.

Objetivos da CAF com os Empréstimos Sindicados

- Canalizar recursos internacionais e de investidores institucionais para o financiamento de projetos de alto impacto na América Latina e Caribe;

- Maximizar o valor agregado da CAF ao mobilizar fundos de terceiros em condições não disponíveis aos participantes nos países acionistas da CAF;
- Oferecer alternativas de financiamento para os projetos de investimento do setor privado nos países acionistas da CAF;
- Tomar uma posição de liderança na estruturação de empréstimos em sintonia com instituições financeiras privadas sejam elas locais (exceto para empréstimos A/B), regionais ou internacionais;
- Minimizar a exposição da CAF numa transação, mantendo alto grau de controlo.

Elegibilidade do Mutuário

Serão consideradas suscetíveis de financiamento as operações apresentadas por empresas do setor privado ou misto. Além disso, poderão ser realizadas de forma seletiva operações com empresas do setor público. Por fim, para a elegibilidade dos mutuários nos empréstimos Sindicados serão levados em conta os mesmos critérios de elegibilidade estipulados nas políticas internas da CAF.

Elegibilidade dos Participantes

Os participantes poderão ser entidades multilaterais, agências de desenvolvimento, bancos comerciais, fundos de investimento e outras instituições financeiras que a CAF considere de acordo com a sua análise e políticas internas e dependendo se a operação de financiamento terá a forma de cofinanciamento ou de empréstimo A/B.

Levando isto em conta, a CAF aplicará os seguintes critérios para selecionar os participantes:

- Reputação e solidez financeira;
- Capacidade para assumir compromisso dentro da parcela B, no caso da operação ser um empréstimo A/B;
- Conhecimento e experiência com o setor a ser financiado;
- Preferência do cliente;
- Competitividade das condições financeiras para a transação;
- Relação de negócios com a CAF.

Quando houver um conflito de interesse entre o potencial participante e o cliente, a instituição financeira não poderá intermediar a negociação de um empréstimo sindicado, independentemente do papel assumido.

Dimensão do Empréstimo

Os empréstimos A/B devem ter um valor mínimo de USD 50 milhões. O valor máximo é determinado em função do projeto e da capacidade de atrair investimentos no âmbito das normas estabelecidas pela CAF. Em geral, a CAF deverá manter um mínimo de 25% do valor total de um empréstimo A/B, mediante o financiamento da parcela A.

Garantias e Avais

As garantias parciais e avais são produtos oferecidos pela CAF a governos nacionais, regionais, empresas públicas, privadas ou mistas e a instituições financeiras com o objetivo de apoiar operações de crédito outorgadas por outras fontes.

As garantias parciais são utilizadas para melhorar a qualificação de risco de crédito de emissões de dívida dos clientes, com o objetivo de facilitar o acesso a novos mercados ou investidores, e/ou melhorar as condições de financiamento que já tenham acesso.

As garantias parciais podem ser utilizadas para obter financiamento nos mercados de capitais locais e/ou internacionais. Além de ajudar o cliente a obter o financiamento requerido, este produto também contribui com o desenvolvimento dos mercados de capital da região.

Garantias e Parcerias

A garantia parcial de crédito (GPC) é uma modalidade de avais e garantias com a qual a CAF garante a um terceiro, parte do risco de crédito de uma obrigação a cargo de um cliente.

Além disso, a CAF pode garantir a subscrição de emissões de papéis de renda fixa de entidades emissoras em mercados de capital da região. Essa modalidade pretende atrair novos recursos à região e estimular as fontes de financiamento privadas a estender os prazos de seus créditos, condições que de outra forma não estariam disponíveis para os clientes beneficiados por esta modalidade operacional.

As garantias parciais contribuem na melhoria da qualificação de emissões e empréstimos e na formação de *trusts funds* para, dessa forma, apoiar o desenvolvimento dos mercados de capital dos países acionistas da CAF.

Esta modalidade aplica-se para garantir operações de risco soberano, podendo ser aplicada de forma seletiva para garantir operações de risco privado.

Participações Acionistas

As participações acionistas são operações destinadas à aquisição de ações ordinárias, ações preferenciais ou participações de capital social, assim como títulos de dívida subordinada, conversível ou outros instrumentos similares, em empresas, fundos ou instituições financeiras públicas, privadas ou mistas e veículos financeiros de propósito especial.

Estes investimentos de capital são realizados em áreas estratégicas para apoiar o desenvolvimento e o crescimento de empresas nos países acionistas e a sua participação nos mercados de capitais.

Além disso, permitem aos investidores contar com recursos e com o suporte de uma instituição financeira multilateral, que serve como agente catalisador na atração dos recursos necessários à empresa, fundo ou instituição financeira.

As participações acionistas da CAF são realizadas em atendimento a várias modalidades, como:

- Através de fundos de investimento que tenham por objetivo a aquisição, propriedade, gestão e alienação de títulos de renda fixa ou variável de empresas ou projetos de infraestruturas representados em ações ou em certificados de participação emitidos por tais sociedades;
- De forma direta, através de capital social que visa a produção de bens ou a prestação de serviços;
- Por meio de investimentos de quase-capital, tais como empréstimos subordinados, ações preferenciais e empréstimos com opção de conversão em ações;

Entre os critérios considerados pela CAF ao decidir por uma participação acionista estão:

- Mobilização de recursos externos como resultado deste investimento;
- Impacto no desenvolvimento da região;
- Caráter estratégico do investimento;
- Mecanismo de saída;
- Rentabilidade.

Serviços de Tesouraria

A CAF oferece os seguintes serviços de Tesouraria na América Latina:

- Contas correntes;
- Depósitos a prazo;
- Administração de fundos.

Linhas de Crédito

As linhas de crédito são uma facilidade outorgada a um cliente por um limite determinado e que permite, durante o seu período de vigência, que o cliente solicite o financiamento de várias operações de natureza semelhante e independentes entre si. O valor da linha de crédito e as condições de cada operação serão estabelecidos pela CAF durante o processo de avaliação.

As linhas de crédito podem ser de curto prazo (1 ano), médio prazo (de 1 a 5 anos) e, excecionalmente, de longo prazo (mais de 5 anos). A CAF poderá financiar operações de risco soberano e operações de clientes de risco privado.

A CAF também atua como banco de desenvolvimento, outorgando linhas de crédito a instituições financeiras de desenvolvimento, a bancos comerciais privados ou empresas qualificadas dos setores produtivos da região, a fim de que estes ofereçam financiamento a grupos específicos, como por exemplo, a pequenas e médias empresas (PME).

Serão consideradas suscetíveis ao financiamento as operações apresentadas por instituições financeiras ou governos dos países acionistas, assim como por empresas do setor privado ou mistas, de uma ampla gama de setores económicos.

Assessoria Financeira

A CAF presta assessoria financeira a clientes do setor privado, público ou misto. O âmbito de cada assessoria depende das necessidades específicas de cada cliente e pode estar ou não relacionada à obtenção de fundos ou a um produto financeiro específico.

A CAF pode prestar serviços de assessoria na definição e estruturação de planos de financiamento para projetos ou empresas; assistência ao setor público no desenho e execução de processos de licitação pública para delegar o setor privado a construção, operação e administração de obras de infraestrutura ou serviços públicos (parcerias público-privadas, concessões); assistência ao setor privado na preparação de ofertas para participar nos processos de licitação pública; assistência em fusões e aquisições; valorização de empresas, entre outros.

Os serviços de assessoria financeira oferecidos pela CAF permitem aos clientes do setor público e privado complementar e agregar valor à utilização de produtos tradicionais.

Estes serviços são direcionados a governos nacionais, regionais, empresas do setor público, empresas do setor privado ou mistas dos países acionistas que procuram realizar operações inovadoras que requerem um conhecimento financeiro especializado.

Cooperação Técnica

A CAF financia operações especializadas que complementam a capacidade técnica dos países acionistas com o objetivo de incentivar programas inovadores que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a integração regional.

As operações de cooperação técnica dirigem-se a empresas, organizações internacionais ou que façam parte dos setores público ou privado dos países acionistas. Os pedidos de entidades públicas em vários países são priorizadas através de uma única agência governamental que coordena os pedidos de recursos externos para os programas de assistência técnica que fazem parte dos seus planos de desenvolvimento nacional ou regional. As operações do setor privado estão limitadas ao setor sindical, às pequenas e médias empresas e às instituições financeiras relacionadas a essas.

- ***Projetos elegíveis para financiamento***

  As operações consideradas apropriadas para financiamento devem atender aos critérios de elegibilidade estabelecidos nos regulamentos internos que sejam identificados como compatíveis com os objetivos de desenvolvimento da CAF, tais como o financiamento de estudos de pré-investimento, projetos de investimento destinados a criar ou incentivar atividades produtivas, projetos de fortalecimento institucional, transformação produtiva, inserção em mercados internacionais, desenvolvimento e integração dos mercados financeiros e de capital da região, transferência e adaptação tecnológica, alterações climáticas e proteção ambiental, desenvolvimento social e promoção dos valores culturais, entre outros.

  A CAF possui diversos fundos próprios de assistência técnica, alguns especializados em temas de importância estratégica como a execução de projetos comunitários, produtivos, inovadores e de alto impacto em setores sociais vulneráveis, a preparação de projetos de infraestrutura sustentável e de promoção do desenvolvimento humano sustentável nas regiões de fronteira; e o fortalecimento do património das pequenas e médias empresas nos países acionistas.

  Além disso, conta com fundos de cooperação técnica de importantes aliados estrangeiros, como o Ministério das Relações Exteriores de Itália, o Ministério da Economia de Espanha e a Agência Francesa de Desenvolvimento, entre outros.

- ***Modo operacional de financiamento***

  Os critérios básicos que determinam o modo de financiamento estão relacionados com a natureza da operação, do seu campo de ação e do requerente. Os conceitos sobre o que é possível ser financiado estão associados principalmente a serviços de consultoria e gastos de transporte dos técnicos, assim como à difusão e à socialização do conhecimento produzido.

Indicação dos Montantes Disponíveis para o Financiamento de Projetos a Curto Prazo

Apesar de não haver informação disponível sobre montantes disponíveis para financiamento a curto prazo, sabe-se que na modalidade empréstimos A/B, estes devem ter um valor mínimo de 50 milhões de dólares.

Caracterização da Atividade Recente da CAF

Montantes Financiados pela CAF na Colômbia

Os quadros seguintes apresentam o número de projetos financiados pela CAF na Colômbia entre 2010 e 2013, bem os montantes do financiamento. Como se pode ver, no período em análise a CAF financiou 3 projetos, com um valor de 282 milhões de dólares.

Quadro 37 – Número de projetos financiados pela Corporação Andina de Fomento na Colômbia, 2010-2013

Número de Projetos por Ano	
Ano	**Número de Projetos**
2013	0
2012	1
2011	0
2010	2
TOTAL	**3**

Fonte: CAF

Quadro 38 – Montantes financiados pela Corporação Andina de Fomento na Colômbia, 2010-2013

Montantes financiados por Ano	
Ano	**Valor (USD Milhões)**
2013	0
2012	20,00
2011	0
2010	262,00
TOTAL	**282,00**

Fonte: CAF

Identificação e Breve Caracterização dos Projetos Financiados e das Empresas/Consórcios Vencedores (Locais e Internacionais)

Não existe informação detalhada sobre os projetos financiados pela CAF na Colômbia. Contudo, o quadro seguinte apresenta alguma informação sobre todos os projetos (mais de 3 dezenas) financiados pela CAF, neste país.

Quadro 39 – Quadro descritivo dos projetos financiados pela CAF na Colômbia

Projeto	Data Aprovação	Estado	Montante Financiado (USD)
Prog Apoyo Gestion Rec Hídricos	10.12.2012	Totalmente Desembolsado	20.000.000
Transmilenio Fase III	17.12.2010	Totalmente Desembolsado	102.000.000
Programa de Apoyo al Proceso de Descentralización	29.07.2010	Totalmente Desembolsado	160.000.000
Túnel de La Línea II Centenari	04.12.2009	Totalmente Desembolsado	215.000.000
Fase 1 Buga Buenaventura	09.07.2008	Totalmente Desembolsado	74.000.000
Prog Regional Agua y Saneamiento Magdale	04.06.2007	Totalmente Desembolsado	58.100.000

Quadro 39 – Quadro descritivo dos projetos financiados pela CAF na Colômbia (conclusão)

Projeto	Data Aprovação	Estado	Montante Financiado (USD)
Programa de Cons. de la Ref. Const. Pens	05.08.2006	Totalmente Desembolsado	100.000.000
Programa de Reformas para la Inserción C	05.08.2006	Totalmente Desembolsado	150.000.000
Programa de Transformación Estructural de la Prestación de los Servicios de Agua Potable y Saneamiento Básico	21.06.2006	Totalmente Desembolsado	42.500.000
Fortalecimiento de la Educación Técnica	15.05.2006	Totalmente Desembolsado	15.000.000
Programa Ampliación Sist Integra Transp	19.12.2005	Totalmente Desembolsado	35.000.000
Programa de Reformas para la Inserción C	18.08.2005	Totalmente Desembolsado	100.000.000
Programa de Infraestructura Vial	22.07.2005	Totalmente Desembolsado	150.000.000
Fortalec. Prog Ampliado Inmunizac PAI	22.06.2005	Totalmente Desembolsado	24.770.000
Programa Económico de Colombia	15.03.2005	Totalmente Desembolsado	125.000.000
Proyecto Túnel de La Línea	01.03.2005	Totalmente Desembolsado	30.000.000
Programa de Desarrollo Urbano y Ampliaci	23.08.2004	Totalmente Desembolsado	75.000.000
Programa Económico de Colombia	22.04.2004	Totalmente Desembolsado	125.000.000
Prog.Apoyo Ref.Estado,Compet.Inv Social	28.07.2003	Pago	300.000.000
Garantia Parcial USD 83,33 MM	26.06.2002	Pago	83.333.333
Prog.Multisect.Inv. Pública 2002	15.05.2002	Pago	200.000.000
Transporte Vías para la Paz II	03.08.2001	Pago	200.000.000
Garantia Parcial USD 100 MM	27.12.2000	Pago	100.000.000
Transporte Vías para la Paz I	02.10.2000	Pago	162.000.000
Prog.Fortalecimiento Sector Financiero	27.09.2000	Pago	100.000.000
Prog.Multisect.Inv. Pública 2000	27.07.2000	Pago	200.000.000
Prog.Multisect.Inv. Pública 99-00	17.11.1999	Pago	100.000.000
Prog.Multisect.Inv. Pública 99-00	10.06.1999	Pago	200.000.000
Cap. de Trabajo. Apoyo a Inst. Fin. Priv	23.02.1999	Pago	100.000.000
Prog.Multisect.Inv. Pública 98	17.03.1998	Pago	200.000.000
Apoyo Saneam. Fiscal Ent. Terr.	28.02.1997	Pago	25.000.000
Prog.Global de Reconversión Ambiental	11.03.1996	Pago	100.000.000
Proy.Multipropósito Urrá I.	24.06.1994	Pago	10.000.000

Fonte: CAF

Como se pode ver pela análise do quadro anterior, não há neste momento nenhum projeto ativo na Colômbia, da responsabilidade da CAF.

O *site* da CAF - Corporação Andina do Fomento - apenas disponibiliza a informação apresentada no quadro anterior. Ou seja, não é possível obter documentação adjacente ao projeto, tal como documentos de Manifestação de Interesse, ou mesmo, o nome das empresas ou instituições a quem os projetos foram adjudicados.

Identificação e Caracterização dos Principais Setores e Programas Apoiados pela CAF

Identificam-se neste ponto, algumas das áreas de ação onde a Corporação Andina do Fomento atua com mais incidência.

Infraestruturas

A CAF apoia fortemente o desenvolvimento da infraestrutura física indispensável para atender às necessidades básicas dos seus países acionistas e suporta o processo de integração e competitividade internacional da região, direcionado especialmente para as áreas de rodovia, energia, telecomunicações e integração fluvial latino-americana.

A participação da CAF é operacionalizada desde a prestação de assistência técnica e/ou assessoria financeira aos governos, para facilitar o processo de construção dos projetos, até ao financiamento desses mesmos projetos considerados chave para a dinâmica do desenvolvimento nacional e regional e à realização de operações de cofinanciamento e empréstimos A/B (com participação de investidores privados) para atrair mais recursos para o setor.

A **Agenda para o Desenvolvimento Integral** proposta pela CAF visa um crescimento elevado, contínuo, sustentável e de qualidade. Essa agenda, em matéria de infraestrutura, é fortalecida por:

- **Programa de Energia Sustentável**
- **Programa GeoSUL**
- **Programa de Apoio a Tecnologias de Informação e Comunicações (TICAF)**
- **Observatório de Mobilidade Urbana (OMU)**
- **Programa Portos de Primeira**
- **Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Integração Fronteiriça (PADIF)**
- **Infraestrutura de Integração**
- **Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica**

De seguida, efetua-se uma breve caracterização de cada um dos programas aqui elencados, no âmbito da Agenda para o Desenvolvimento Integral.

❖ Programa de Energia Sustentável

O Programa de Energia Sustentável tem como objetivo criar um diálogo sobre a problemática setorial com os países acionistas, a fim de identificar barreiras e oportunidades para estimular o desenvolvimento de sistemas energéticos sustentáveis que incluam energias renováveis.

As áreas temáticas apoiadas neste programa são:

- Análise e avaliação integral de temas regulatórios, económicos e técnicos associados ao desenvolvimento e implementação de projetos nacionais ou binacionais;
- Desenvolvimento de estudos da matriz energética de longo prazo e de *workshops* com os atores relevantes nos países para a discussão das propostas;
- Formulação e elaboração de políticas energéticas de integração;
- Análise e avaliação pela Instituição de novas fontes de energia;
- Identificação e preparação de projetos de investimento para o desenvolvimento do setor;
- Desenvolvimento de programas de ampliação da cobertura elétrica mediante mecanismos que incorporem soluções para as comunidades isoladas;
- Fortalecimento institucional para a gestão setorial;
- Elaboração de documentos de análise setorial;
- Estudos e avaliações pela Instituição de energias limpas e alternativas nos sistemas energéticos.

❖ Programa GeoSUL

O planeamento da infraestrutura física de integração e desenvolvimento da América Latina requer um acesso adequado a informação espacial integrada, georreferenciada e padronizada.

A CAF desenvolveu o sistema de informação geográfica Condor- lançado em 2000 como a primeira ferramenta de informática direcionada a identificar e prevenir os principais impactes ambientais e sociais associados a grandes projetos de infraestrutura na região andina.

Posteriormente, a CAF desenvolveu o programa GeoSUL, que consiste numa rede descentralizada de instituições responsáveis por gerar e manter informação geográfica para a tomada de decisões estratégicas na região.

Esta rede reúne os institutos geográficos nacionais, ministérios de infraestrutura, planeamento e meio ambiente, universidades e instituições regionais de pesquisa. O GeoSUL inclui um serviço regional de mapas da América do Sul que coloca à disposição do público mais de 40 mapas regionais interativos que contêm informação de todos os projetos da carteira IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana).

Link para o sub-portal GeoSUL: *http://www.caf.com/geosur*

❖ Programa de Apoio a Tecnologias de Informação e Comunicações (TICAF)

O Programa TICAF é direcionado para preparar os países da região para enfrentar os desafios da sociedade de informação e do desenvolvimento sustentável no século XXI, fazendo o maior uso possível de novas tecnologias de informação e comunicações (TIC).

O TICAF desenvolve estudos regionais sobre as infraestruturas de telecomunicações disponíveis, assim como de aplicações e indústrias de *software* criadas na região, com o objetivo de contribuir para o seu desenvolvimento e internacionalização.

O programa permite, dessa forma, identificar novos espaços de negócios em tecnologias de ponta no setor de telecomunicações, criadas por países em desenvolvimento, ao apoiar financeira e tecnicamente os países para enfrentarem as barreiras de entrada nos mercados regionais.

❖ Observatório de Mobilidade Urbana (OMU)

Com o objetivo de responder às carências em informação sólida, confiável e atualizada no setor dos transportes e mobilidade na região, a CAF lançou o Observatório de Mobilidade Urbana (OMU) para a América Latina e Caribe, que teve início com a análise de 15 áreas metropolitanas de nove países da região.

A Instituição definiu os indicadores técnicos e avançou na compilação e análise de dados das 15 cidades selecionadas. Além disso, elaborou o Banco de Dados 2007-2008 e desenvolveu mecanismos de difusão.

Também realizou o primeiro Relatório do OMU e produziu o livro "Mobilidade Urbana na América Latina e Caribe" - publicação que tem como objetivo oferecer um amplo panorama das características e condições de mobilidade das áreas metropolitanas analisadas.

Link para o subportal Observatório de Mobilidade Urbana: *http://omu.caf.com/*

❖ Programa Portos de Primeira

O Programa Portos de Primeira tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços portuários como um elemento estratégico de apoio à integração regional e ao desenvolvimento da competitividade dos setores produtivos exportadores.

O programa possui três pilares básicos:

- Trabalhos prévios da CAF sobre logística, competitividade e transporte;
- Trabalhos de planeamento territorial da Iniciativa IIRSA (integração da infraestrutura regional sul-americana);
- Modelo de gestão portuária do Selo de Garantia, aplicado com sucesso no porto de Valência, em Espanha.

Na sua primeira fase, o programa trabalhou com os cinco portos andinos de maior tráfego de contentores: Cartagena e Buenaventura (Colômbia), Guayaquil (Equador), El Callao (Peru) e Puerto Cabello (Venezuela).

Em cada porto realizaram-se estudos de diagnóstico e constituíram-se Conselhos de Qualidade, formados por representantes de todas as coletividades da comunidade portuária, para dirigir o trabalho de engenharia dos processos críticos.

Esta fase foi concluída em 2007. Deu-se então início à fase seguinte, sem precedentes na região, com a criação da Associação Latino-americana de Qualidade Portuária (ALCP), entidade sem fins lucrativos, titular do Selo de Garantia em toda a região e que fornece uma rede de trabalho institucional para o funcionamento sustentável deste modelo de gestão portuária.

❖ Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Integração Fronteiriça (PADIF)

A CAF promove uma visão estratégica de integração fronteiriça que permite aos países acionistas realizar um planeamento adequado e uma articulação de programas e projetos para melhor aproveitar as oportunidades de cooperação e fortalecimento do diálogo bilateral e multilateral nas regiões de fronteira comum.

Com o PADIF, a Instituição incentiva mais de 25 iniciativas de elaboração e realização de Planos Binacionais de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça e de criação de Zonas de Integração Fronteiriça (ZIF), assim como politicas subregionais dos países da UNASUL, da Comunidade Andina (CAN) e do MERCOSUL.

Tais iniciativas visam promover a organização territorial, o planeamento e priorização de projetos em matéria de integração física, económica e produtiva, a promoção de desenvolvimento humano sustentável e o fortalecimento institucional e de tecido comunitário para fomentar o diálogo e a cooperação nas regiões fronteiriças.

Estas iniciativas utilizam recursos de cooperação técnica não-reembolsável do Fundo de Cooperação e Integração Fronteiriça (COPIF).

Fundo de Cooperação e Integração Fronteiriça (COPIF)

Criado em março de 2008, o COPIF tem o objetivo de apoiar de uma forma oportuna, a identificação, preparação e execução de projetos de alto impacto que promovam o desenvolvimento humano sustentável nas regiões fronteiriças dos países membros e que contribuam com o fortalecimento da cooperação, do diálogo, da confiança mútua e da integração fronteiriça bilateral e multilateral.

Este fundo está aberto para incorporar recursos dos países membros e de organismos e instituições multilaterais. Foi constituído com uma contribuição inicial da CAF no valor 4 milhões de dólares. Este valor irá aumentar gradualmente até 25 milhões de dólares.

❖ Infraestrutura de integração

A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é um incentivo ao mais alto nível político na região para que se desenvolvam esforços regionais para a integração física da América do Sul.

Esta iniciativa nasceu no final de 2000, com a participação de 12 países da América do Sul, transformando-se no principal fórum sul-americano de avanço no processo de articulação física da região.

Contou desde o início com o apoio forte e decidido da CAF que, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata (Fonplata), formam o Comité de Coordenação Técnica (CCT) que dá apoio técnico e financeiro às atividades do IIRSA.

Concretamente, a iniciativa IIRSA sustenta-se sobre dois pilares de ação fundamentais:

- ***Organização Espacial do Território***

  Partindo do reconhecimento da realidade geopolítica e socioeconómica do continente, os governos concordam com a organização do espaço sul-americano em faixas multinacionais que concentrem populações, produção e fluxos de comércio atuais e potenciais da região, que irão convergir gradualmente num padrão comum de qualidade de serviços de infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações.

  Estas faixas multinacionais chamam-se Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID).

  Os EID são portanto, as grandes regiões da América do Sul nas quais as oportunidades de negócios intraregionais e globais geram - ou são mais prováveis de gerar - comércio e importantes fluxos de investimento.

- ***Convergência de Normas e Mecanismos Institucionais***

  Os governos estabeleceram uma série de grupos e dinâmicas de trabalho para melhorar a compreensão e promover a eventual remoção de burocracias de ordem regulatória, legal, operacional e institucional que limitam o uso eficiente da infraestrutura existente, assim como as que são obstáculos para investimentos em novas infraestruturas. Tudo isto com o intuito de permitir o livre comércio de bens e serviços dentro da região.

A infraestrutura regional é desenhada em função das necessidades sociais e de negócios e cadeias produtivas com grandes economias de escala ao longo destes eixos, seja para o consumo interno da região ou para a exportação a mercados globais.

Os EID representam uma referência territorial para o desenvolvimento sustentável agregado da América do Sul. Esta dinâmica facilitará o acesso a zonas de alto potencial produtivo, que se encontram hoje relativamente isoladas ou subutilizadas devido à deficiente provisão de serviços básicos de infraestrutura. Fornecerá também, mecanismos para a distribuição racional dos benefícios de desenvolvimento entre os territórios da região.

Em matéria de projetos, as prioridades da iniciativa são: melhorar a infraestrutura em áreas de alto tráfego, o planeamento e a construção de infraestruturas em áreas de alto potencial de desenvolvimento e a preservação do meio ambiente e dos recursos sociais.

Atualmente, a IIRSA está a trabalhar em 8 eixos de integração e desenvolvimento, a saber:

- **Eixo Mercosul-Chile**
- **Eixo Andino**
- **Eixo Interoceânico Central**
- **Eixo Amazonas**
- **Eixo do Escudo Guayanes** (Venezuela-Brasil-Guiana-Suriname)
- **Eixo Peru-Brasil-Bolívia**
- **Eixo do Capricórnio** (Porto Alegre-Assunção-Jujuy-Antofagasta)
- **Eixo do Sul** (Talcahuano-Concepción-Neququén-Bahía Blanca)

Este programa inclui todos os projetos de investimento em infraestrutura que contribuam para a integração regional nos setores dos transportes (rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo), logística, energia (geração, transmissão e distribuição) e telecomunicações.

Estes projetos podem ser binacionais ou multinacionais, de acordo com a distribuição dos seus benefícios.

São considerados projetos de integração aqueles que foram incorporados por países sul-americanos à carteira de projetos da iniciativa IIRSA, assim como outros projetos vinculados a estes que gerem benefícios transnacionais.

❖ Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica

O Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica é um espaço político de alto nível que articula esforços de cooperação, desenvolvimento e integração entre 10 países (Belize, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana), e que facilita a gestão e execução de projetos direcionados a melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região.

A presença da Colômbia no Projeto Mesoamérica contribui para a articulação e convergência desta iniciativa regional com a estratégia de integração em curso na América do Sul, através da iniciativa IIRSA, de forma a se obter a integração da América Latina.

Desta forma, já são cinco países acionistas da CAF que participam do Projeto Mesoamérica: Colômbia, Costa Rica, México, Panamá e República Dominicana.

A CAF participa ativamente, desde 2001, neste esforço de integração como membro do Grupo Técnico Interinstitucional e da Comissão de Promoção e Financiamento, criados pelos Presidentes da Mesoamérica para dar apoio técnico e financeiro ao projeto. Deste modo, a CAF compromete-se com a integração e o desenvolvimento dos povos mesoamericanos em matéria de infraestrutura, interconetividade e desenvolvimento social.

Desenvolvimento Social

Com a missão de promover o desenvolvimento sustentável, como uma das suas prioridades estratégicas, a CAF promove a sustentabilidade social e ambiental em todas as operações realizadas na região.

Além de contribuir com o financiamento de projetos, programas e empreendimentos de conteúdo social, as suas intervenções dão enfase á necessidade de se trabalhar no fortalecimento institucional dos setores sociais, na geração de parcerias e acordos entre os diversos atores e no aprofundamento da análise e soluções da problemática social e ambiental da região.

Esta estratégica de desenvolvimento integral sustentável procura:

- Incorporar as dimensões social e ambiental como eixos transversais que impulsionem a adoção de serviços sociais básicos sustentáveis, principalmente nos setores mais pobres e marginalizados da sociedade;
- Contribuir com o desenvolvimento do capital humano promovendo o acesso igualitário à educação e saúde de qualidade;
- Preservar e promover o desenvolvimento comunitário e cultural da região;
- Promover a criação de oportunidades de emprego produtivo e de qualidade para os grupos mais vulneráveis da sociedade.

As ações de apoio aos países estruturam-se através dos seguintes programas de alto impacto social:

- **Programa Integrado de Água**
- **Programa Integral de Desenvolvimento Urbano**
- **Programa da Melhoria na Qualidade Educativa**
- **Programa de Apoio ao Investimento Social**
- **Governança**
- **Desenvolvimento Integral Comunitário**
- **Musica para Crescer**
- **Ação Social para o Desporto**

De seguida, apresenta-se uma breve caracterização de cada um destes programas.

❖ Programa Integrado de Água

A CAF serve de base aos esforços realizados pelos países da região, para assegurar o acesso a serviços adequados de água potável e saneamento a toda a população.

Para atingir este objetivo é importante consolidar uma visão global da gestão dos recursos hídricos, melhorar a qualidade e eficiência do planeamento de investimentos, promover o fortalecimento institucional do setor e acompanhar a liderança política dos governos.

Com estes princípios, a estratégia da CAF para o setor de água e saneamento está focada em apoiar os seus países acionistas na estruturação e financiamento de programas e projetos sustentáveis de investimento, com alto impacto social e ambiental, direcionados a alcançar três objetivos principais:

- Propiciar uma adequada gestão dos recursos hídricos, desde a sua geração e conservação, até à sua utilização e devolução às massas de água;
- Facilitar a expansão da cobertura dos serviços de água potável, saneamento básico e tratamento de águas residuais, com ênfase nas populações mais vulneráveis;
- Promover o fortalecimento institucional e regulatório do setor e melhorar a gestão, a transparência e o desempenho das empresas ou entidades operadoras de serviços.

Como parte do Programa Integrado de Água, a CAF incentiva projetos de risco e desenvolvimento rural que permitam pequenos produtores e populações do campo, melhorar as suas condições de vida, com enfase no desenvolvimento territorial integral.

Para atingir um efeito catalisador dos benefícios esperados com estas intervenções, a CAF valoriza as parcerias estratégicas com outros organismos internacionais que atuam na região e trabalha com eles em estreita coordenação, cooperação e complementaridade.

❖ Programa Integral de Desenvolvimento Urbano

Com o objetivo de melhorar a qualidade e as condições habitacionais da população localizada em zonas urbanas marginalizadas, a CAF apoia os seus países acionistas com um programa integral de desenvolvimento urbano.

O programa inclui desenhos urbanos consistentes com o plano de organização territorial da zona selecionada e que contemple investimentos relacionados com a construção de casas, instalações de saneamento básico (água e esgoto), instalação de serviços de energia e telecomunicações, pavimentação de ruas de acesso e o desenho de zonas públicas como parques ou instalações polidesportivas, postos de saúde, e a melhoria e construção de centros educativos**.**

❖ Programa da Melhoria na Qualidade Educativa

Com a premissa de que a educação de qualidade é um dos instrumentos mais eficazes para o desenvolvimento do capital humano, já que aumenta a competitividade dos trabalhadores e a igualdade social, a CAF dá ênfase a programas e projetos focados em alternativas à educação superior, como a educação técnica tecnológica, e em programas de melhoria da infraestrutura social.

A CAF oferece aos países acionistas um programa que tem o objetivo de fortalecer a educação superior técnica e tecnológica melhorando a qualidade, a diversidade e a relevância da sua oferta, de maneira que respondam às novas demandas do setor produtivo, às mudanças tecnológicas e à globalização.

De forma complementar, a CAF promove a geração e recuperação de infraestrutura educativa que responda a novos requerimentos da educação e permita o desenvolvimento pleno das capacidades dos atores educativos, ao financiar estudos técnicos de viabilidade e ao apoiar diversas modalidades de financiamento para a infraestrutura social.

❖ Programa de Apoio ao Investimento Social

A CAF contribui com o financiamento dos Planos de Desenvolvimento dos países membros mediante o outorgamento aos seus governos, de empréstimos de longo prazo destinados a garantir a execução de projetos de investimento público em diversas áreas económicas e sociais, contribuindo para a diminuição da pobreza e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

❖ Governança

A CAF procura criar normas enquadradas com o apoio das instituições encarregues de introduzir a transparência na gestão pública e a prestação de contas obrigatória ao uso de recursos do poder, apoiando o fortalecimento institucional e melhoria na qualidade do processo decisório, com ênfase na dinâmica de descentralização.

Atualmente, a CAF desenvolve nesta área os seguintes programas direcionados ao fortalecimento da governança democrática:

Programa de Governança e Gestão Pública

O programa tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de capacidades e acelerar processos de mudança com níveis satisfatórios de governança por parte das autoridades de governos locais e equipes técnicas de nível nacional e regional, além de pessoas da sociedade civil, cujo trabalho esteja relacionado a temas de descentralização e que contribuam com o desenvolvimento municipal.

Programa de Liderança para a Transformação

O principal propósito é identificar potenciais líderes da região e preparar as bases de um novo estilo de liderança, enriquecendo o sistema de valores e proporcionando ferramentas para que possam assumir, com ética e profundo senso cívico e democrático, a responsabilidade de condução ao futuro.

Concebido sobre o princípio fundamental de equilíbrio que deve existir entre os distintos setores que formam uma nação - público, privado e sociedade civil, o programa procura vencer as limitações existentes, dar espaço para as novas gerações e fortalecer a reivindicação de valores democráticos na sociedade.

Programa Regional para a Atualização e Melhoria na Gestão Local (PRAMEG)

O PRAMEG tem como objetivo contar com organizações municipais mais eficientes e que trabalhem para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Programa de Melhoria de Meios de Comunicação

Este programa pretende contribuir para a capacitação de jornalistas, oferecer atualização de conhecimentos a outros repórteres nas áreas de atuação da CAF e oferecer um espaço para o debate e análise dos temas da agenda regional. Tudo como uma forma de fortalecer a governabilidade da região e um dos seus principais pilares - os meios de comunicação.

As atividades do programa são realizadas com o apoio de parceiros estratégicos, instituições reconhecidas e de elevado prestígio. Vale a pena destacar o Convénio de Cooperação assinado entre a CAF e a Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano (FNPI).

❖ Desenvolvimento Integral Comunitário

O Programa apoia projetos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, criando oportunidades de desenvolvimento através da inserção produtiva e do desenvolvimento integral do indivíduo, com foco na criação de capital social e promoção de Responsabilidade Social Corporativa.

Estes projetos devem harmonizar as componentes de apoio socioprodutivo com outros pilares de desenvolvimento humano: cultura, educação, saúde e desporto.

Os principais beneficiários são as comunidades e/ou produtores excluídos do modelo socioeconómico, que se encontram na base da pirâmide social, dando ênfase a regiões vizinhas a projetos financiados pela CAF.

As componentes do programa são:

- ***Componente Produtiva***

  Apoia comunidades a melhorarem a geração de rendimento sustentável através da capacitação e assistência técnica, da adoção de recursos produtivos (*inputs*, equipamentos, entre outros) e do fortalecimento das organizações produtivas.

- ***Componente Social***

  Contempla o desenvolvimento de iniciativas de saúde (prevenção de doenças e planeamento familiar) e o resgate de crianças e jovens em situação de exclusão social, através da educação e capacitação de ofícios. Assim mesmo, incorporam-se elementos de fortalecimento da organização comunitária para apoiá-la na sua efetiva autogestão.

- ***Componente Cultural***

  Centra-se no apoio ao fortalecimento, resgate e desenvolvimento do acervo cultural e patrimonial da região.

❖ Música para Crescer

O Programa CAF de Ação Social pela Música consolidou-se desde a sua criação, em 2000, como um dos programas bandeira no âmbito da inserção social de crianças e jovens em situação de risco.

Inspirado no modelo de sucesso venezuelano do Sistema de Orquestras Infanto-Juvenis da Venezuela e coordenado academicamente pelo Maestro José António Abreu, este programa está direcionado principalmente a crianças e jovens com escassez de recursos e demonstrou ser uma excelente ferramenta de resgaste social por meio do ensino musical, tanto coral como orquestral.

O programa é executado em oficinas de capacitação itinerantes. As atividades que integram o programa são o Conservatório Latino Itinerante (capacitação orquestral), Vozes Latinas em Coro (capacitação em coral), Oficina Itinerante Latina de Lutería, e transversalmente a cada um deles, Capacitação de Formadores, dirigido à educação de futuros professores locais que geram um efeito multiplicador e sustentável do programa.

Os países beneficiados pelo Programa são: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Alguns resultados para o período 2000-2011:

- 47 mil crianças e jovens de setores vulneráveis formados pelo programa;
- 606 maestros capacitados estão multiplicando o modelo nas suas comunidades;
- 162 oficinas instrumentais, de coral e de lutería realizados na região.

❖ Ação Social para o Desporto

Com este programa pretende-se canalizar e desenvolver o desporto como ferramenta de prevenção e resgate de crianças e jovens em situação de risco social.

A partir da formação e capacitação desportiva de crianças, jovens, treinadores e árbitros locais, fomentam-se valores de solidariedade, disciplina, responsabilidade, respeito, ética e trabalho em equipa.

Ambiente

A CAF está comprometida com o ambiente como parte da sua missão institucional de promover o desenvolvimento sustentável e a integração regional, ao criar estratégias específicas e concretizar programas e iniciativas.

A Instituição desenvolve esquemas inovadores de financiamento que contribuem para aumentar o investimento no ambiente nos países da região.

A CAF desenvolveu uma visão de gestão ambiental para apoiar os países da América Latina na construção de um desenvolvimento sustentável que lhes permite migrar a economias de baixo carbono.

Os programas estratégicos da instituição na vertente meio ambiente pretendem alinhar-se com a estratégia internacional de construção de um desenvolvimento sustentável, para a criação de economias de baixo carbono e otimizar a capacidade de resposta dos seus países acionistas.

Ao mesmo tempo, a CAF pretende estar alinhada com:

- Objetivos de Desenvolvimento do Milénio;
- Pacto Global;
- Três convenções da Organização das Nações Unidas sobre desertificação, biodiversidade e alterações climáticas;
- Agenda 21 de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Rio +20).

Os programas estratégicos da CAF para o setor do ambiente são os seguintes:

- ❖ **Programa de Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável**
- ❖ **Programa de Gestão Institucional Socioambiental**
- ❖ **Programa Latino-americano de Carbono, Energias Limpas e Alternativas (PLAC+e)**

❖ Programa de Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

O Programa de Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável tem como objetivos fundamentais promover:

- A gestão estratégica de florestas;
- O aproveitamento sustentável da biodiversidade com o apoio ao biocomércio;
- Programas de adaptação e vulnerabilidade;
- A transformação produtiva dos setores.

Este Programa está dividido em:

- Programa Estratégico de Florestas;
- Programa Estratégico de Biocomércio;
- Programa Estratégico de Vulnerabilidade e Adaptação às Alterações Climáticas;
- Programa Estratégico de Transformação Produtiva.

Programa Estratégico de Florestas

O Programa Estratégico de Florestas tem como objetivo promover a preservação da floresta, através da participação ativa das populações que vivem nas florestas ou em zonas de transição, com recurso a investimentos que permitam a redução da pobreza e a melhoria da sua qualidade de vida.

Adicionalmente, pretende-se uma reflorestação e uso sustentável de plantações florestais para a indústria do mobiliário, entre outras.

As áreas de ação do programa são as seguintes:

- Preservação de áreas protegidas e recuperação de áreas degradadas;
- Melhoria da competitividade da atividade de reflorestação, redução de queimadas florestais e do derrube de florestas naturais;
- Linhas base de emissões, inventário de emissões de carbono e promoção de redução de emissões por desmatação e degradação de florestas;
- Preservação de florestas, através da participação ativa das populações que vivem nas florestas ou em zonas de transição, com recurso a investimentos que permitam a redução da pobreza e a melhoria da sua qualidade de vida;
- Reflorestação e uso sustentável de plantações florestais para a indústria do mobiliário, entre outras.

Programa Estratégico de Biocomércio

O Programa Estratégico de Biocomércio tem como objetivo o fomento do biocomércio e dos mercados verdes e foca-se nos seguintes mercados e indústrias:

- Alimentar;
- Cosmética e farmacêutica;
- Moda, artesanato e joalharia;
- Florestal e química;
- Turismo sustentável.

Programa Estratégico de Vulnerabilidade e Adaptação às Alterações Climáticas

O Programa Estratégico de Vulnerabilidade e Adaptação às Alterações Climáticas tem como objetivo a redução da vulnerabilidade atual e futura às alterações climáticas, adaptando os investimentos para enfrentar a erosão costeira e o aumento do nível do mar, assim como inundações, deslizamentos e secas extremas.

As suas áreas de ação são as seguintes:

- Ações imediatas de investimento na adaptação;
- Construção e manutenção de infraestruturas que incluam parâmetros indicativos das mudanças nas tendências climáticas específicas;
- Programas de investimento em segurança alimentar que promovam a diversificação económica;
- Transferência de tecnologia que permita a transformação produtiva e o uso sustentável dos recursos naturais.

Programa Estratégico de Transformação Produtiva

O Programa Estratégico de Transformação Produtiva procura promover a identificação e o desenvolvimento de estratégias e projetos pilotos para incentivar padrões sustentáveis de produção e consumo nas indústrias e empresas da América Latina.

Com isto pretende apoiar tanto o setor público, na criação de políticas, normas e instrumentos de gestão, como o setor privado, ao proporcionar financiamento, difundir o conhecimento e desenvolver projetos pilotos, entre outros.

❖ Programa de Gestão Institucional Socioambiental

Tem como objetivo garantir a sustentabilidade física e ambiental e a responsabilidade social das operações financiadas pela CAF e promover uma cultura de sustentabilidade entre os seus colaboradores.

Por sua vez, o programa é composto por:

- ❖ Programa de Avaliação e Monitorização Ambiental e Social de Operações;
- ❖ Programa de Avaliação Ambiental e Social com Foco Estratégico;
- ❖ Programa Institucional de Gestão Ambiental;
- ❖ Programa de Promoção do Desenvolvimento Sustentável em Instituições Financeiras.

Programa de Avaliação e Monitorização Ambiental e Social de Operações

Tem como objetivo integrar de forma sistemática os recursos técnicos, humanos, tecnológicos e financeiros disponíveis para a avaliação e a monitorização das operações, de forma a que se internalizem as considerações ambientais e sociais em cada uma das fases do processo de crédito da CAF, com o fim de proporcionar ferramentas e critérios para a tomada de decisão face à viabilidade ambiental e social das operações.

Programa de Avaliação Ambiental e Social com Foco Estratégico

Tem como objetivo fornecer aos atores envolvidos no planeamento e execução de projetos de infraestrutura linear, um marco conceptual, uma série de diretrizes práticas e uma ferramenta para a aplicação de avaliações ambientais e sociais com foco estratégico, a fim de:

- Melhorar a compreensão dos territórios para potencializar o seu desenvolvimento sustentável;
- Identificar cenários e tendências em relação aos riscos ambientais e sociais gerados nesses territórios pelos projetos;
- Projetar recomendações para a formulação e implementação dos projetos;
- Promover um espaço de diálogo construtivo entre os atores envolvidos.

Programa Institucional de Gestão Ambiental

Tem como objetivo planear, executar e avaliar projetos e atividades que no âmbito da responsabilidade social empresarial fomentem e mantenham uma cultura de sustentabilidade entre os colaboradores da instituição.

O Programa contempla sete projetos especiais:

- Poupança e uso eficiente da água;
- Poupança e uso eficiente da energia;
- Poupança e uso eficiente de materiais de escritório;
- Gestão de resíduos sólidos;
- CAF Zero (gases com efeito de estufa);
- Melhoria das condições ambientais internas de trabalho;
- Monitorização e controlo.

Programa de Promoção do Desenvolvimento Sustentável em Instituições Financeiras

Tem como objetivo fomentar a aceitação dos princípios e práticas da gestão ambiental e social dentro dos setores financeiros da América Latina.

O Programa procura:

- Trabalhar com os reguladores financeiros e as associações bancárias, a fim de promover a aceitação dos conceitos básicos sobre a identificação, avaliação e gestão adequada dos riscos ambientais e sociais associados aos projetos e investimentos do setor financeiro;
- Apoiar e facilitar a identificação e promoção das oportunidades de negócio nos mercados ambientais emergentes, em particular na implementação de projetos em diferentes mercados de carbono;
- Conceber uma estratégia de difusão e capacitação continuada, direcionada às entidades financeiras, sócios e clientes da CAF, em relação à gestão ambiental e social das instituições financeiras e na conceção e implementação de sistemas de gestão de riscos ambientais e sociais.

❖ Programa Latino-americano de Carbono, Energias Limpas e Alternativas (PLAC+e)

Tem como objetivo contribuir para reduzir o problema do aquecimento global e promover o uso de energias limpas e alternativas na América Latina, mediante o desenvolvimento e financiamento de projetos inovadores.

Por meio deste programa, a CAF contribui para reduzir o problema do aquecimento global e promove o uso de energias limpas e alternativas na América Latina, por meio do desenvolvimento e financiamento de projetos inovadores.

Os esforços estão focados em:

- Promover e participar ativamente no desenvolvimento do mercado de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), contando com a participação dos setores público e privado;
- Apoiar os países, setores produtivos e projetos na conquista de compradores e, em geral, contribuir para consolidar uma procura contínua de créditos de carbono, para América Latina e Caribe;
- Fornecer apoio técnico, de intermediação e financiamento a projetos com potencial de redução de emissões de GEE;
- Fortalecer as instituições e os mecanismos nacionais para estimular e consolidar o mercado de GEE;
- Apoiar com linhas especializadas de financiamento os países da região na identificação e desenvolvimento de projetos de energias limpas, alternativas e de eficiência energética;

Com o Programa Latino-americano de Carbono, Energias Limpas e Alternativas (PLAC+e), a CAF contribui para a mitigação da problemática global das alterações climáticas e promove o uso de energias limpas e alternativas na América Latina, como um motor para o desenvolvimento sustentável da região.

Oportunidades de Financiamento

- Linhas de financiamento para projetos que reduzem GEE;
- Linhas de financiamento para projetos de energias limpas, alternativas e de eficiência energética;
- Diferentes fundos para o desenvolvimento de projetos inovadores;
- Pagamento antecipado sobre as reduções de emissões certificadas.

Compradores do Mercado de Carbono

A CAF contribui ativamente para a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa com as seguintes ações:

- Identificação de projetos que reduzem GEE;
- Corretagem de Certificados de Redução de Emissões (CRE);
- Financiamento de projetos de redução de GEE.

O PLAC+e diversifica as opções de compra e propícia a comercialização de redução de GEE para compradores, ao ampliar as oportunidades de venda de créditos de carbono a diferentes opções e mercados:

- Fundo Espanha/CAF por meio da Iniciativa Ibero-Americana de Carbono (IIC);
- Fundo Holanda/CAF (CAF-Netherlands-CDM Facilite);
- Mercados voluntários e outros mercados emergentes;
- Compradores privados do mercado de carbono.

Serviços para Patrocinadores de Projetos

- Identificação e desenvolvimento integral de todo o ciclo de projeto de redução de GEE;
- Amplo suporte técnico para a estruturação de projetos e apoio aos processos administrativos e trâmites relativamente às organizações envolvidas;
- Desenvolvimento de novas metodologias de linha base e monitorização;
- Acompanhamento e apoio aos projetos na fase de monitorização e expedição de CRE e outros certificados de redução de carbono (VRE);
- Emissão de créditos de carbono;
- Promoção da comercialização de créditos de carbono para compradores;
- Apoio ao financiamento de projetos de redução de emissões diante dos avanços do fluxo de rendimento gerado pela venda de crédito de carbono;
- Apoio com recursos de cooperação técnica para fortalecer instituições, mecanismos e associações dos países acionistas da CAF;
- Apoio com recursos de cooperação técnica para fortalecer aspetos técnicos, sociais e ambientais relacionados a projetos de redução de emissão de GEE;
- Estruturação e financiamento de projetos de GEE, energias limpas e alternativas.

Setores de interesse e principais projetos de redução de GEE desenvolvidos pelo PLAC+e

- Energias limpas e alternativas: energia eólica;
- Energias limpas e alternativas: energia geotérmica;
- Centrais hidroelétricas de pequena escala;
- Captura e uso de biogás (metano) a partir de biomassa;
- Captura, uso e redução de fugas de metano;
- Captura e sequestro de carbono;
- Reflorestamento de áreas degradadas;
- Eficiência energética;
- Sistemas de transporte mais eficientes: *bus rapid transit.*

Políticas Públicas e Pesquisa

A CAF desenvolve atividades para promover o desenvolvimento de capital produtivo e humano, fortalecer a competitividade das nações, apoiar o fortalecimento das instituições governamentais, contribuir com o alcance de consensos em torno de políticas públicas e apoiar os processos de integração económica.

Tudo isto mediante programas e projetos em torno dos temas:

- **Competitividade**
- **Governança Empresarial**
- **Pesquisa e Estudos Económicos**

De seguida aborda-se cada uma destas temáticas.

❖ Competitividade

Com o objetivo de apoiar uma série de iniciativas para melhorar a competitividade regional, a CAF criou em 1999, o Programa de Apoio à Competitividade (PAC), dentro de um esforço coordenado e transversal de diferentes áreas da CAF, para apoiar direta e indiretamente a melhoria do ambiente competitivo da região.

Entre as suas atividades, o PAC desenvolve e apoia diversas atividades de divulgação sobre as questões da competitividade na região.

O programa concentra-se também no desenvolvimento de projetos em conjunto com os governos, empresários e setor académico.

O PAC oferece assistência técnica e financeira gratuita a projetos que visem a criação de vantagens competitivas como um dos mecanismos para alcançar níveis maiores de desenvolvimento e bem-estar para a maioria da população.

Com base na experiência e na procura na região, o Programa de Apoio à Competitividade centrou-se no apoio às seguintes áreas de trabalho:

- **Desenvolvimento de *clusters* com capacidades produtivas e comerciais**

  O objetivo é contribuir para a confiança, a cooperação e a capacidade de associação entre os diferentes atores nos *clusters*, tais como as universidades, empresas, fornecedores, distribuidores, organizações de apoio financeiro e não financeiro, as organizações científicas e tecnológicas, organizações públicas, associações, entre outros. Alguns exemplos de intervenções do PAC neste ponto têm sido os programas de desenvolvimento de fornecedores e distribuidores, programas de certificação de qualidade de acordo com as normas internacionais, o desenvolvimento de consórcios de exportação, os programas de melhoria da logística, entre outros.

- **Promoção da capacidade empreendedora**

  Pretende melhorar o ambiente empresarial, possibilitando a geração de novas ideias de negócio, bem como a consolidação de empresas competitivas existentes na região. Nesta área, o PAC tem promovido o fortalecimento de empresas incubadoras e pré-incubadoras na região, concursos de ideias empreendedoras e planos de negócios. O programa tem contribuído para o estabelecimento de redes universitárias de atendimento ao empreendedor, aulas virtuais e presenciais de empreendedorismo e tem gerado conhecimentos para fins académicos nas áreas do empreendedorismo.

- **Melhoria do ambiente de negócios**

  O Programa pretende também contribuir com a redução das principais barreiras que restringem o desenvolvimento empresarial na região, tais como os entraves administrativos encontrados nas instituições. Nesta área, o PAC apoia o desenvolvimento de estudos que permitem a identificação de barreiras para fazer negócios nos países da região e de projetos que têm promovido a simplificação, sistematização eletrónica, e redução das barreiras administrativas que afetam a atividade produtiva.

Para serem beneficiados, os projetos devem produzir resultados concretos no seu campo de atuação, ser autossustentáveis e gerar resultados como por exemplo, uma demonstração prática sobre como elevar o nível de competitividade na região.

A duração dos acordos de cooperação varia entre seis meses e dois anos. A participação financeira do PAC varia de acordo com a natureza do projeto e, em todos os casos, os beneficiários devem assumir parte dos custos das iniciativas, bem como compromissos não financeiros para a sua execução.

❖ Governança Empresarial

O conceito de governança empresarial refere-se ao sistema pelo qual uma empresa é gerida e controlada no desenvolvimento das suas atividades económicas. Incide sobre as responsabilidades e direitos de cada membro da organização e nas regras a serem seguidas para a tomada de decisões.

Em particular, a governança empresarial refere-se às práticas formais ou informais que estabelecem a relação entre o Conselho, que define as metas da empresa, a Direção, que administra e opera no dia-a-dia, e os acionistas, que investem nela.

As orientações para uma boa governança estão destinadas principalmente a empresas e organizações em geral, mas também podem aplicar-se aos governos e órgãos reguladores da sociedade, bem como aos mercados de capitais e aos seus operadores.

Nesse contexto, e aderindo ao seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e à integração regional, a CAF tem promovido um programa destinado a fomentar as melhores práticas de governança empresarial a nível regional. O programa de governança empresarial visa contribuir para a promoção das melhores práticas em áreas como a competitividade, tanto a nível empresarial quanto a nível setorial e macroeconómico.

No nível empresarial, manter as boas práticas de governança empresarial melhora a disponibilidade e as condições de obtenção de recursos financeiros (oferece menores custos de acompanhamento e menores riscos associados à sua gestão), e permite o estabelecimento de acordos em melhores condições e prazos maiores com outras partes interessadas (fornecedores, clientes ou trabalhadores), ao contar com uma contrapartida que proporciona maior transparência e melhor foco na geração de valor.

De uma forma geral, a adoção de boas práticas de governança empresarial contribui para o desenvolvimento institucional do sistema financeiro e do mercado de ações.

Especificamente, as ações do programa desenvolvem-se na região em conjunto com parceiros locais e incluem as seguintes atividades:

- Contribuições conceptuais, como a elaboração e publicação de normas e diretrizes e sobre governança empresarial para empresas;
- Realização de fóruns e eventos, conceção e publicação de material de sensibilização;
- Implementação de casos-piloto de boas práticas em diferentes tipos de empresas;
- Estudos de acompanhamento e medição relacionados com a adoção de boas práticas de governança empresarial.

O programa de governança empresarial desenvolve projetos em parceria com governos, empresários e membros do mundo universitário envolvidos com o tema, oferecendo assistência técnica e financeira gratuita relacionada com as atividades mencionadas anteriormente.

A duração dos acordos de cooperação é, em média, de seis meses, e a participação financeira do programa varia de acordo com sua natureza e alcance. Em todos os casos, os beneficiários devem assumir parte dos custos das iniciativas e/ou compromissos financeiros para a sua implementação.

❖ Pesquisa e Estudos Económicos

Este último tema - Pesquisa e Estudos Económicos - é desenvolvido no *site* da CAF.

Neste mesmo *site*, estão disponíveis as seguintes publicações:

- **Pesquisa:**
  - Relatório de economia e desenvolvimento;
  - Perspetivas: análise de temas críticos para o desenvolvimento sustentável;
  - Concurso anual de pesquisa;
  - Pesquisa CAF;
  - Lista de documentos de trabalho.

- **Documentos sobre acompanhamento nos setores da macroeconomia:**
  - Observatório regional;
  - Relatório económico semestral;
  - Notas de conjuntura;
  - Documentos especiais de conjuntura económica.

Setores Produtivos e Financeiros

Este campo está divido em 3 vertentes:

- ❖ **Setor Privado**
- ❖ **Sistemas Financeiros**
- ❖ **Acesso a Financiamento para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME)**

Estes três setores são abordados de seguida.

❖ Setor Privado

A melhoria contínua da qualidade de vida dos latino-americanos é um objetivo primordial da CAF, razão pela qual desenvolve iniciativas que estimulem o crescimento do setor privado nas economias dos seus países acionistas e, desta forma, gerem cada vez mais empregos e produzam mais bens e serviços para a população.

Especificamente, a CAF pode financiar o setor produtivo privado outorgando créditos de longo prazo para empresas - para a construção e compra de ativos (obras civis, equipamentos e equipas) destinados à produção de bens ou a prestação de serviços, assim como linhas de crédito para fundo de maneio, que podem ser utilizadas, por exemplo, para a compra de matéria-prima. Além disso, a CAF pode oferecer financiamentos de longo prazo a projetos, na modalidade de *project finance*.

O banco de desenvolvimento também apoia o trabalho de empresas privadas nos setores das infraestruturas, transportes, portos e aeroportos, mineração, indústria, energia elétrica, petróleo e gás, e outros, incluindo aqueles onde é necessário o financiamento a vencedores de licitações públicas.

Em muitos casos de financiamento de longo prazo, a CAF não atua sozinha, mas associa-se, através de cofinanciamento, a outras instituições financeiras privadas, públicas ou multilaterais, ou outorga empréstimos na modalidade de empréstimo A/B, sendo o credor o titular do empréstimo (participante A) e compartilhando certos privilégios com os participantes B.

Os trabalhos de apoio da CAF ao setor privado incluem também serviços de assessoria financeira nas áreas de conceção e execução de processos de licitações públicas (concessões e privatizações), parcerias público-privadas (PPP), mitigação de riscos (garantias parciais de crédito e risco), levantamento de fundos (dívida e/ou capital), refinanciamento de passivos, valorização de empresas e fusões e aquisições de empresas.

❖ Sistemas Financeiros

O setor financeiro da América Latina enfrenta diversos desafios e oportunidades para conciliar o seu papel perante a globalização e a competitividade, e para superar a crise financeira internacional. Por isso, o setor assume e integra, cada vez com maior responsabilidade, os princípios de desenvolvimento sustentável em todas as suas atividades.

Consciente desta realidade, a CAF trabalha constantemente no desenvolvimento de produtos e novos mecanismos de financiamento de projetos, assim como no estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades financeiras, fundos de *venture capital*, bancos de desenvolvimento, entidades públicas, organizações não-governamentais, fundações, entre outros, a fim de facilitar o processo de acesso a capital.

A CAF participa no financiamento dos setores púbico e privado, com maior participação em operações mistas. Contudo avançou ativamente no financiamento do setor privado em geral.

Em relação aos sistemas financeiros, a participação no financiamento do setor financeiro público e privado mostrou um crescimento contínuo nos últimos anos, além de ter tido uma importante melhoria no apoio a políticas do setor financeiro para que os países adotem melhores práticas nos seus sistemas de fiscalização e tenham assim um maior desenvolvimento nos seus mercados de capital.

Além disso, promove o desenvolvimento e integração dos mercados financeiros, contribuindo para o fortalecimento dos sistemas de regulamentação e supervisão bancária, mercados de capitais, pensões e seguros dos países acionistas, enquanto apoia a promoção de melhores práticas de governança empresarial, do fortalecimento da qualidade dos emissores e do aprofundamento dos mercados.

Paralelamente, também fomenta o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, através do Programa de Acesso ao Financiamento para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), em função da sua importância para o desenvolvimento regional igualitário e sustentável na região.

❖ Acesso a Financiamento para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME)

Em busca de um desenvolvimento regional igualitário, sustentável e consciente de que a dificuldade de acesso ao financiamento é uma das principais barreiras que afetam a dinâmica empreendedora das MPME, a CAF promove a conceção e a utilização de novos mecanismos que visam facilitar o acesso ao financiamento do setor.

O sucesso das ações da CAF depende, em grande medida, das parcerias que tece com sócios estratégicos locais que compartilham os seus interesses e contam com comprovada capacidade para executar programas focados na melhoria das condições financeiras das MPME.

Estes sócios são instituições micro-financeiras (IMF), bancos e outras instituições financeiras, fundos de *hedge* de diversos tipos, organizações não-governamentais (ONG), empresas que apoiam PME fornecedoras e distribuidoras, sistemas de garantias de crédito e agências públicas vinculadas ao setor.

A CAF fomenta e promove um trabalho eficaz além da consolidação da atividade de microfinanças na região. Durante mais de dez anos, a CAF aprovou operações com mais de 50 IMF, incluindo operações patrimoniais, linhas de crédito, empréstimos subordinados e garantias parciais de emissões de bónus nos mercados de capitais.

Além de promover o financiamento competitivo, a CAF explora instrumentos inteligentes que visam o desenvolvimento empresarial sustentável pelo fomento da cultura empreendedora e inovação.

É notável a tarefa que a Instituição realiza para promover a indústria de capital de risco na região, o que contribui para maximizar o sucesso de empreendimentos com alto potencial de crescimento que se encontram tanto em etapas iniciais de desenvolvimento, como em algum estado de maior maturidade, mas que tenham perspetivas de expansão ainda melhores.

Além de colaborar com recursos de cooperação técnica, a CAF investe em fundos de capital inicial e de *venture capital,* tanto locais como regionais, procurando, com base na sua experiência, uma ativa participação na estruturação dos fundos.

4. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PORTUGUESAS

Como apoio à internacionalização das empresas portuguesas, a **aicep Portugal Global** estabeleceu com alguns bancos portugueses, os protocolos que apresentamos de seguida.

aicep Portugal Global

http://www.portugalglobal.pt

4.1. Protocolo de Colaboração AICEP/Banco Popular Portugal, S.A

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o Banco Popular para o desenvolvimento e concretização de iniciativas e instrumentos que contribuam para a crescente internacionalização das empresas portuguesas, em particular para o aumento das exportações de bens e serviços de origem portuguesa, para o fomento do investimento empresarial e para o reforço da competitividade e da imagem das empresas nacionais nos mercados externos.

Descrição

O Protocolo define várias áreas de colaboração, a saber:

- **Ações de capacitação empresarial e informação às empresas**: iniciativas que visam a promoção do conhecimento sobre os mercados, as suas regras, modos de funcionamento e técnicas de exportação, bem como a divulgação de oportunidades de negócio e de investimento, e ainda dos instrumentos de apoio à internacionalização das empresas em vigor.
- **Ações de promoção da imagem de Portugal e das marcas, bens e serviços portugueses nos mercados externos:** designadamente, no âmbito da participação em feiras internacionais de plataforma e outras iniciativas no exterior, de campanhas de mercado associadas a eventos âncora e de outras ações de reposicionamento nos mercados-alvo.

- **Ações de extroversão e mobilização das empresas portuguesas**: eventos como sejam conferências, seminários, encontros setoriais e outras sessões de divulgação e disseminação focadas na temática da internacionalização.
- **Instrumentos financeiros e produtos/serviços bancários de apoio ao comércio externo, ao investimento e à internacionalização das empresas exportadoras e/ou com projetos de investimento aprovados pela aicep Portugal Global**, no âmbito dos fundos comunitários, nomeadamente, linhas de financiamento especificamente destinadas à atividade internacional das mesmas.
- **Apreciar, prioritariamente, projetos de investimento de empresas portuguesas** (em território nacional para o incremento das exportações ou o desenvolvimento de marca, ou em território estrangeiro associados à criação de redes de distribuição ou unidades produtivas) que lhe sejam canalizados pela aicep Portugal Global, considerando como elementos relevantes de análise, os pareceres e/ou informações emitidos por esta no âmbito das suas atividades e de acordo com o Referencial de Mercados Prioritários da Agência.
- **Dinamizar um conjunto de ações de informação e assessoria especializada**, de apoio às empresas que contribuam para o crescimento do seu negócio internacional.
- **Informar a aicep Portugal Global, de projetos merecedores de apoio por via do recurso à intervenção de capital de risco.**

As candidaturas para financiamento, são efetuadas junto do Banco Popular Portugal.

http://www.bancopopular.pt/portugal

Beneficiários
Empresas portuguesas exportadoras e investidoras (em Portugal e/ou no estrangeiro)
Legislação Aplicável
Protocolo de colaboração institucional entre a **aicep Portugal Global** e o **Banco Popular Portugal, S.A.**, a 6 de julho de 2009
Contacto da Instituição Bancária
Banco Popular Portugal, S.A. marketingempresas@bancopopular.pt Telefone: 21 007 15 30 Linha de apoio ao cliente - 808 201 616

4.2. Protocolo de Colaboração AICEP/Banco Santander Totta, S.A

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o Banco Santander Totta, S.A. para o desenvolvimento de iniciativas e instrumentos que contribuam para a crescente internacionalização das empresas portuguesas, em particular para o aumento das exportações de bens e serviços de origem portuguesa, para o fomento do investimento empresarial e para o reforço da competitividade e da imagem das empresas nacionais nos mercados externos.

Descrição

O Protocolo define várias áreas de colaboração, a saber:

- **Ações de capacitação empresarial e de informação às empresas**: visam a promoção do conhecimento sobre os mercados externos, as suas regras, modos de funcionamento e técnicas de exportação, bem como a divulgação de oportunidades de negócio e de investimento, e dos instrumentos de apoio à internacionalização das empresas em vigor.
- **Ações de promoção da imagem de Portugal e das marcas, bens e serviços portugueses nos mercados externos**: designadamente, no âmbito da participação em feiras internacionais de plataforma e outras iniciativas no exterior, de campanhas de mercado associadas a eventos-âncora e de outras ações de reposicionamento nos mercados-alvo.
- **Ações de extroversão e mobilização das empresas portuguesas**: como conferências, seminários, encontros setoriais e outras sessões de divulgação e disseminação focadas na temática da internacionalização.
- **Instrumentos financeiros e produtos/serviços bancários de apoio ao negócio internacional para empresas exportadoras e/ou com projetos de investimento aprovados pela aicep Portugal Global,** no âmbito dos fundos comunitários, nomeadamente, linhas de financiamento específicas para a atividade externa das mesmas, em condições especiais.
- **Apreciar, prioritariamente, projetos de investimento de empresas portuguesas** (em território nacional para aumento das exportações ou em território estrangeiro associados à criação de redes de distribuição ou unidades produtivas) que lhe sejam canalizados pela aicep Portugal Global, considerando como elementos relevantes de análise, os pareceres e/ou informações emitidos por esta no âmbito das suas atribuições estatutárias e de acordo com o Referencial de Mercados Prioritários da Agência.
- **Informar a aicep Portugal Global, de projetos merecedores de apoio por via de capital de risco.**
- **Dinamizar/apoiar o acesso das empresas portuguesas aos fundos comunitários disponíveis para as áreas / setores de inovação, investigação e desenvolvimento; tecnologias de informação e comunicação; formação, recrutamento e emprego e criação de empresas, no âmbito do programa mais** (Mediação e Apoio a Incentivos e Subsídios – *www.ProgramaMais.pt*).

As candidaturas, para financiamento, são efetuadas junto do Banco Santander Totta.

www.santandertotta.pt

Beneficiários
Empresas portuguesas exportadoras e investidoras (em Portugal e/ou no estrangeiro)
Legislação Aplicável
Protocolo de colaboração institucional entre a **aicep Portugal Global** e **o Banco Santander Totta, S.A.**, a 20 de julho de 2009.
Contacto da Instituição Bancária
Banco Santander Totta, S.A. Super Linha - 707 21 24 24 NetBanco Empresas - 21 780 71 30

4.3. Protocolo de Colaboração AICEP/ Barclays Bank (Portugal)

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o Barclays Bank (Portugal), para o desenvolvimento e concretização de iniciativas e instrumentos que contribuam para a crescente internacionalização das empresas portuguesas, em particular para o aumento das exportações de bens e serviços de origem portuguesa, para o fomento do investimento empresarial e para o reforço da competitividade e da imagem das empresas nacionais nos mercados externos.

Descrição

O Protocolo define várias áreas de colaboração, a saber:

- **Ações de capacitação empresarial e informação às empresas**: iniciativas que visam a promoção do conhecimento sobre os mercados, as suas regras, modos de funcionamento, técnicas de exportação, bem como de divulgação de oportunidades de negócio e de investimento, e ainda dos instrumentos de apoio à internacionalização das empresas em vigor.
- **Ações de promoção da imagem de Portugal, das marcas, bens e serviços portugueses nos mercados externos**: designadamente, no âmbito da participação em feiras internacionais de plataforma e outras iniciativas no exterior, de campanhas de mercado associadas a eventos âncora e de outras ações de reposicionamento nos mercados-alvo.
- **Ações de extroversão e mobilização das empresas portuguesas**: eventos como sejam conferências, seminários, encontros setoriais e outras sessões de divulgação e disseminação focadas na temática da internacionalização.
- **Desenvolvimento de instrumentos financeiros e produtos/serviços bancários de apoio ao comércio externo, ao investimento e à internacionalização das empresas,** nomeadamente:
  - **Criar, divulgar e disponibilizar linhas de financiamento especificamente destinadas à atividade internacional das empresas.**
  - **Praticar condições mais vantajosas em operações bancárias internacionais** de empresas portuguesas com projetos de investimento aprovados pela aicep Portugal Global, no âmbito dos fundos comunitários.
  - **Apreciar prioritariamente projetos de investimento de empresas portuguesas** (em território nacional para o incremento das exportações ou o desenvolvimento de marca, ou em território estrangeiro associados à criação de redes de distribuição ou unidades produtivas) que lhe sejam canalizados pela aicep Portugal Global considerando como elementos relevantes de análise, os pareceres e/ou informações emitidos por esta no âmbito das suas atividades e de acordo com o Referencial de Mercados Prioritários da Agência.
  - **Disponibilizar às empresas exportadoras portuguesas um conjunto de serviços especializados e inovadores integrados no *Barclays Latitude Club***, que contribuam para o crescimento do seu negócio internacional e dinamizar neste âmbito, ações de abordagem comercial a mercados de forte implantação do banco, potenciadoras da internacionalização empresarial.

O Barclays Bank (Portugal) informa ainda a aicep Portugal Global, de projetos merecedores de apoio por via do recurso à intervenção de capital de risco.

As candidaturas para financiamento, são efetuadas junto do Barclays Bank (Portugal).

http://barclays.com

Beneficiários
Empresas portuguesas exportadoras e investidoras (em Portugal e/ou no estrangeiro)
Legislação Aplicável
Protocolo de colaboração institucional entre a **aicep Portugal Global** e o **Barclays Bank**, **PLC**, a 16 de fevereiro de 2009.
Contacto da Instituição Bancária
Barclays Bank (Portugal) empresas.pt@barclays.com Telefone: 707 505 050

4.4. Protocolo de Colaboração AICEP/ Caixa Geral de Depósitos (CGD, S.A.)

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o banco CGD, S.A. para o desenvolvimento e concretização de iniciativas e instrumentos que contribuam para a crescente internacionalização das empresas portuguesas, em particular para o aumento das exportações de bens e serviços de origem portuguesa, para o fomento do investimento empresarial e para o reforço da competitividade e da imagem das empresas nacionais nos mercados externos.

Descrição

O Protocolo define várias áreas de colaboração, a saber:

- **Parcerias em iniciativas dirigidas às empresas portuguesas**, ligadas ao comércio externo e ao investimento.
- **Intercâmbio e divulgação de informação**, sobre a oferta e soluções da CGD e da aicep Portugal Global direcionada à exportação, ao investimento e à internacionalização das empresas, bem como sobre oportunidades de negócio e cooperação.
- **Colaboração entre as redes da CGD e da aicep Portugal Global nos mercados externos**, designadamente no aproveitamento mútuo de instalações e apoio logístico para quadros da CGD e da aicep Portugal Global (especialmente nos países onde cada uma das entidades não tem presença direta, respetivamente).
- **Desenvolvimento de instrumentos financeiros de apoio ao comércio externo, ao investimento e à internacionalização de empresas,** nomeadamente:
  - **Proporcionar condições mais vantajosas em operações bancárias internacionais** (pagamentos e cobranças para o exterior, remessas e créditos documentários de exportação, *factoring* e gestão de pagamentos internacionais, entre outros) de empresas portuguesas com projetos de investimento aprovados pela aicep Portugal Global, no âmbito dos fundos comunitários.
  - **Criar linhas de financiamento à exportação e ao investimento para PME, para mercados emergentes de elevado potencial,** relevantes para a economia portuguesa, cujo perfil e características se insiram na política de risco de crédito da CGD.
  - **Apreciar prioritariamente projetos de investimento direto de empresas portuguesas no exterior que sejam canalizados pela aicep Portugal Global**, considerando, entre os demais elementos relevantes, os pareceres e/ou informações emitidos por esta, no âmbito das suas atribuições estatutárias e de acordo com o Referencial de Mercados Prioritários da Agência.
  - **Disponibilizar um serviço de apoio às empresas no seu processo de internacionalização**, através das Unidades da CGD no exterior.

A CGD informará ainda, a aicep Portugal Global de projetos merecedores de apoio por via do recurso à intervenção de capital de risco.

As candidaturas para financiamento, são efetuadas junto da Caixa Geral de Depósitos.

https://www.cgd.pt/empresas
ou
http://www.cgd.pt/Corporativo/Rede-CGD/Pages/Gabinetes.aspx

Beneficiários
Empresas portuguesas exportadoras e investidoras (em Portugal e/ou no estrangeiro)
Legislação Aplicável
Protocolo de colaboração institucional entre a **aicep Portugal Global** e o **Banco CGD, S.A.**, a 14 de outubro de 2008.
Contacto da Instituição Bancária
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Telefone: 707 242 477

4.5. Protocolo de Colaboração AICEP/ Millennium BCP

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o Banco Millennium BCP para o desenvolvimento de iniciativas que dinamizem as exportações e o apoio às empresas exportadoras portuguesas em condições mais favoráveis.

Descrição

O Millennium BCP disponibiliza às empresas um Centro de Competências Especializado – o "Millennium Trade Solutions" – que oferece soluções estruturadas, globais e "costumizadas", de acordo com o perfil específico das atividades de cada empresa e dos países-alvo.

O Millennium BCP também disponibiliza, através da sua "Plataforma Internacional de Negócios (PIN)", um serviço de apoio às empresas em processo de internacionalização em países onde o banco está diretamente presente que inclui: aconselhamento sobre estratégias de expansão para novos mercados, com base no conhecimento das especificidades locais; identificação/divulgação de oportunidades de investimento e de comércio internacional; identificação/divulgação de quadros e mecanismos de apoio financeiro disponíveis junto de organizações internacionais vocacionadas para a promoção do investimento e apoio a projetos; apoio à realização de ações de prospeção de novos mercados e de seleção de novas parcerias.

Com a PIN, garante ainda, o acesso a uma rede de entidades especializadas ("*providers*") nos diversos mercados cuja intervenção se revele necessária à concretização das iniciativas de internacionalização e a garantia de apoio em termos de produtos e serviços financeiros junto das Instituições do Grupo nos mercados onde opera.

As candidaturas para financiamento, são efetuadas junto do Millennium BCP.

http://www.millenniumbcp.pt

Beneficiários
Empresas portuguesas exportadoras
Legislação Aplicável
Protocolo de colaboração institucional entre a **aicep Portugal Global** e o **Banco BCP, S.A.**, a 12 de setembro de 2006.
Contacto da Instituição Bancária
Millennium BCP Telefones: 707 242 477; 91 827 24 24 93 522 24 24; 96 599 24 24

4.6. Protocolo de Colaboração AICEP/ BPI, S.A.

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o Banco BPI, S.A. para o desenvolvimento de iniciativas que dinamizem as exportações e o apoio às empresas exportadoras portuguesas em condições mais favoráveis.

Descrição

A presença do BPI nos países que se assumem como principais parceiros comerciais de Portugal permite assegurar o acompanhamento e apoio das empresas na sua atividade internacional.

A oferta BPI Exportação engloba uma diversidade de produtos e serviços bancários especialmente desenhados para responder às necessidades das empresas exportadoras, independentemente do mercado de destino, incluindo, entre outros, a Linha Financiamento Médio Prazo "BPI Exportação".

Outros produtos de apoio à atividade no estrangeiro: conjunto alargado de produtos e serviços para uma gestão mais simples e eficaz da atividade internacional (ordens de pagamento emitidas e recebidas; crédito documentário de exportação e de importação; remessas documentárias de exportação e de importação; cheques sobre o estrangeiro; adiantamentos e descontos de remessas; *forfait*; etc.).

Para além desta oferta mais abrangente, o BPI disponibiliza ainda, soluções desenhadas especificamente para apoiar as empresas portuguesas na sua atividade internacional em determinados mercados de referência.

As Candidaturas para financiamento, são efetuadas junto do BPI.

https://www.bpinet.pt

Beneficiários
Empresas portuguesas exportadoras
Legislação Aplicável
Protocolo de colaboração entre a **aicep Portugal Global** e o **Banco BPI, S.A.**, a 2 de março de 2006
Contacto da Instituição Bancária
Banco BPI, S.A. Telefone: 808 285 285

4.7. SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

www.sofid.pt

Objetivo

A SOFID, criada em 2007, tem como objetivo contribuir para o crescimento económico de países emergentes e em vias de desenvolvimento, articulando esse objetivo com a estratégia do Estado Português em matéria de economia, cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento.

A SOFID contribui portanto, para o incremento das relações a nível produtivo e comercial entre Portugal e os países em vias de desenvolvimento, de forma a estimular o seu progresso económico e social, através da oferta de serviços e produtos financeiros junto das empresas privadas ou públicas (quando estas são geridas de forma comercial).

Descrição

A intervenção da SOFID é complementar à oferta financeira dos bancos comerciais e aos serviços oferecidos por outros instrumentos de internacionalização, intervindo apenas quando acrescenta valor a uma operação.

Como foi já referido, a SOFID está vocacionada para atuar nos países emergentes ou em vias de desenvolvimento. Contudo, prioriza as seguintes regiões do globo:

- África: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Africa do Sul, Argélia, Marrocos e Tunísia;
- Ásia: China, Índia e Timor-Leste;
- América: Brasil e Venezuela.

A SOFID está também mais envolvida nos seguintes setores de atividade: Setor agrícola, industrial, de infraestruturas (incluído as energias renováveis), turismo e financeiro.

Em termos de prioridades empresariais, a SOFID pretende apoiar sobretudo, as pequenas e médias empresas. Na perspetiva de uma partilha de risco e sempre que a participação da SOFID seja solicitada, esta pode também financiar grandes empresas, assim como as empresas públicas, desde que geridas de forma privada.

Programa LAIF - Facilidade de Financiamento para a América Latina

A Facilidade de Investimento na América Latina (LAIF) é um programa regional, criado pela Comissão Europeia em dezembro de 2009, para incentivar os governos dos países beneficiários e as instituições públicas a realizar investimentos essencias na América Latina. A LAIF foi lançada oficialmente em maio de 2010, em Madrid.

Trata-se de um mecanismo de financiamento que visa a combinação de subsídios com empréstimos de instituições financeiras públicas de desenvolvimento europeias, multilaterais ou bilaterais e bancos latino-americanos regionais.

ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/laif/index_pt.htm

O objetivo do programa é no fundo mobilizar financiamentos adicionais, de forma a apoiar investimentos na América Latina, através de um incentivo às entidades públicas para que realizem investimentos essenciais, que não poderiam ser financiados apenas e só pelo mercado ou pelas instituições financeiras de desenvolvimento.

A SOFID está interligada ao programa LAIF, na medida em que, esta instituição atua como veículo intermediário de apresentação de projetos, a este mesmo programa.

Especificamente, o LAIF tem três objetivos estratégicos ligados entre si que se reforçam mutuamente:

- Melhorar as ligações entre os países latino-americanos, sobretudo, estabelecendo melhores infraestruturas no domínio da energia e dos transportes, incluindo eficiência energética, sistemas de energia renovável, sustentabilidade dos meios de transporte e redes de comunicação;
- Proteção acrescida do meio ambiente incluindo adaptação e mitigação das alterações climáticas;
- Promover o desenvolvimento socioeconómico equitativo e sustentável através da melhoria das infraestruturas dos serviços sociais e apoio às PME.

As contribuições do LAIF podem assumir várias formas:

- Doações: em projetos de cofinanciamento de infraestruturas públicas;
- Subsídio para o custo de garantias;
- Subsídio da taxa de juro;
- Assistência técnica: no âmbito de uma operação específica de investimento (pré investimento), ou no decorrer normal da atividade da empresa, a qual será acompanhada por uma das instituições financeiras elegíveis;
- Operação de capital de risco: no âmbito de uma operação específica de investimento (pré investimento), ou por necessidade da própria empresa em requerer uma operação de capital de risco no decorrer da sua atividade, a qual será acompanhada por uma das instituições financeiras elegíveis.

Modo Operacional da LAIF

Os pedidos de subvenções direcionados à LAIF são feitos diretamente à Comissão Europeia, após acordo dos países beneficiários, pelas instituições financeiras europeias que apresentem um pedido de financiamento a projetos elegíveis. A instituição financeira líder apresenta o projeto para aprovação aos organismos competentes da LAIF.

Especificamente, os projetos são selecionados pelo FIG - Grupo de Instituições Financeiras a partir de um conjunto de operações submetidas pelas instituições financeiras para um eventual financiamento do projeto.

Os procedimentos de concessão de subvenções da LAIF são baseados na aprovação pelo comité de gestão dos projetos selecionados pelo grupo das instituições financeiras.

Os beneficiários finais da LAIF são os países latino-americanos direta ou indiretamente através das suas administrações centrais, regionais e locais, assim como o setor privado presente na América Latina, em especial as PME.

Financiamento e Orçamento

No âmbito da avaliação intercalar do documento de estratégia regional para a América Latina, a Comissão Europeia alocou um montante de 125 milhões euros para o período 2009-2013.

Projetos Aprovados no Âmbito da LAIF

O Conselho da LAIF aprovou 23 operações para a região da América Latina, para uma contribuição total da LAIF, de 181,6 milhões de euros. A LAIF mobilizou cerca de 4,7 mil milhões de euros de investimento por parte das instituições financeiras bilaterais, multilaterais, instituições financeiras latino-americanas e outros doadores.

5. BIBLIOGRAFIA

- http://www.iadb.org/en/inter-american-development-bank,2837.html
- http://www.worldbank.org
- http://www.caf.com/es
- Revista Portugal global - Edição Março 2013 - Artigo: *"CAF disponível para apoiar empresas portuguesas na América Latina - Entrevista Guillermo Fernández de Soto"*. Pág.6-11.
- http://www.santandertotta.pt
- http://barclays.com
- https://www.cgd.pt/empresas
- http://www.milleniumbcp.pt
- http://www.sofid.pt
- http://ec.europa.eu/europeaid
- http://www.portugalglobal.pt

AEP – Associação Empresarial de Portugal

INTERAMBINERG – Internacionalização do Sector Português do Ambiente e Energia
4450-617 Leça da Palmeira | Tel: 229 981 500 | Fax: 229 981 771
http://eco4.aeportugal.pt/ | projectos.especiais@aeportugal.com

Promotor

Cofinanciamento